



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 088 - SEXTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 672, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de fevereiro de 1995, a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 673, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Anunciação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 499, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Anunciação a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 674, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 579, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 675, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a concessão da Fundação Cultural Celinauta, outorgada originalmente à Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda., para explorar, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 676, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 240, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 677, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ACOCAB - Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 498, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a ACOCAB – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 678, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Costa Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de agosto de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de junho de 1998, a concessão da Rádio Costa Azul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 679, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 618, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 680, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 238, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 681, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Ação Social São Francisco de Assis – ASFA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.164, de 16 de outubro de 2002, que autoriza a Ação Social São Francisco de Assis – ASFA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 682, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de setembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 683, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 259, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Santa Luzia a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 684, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Do Povo Ltda. ,para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.309, de 16 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 685, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 242, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 686, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 312, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 687, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 157, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 688, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo – AR-CVP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.179, de 3 de julho de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo – ARCVV a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 689, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 690, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 278, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 691, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária “José Belém” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vigia, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.939, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 546, de 16 de outubro de 2003, que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária “José Belém” a

executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vigia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 692, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 23, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 693, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 949, de 7 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 694, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão – ACECAA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.359, de 23 de julho de 2002, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão – ACECAA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 695, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões – R.C.P. – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões – R.C.P. – FM a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 696, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.348, de 19 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de abril de 1996, a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 697, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de novembro de 1996, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 698, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de novembro de 1997, a concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 699, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 813, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 700, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 12 de agosto de 1998, a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 701, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 17 de abril de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de março de 1995, a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 702, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de outubro de 2000, a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 703, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 704, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 1998, a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 705, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 706, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 495, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 707, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino – ABDL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 486, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino – ABDL a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 708, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 709, DE 2005

Aprova o ato que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 445, de 28 de agosto de 2003, que autoriza o Grupo Mutirão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 710, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.206, de 5 de julho de 2002, que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 711, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 609, de 25 de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de julho de 1996, a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 89ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

S/nº/2005, de 23 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, comunicando que nos dias 23 e 24 do corrente, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres..... 20687

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Deferimento dos Requerimentos nºs 658 e 664, de 2005, dos Senadores Marcelo Crivella e Mozarildo Cavalcanti, lidos nas sessões dos dias 21 e 22 do corrente, respectivamente, nos termos do art. 41, do Regimento Interno..... 20687

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2003, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências, apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais..... 20687

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que denomina “Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho” a “Ordem do Mérito das Comunicações”, apreciado terminativamente pela Comissão de Educação..... 20687

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 163, de 2005 (nº 370/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh..... 20687

1.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 21, de 2005-CN (nº 715-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacio-

nal, cópia do Acórdão nº 730, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de reurbanização e canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, inseridas no Programa de Trabalho nº 13.077.0458.1244.1076 (TC nº 005.309/2005-6). 20692

Nº 22, de 2005-CN (nº 716-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 716, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE Programa de Trabalho nº 02.061.0569.1922.0101 (TC nº 006.558/2003-0). 20692

1.2.5 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 9, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 57, de 2005-CN, nº 363/2005, na origem). 20692

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e estabelecimento de calendário para a tramitação do Projeto de Lei nº 9, de 2005-CN. 20694

1.2.7 – Pareceres

Nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República), que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. 20696

Nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dis-

põe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. 20698

1.2.8 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 235/2005, de 24 de maio último, encaminhando, em resposta aos Ofícios nºs 253, 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação. 20700

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Arquivamento, uma vez encerrada sua tramitação na Câmara dos Deputados dos Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 1989; 279, de 1991; 142, de 1995; 58, de 1996; 55, de 1999—Complementar, 189, de 1999; 92 e 217, de 2000, e dos Projetos de Lei da Câmara nºs 37, de 1990; 97 e 109, de 1994; 93, de 1995; e 54, de 2000..... 20700

1.2.10 – Ofícios

Nº 69/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 251, de 2005..... 20700

Nº 70/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005..... 20700

Nº 643/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outra providências. 20701

Nº 357/2005, de 23 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT..... 20701

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Em defesa da greve dos funcionários públicos federais. Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos legítimos ocupantes de uma área na região de Três Filgueiras, conhecido como “Associação Comunitária do Kilombo da Família Silva”, ocupada há mais de 60 anos, por famílias remanescentes de quilombos..... 20701

SENADOR JONAS PINHEIRO – Anuncia manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. .. 20721

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Defende o comparecimento do Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, à Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) para definição mensal da taxa de juros básica Selic. Apresenta relatório sobre as principais conclusões do seminário internacional sobre políticas contra a fome, realizado na semana passada em Berlim, Alemanha, do qual S. Ex^a participou representando o Senado..... 20723

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Apresenta balanço da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília, no mês passado. Destaque para as discussões ocorridas no encontro empresarial realizado paralelamente à cúpula, reunindo mais de 1.200 empresários de países árabes e sul-americanos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. 20734

SENADOR JOSÉ JORGE – Aconselha o Presidente Lula a não defender pessoas acusadas de corrupção pela imprensa. Reivindica que o Governo colabore nas investigações de corrupção. Manifesta satisfação diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de determinar ao presidente do Senado que indique os integrantes da CPI dos Bingos..... 20736

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Atesta que o PFL não defende a queda de Lula. Classifica de gravíssima a situação do País. 20738

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Importância da Reforma Política em curso na Câmara dos Deputados. 20741

SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações acerca dos acontecimentos que estão ocorrendo no cenário político brasileiro. 20742

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Comemoração do Dia Mundial do Combate às Drogas, no próximo dia 26 do corrente. Apelo à Mesa para que colabore com o parque gráfico da Casa para a publicação de cartilha de combate às drogas. ... 20745

SENADOR ANTONIO LEITE – Importância das pesquisas científicas para o combate ao câncer. Necessidade da implantação do Hospital do Câncer no Estado do Maranhão..... 20763

SENADOR FLÁVIO ARNS, como Líder – Reflexões sobre as dificuldades políticas que o país vem passando no momento atual..... 20764

SENADOR ALVARO DIAS – Destaca a importância do discurso do Senador Flávio Arns. Solicitação encaminhada ao Ministro Valdir Pires, de prorrogação urgente do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção. Colaboração do PSDB no

aperfeiçoamento da denominada "Medida Provisória do Bem".....	20768	dor Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). Apreciação sobrestada.	20789
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Considerações sobre o veto do CADE, às negociações de venda da fábrica de chocolates "Garoto".	20768	Item 5	
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Salienta os avanços da Reforma Política. Encaminha requerimento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Unaí, em Minas Gerais.	20768	Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada.	20789
1.2.12 – Leitura de requerimento		Item 6	
Nº 666, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.	20769	Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). Apreciação sobrestada.	20790
1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)		Item 7	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registra artigo intitulado "Bravata ontem, bravata hoje", do jornalista Clovis Rossi, do jornal Folha de S.Paulo , edição de hoje.	20770	Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral. Apreciação sobrestada.	20790
1.2.14 – Leitura de requerimentos		Item 8	
Nºs 667 a 701, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, solicitando informações a Ministros de Estado.	20771	Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. Apreciação sobrestada.	20790
1.3 – ORDEM DO DIA		Item 9	
Item 1		Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Desmanche", que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B. Apreciação sobrestada.	20790
Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica. Apreciação sobrestada , por falta de acordo das Lideranças.	20789	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Item 2		SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Registra encontro dos produtores de arroz, ocorrido em Araranguá-SC, destacando a forma ordeira de reivindicação.	20790
Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Apreciação sobrestada.	20789	SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Reunião, amanhã, com representantes do setor de energia sobre fornecimento para a região Amazônica. Questionamentos sobre a implantação de projeto destinado à assistência social a pequenos agricultores no Estado do Pará. Considerações sobre as denúncias de corrupção e a conseqüente necessidade de sua apuração.	20794
Item 3		SENADOR ARTHUR VIGÍLIO, como Líder – Reflexões sobre a postura adotada pela Oposição na defesa da apuração das denúncias de corrupção.	20797
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Apreciação sobrestada.	20789		
Item 4			
Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Sena-			

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa de projeto de lei de autoria de S.Exa., que determina, independentemente de autorização judicial, a quebra de sigilo bancário e telefônico para agentes públicos..... 20801

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE* – Debate sobre o cenário político atual. Defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”..... 20802

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. 20806

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE* – Réplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio..... 20808

SENADOR *TASSO JEREISSATI* – Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. 20810

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Considerações sobre a crise política no país. 20810

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Falta de coerência do Partido dos Trabalhadores. 20811

1.3.2 – Designação dos membros da CPI dos Bingos..... 20815

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Comemoração das festas juninas no Nordeste, especialmente, em Campina Grande/PB, onde se realizou o maior São João do mundo. 20816

SENADORA *HELOÍSA HELENA*, como Líder – Considerações sobre as denúncias de corrupção nos governos passado e atual..... 20816

SENADOR *NEZINHO ALENCAR* – Preocupação com os entraves para incorporação de faculdades à Universidade Federal do Tocantins..... 20820

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas às políticas socioeconômicas do atual governo..... 20820

1.3.4 – Ofício

Nº 71/2005, de 23 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos..... 20821

1.3.5 – Discursos após a Ordem do dia (continuação)

O SR. PRESIDENTE (Senador Alberto Silva) – Leitura de correspondência recebida por S.Exa., de cidadão brasileiro sobre as denúncias de corrupção..... 20822

1.3.6 - Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro de reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná para tratar de assunto pertinente ao pagamento das indenizações devidas pela União às famílias desalojadas da Ilha Grande, no Entorno do Lago Itaipu, após a criação do Parque Nacional de Ilha Grande..... 20823

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Apelo às autoridades alfandegárias pela liberação de motores destinados à instituição salesiana Pró-Menor Dom Bosco, em Manaus. 20824

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Flexa Ribeiro, proferido na sessão do dia 22 de junho de 2005. 20824

3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 10, de 2005. 20826

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 89 a 93, de 2005. 20832

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.809 a 2.834, de 2005. 20834

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 89ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Aelton Freitas, Alvaro Dias, Paulo Paim,
Leonel Pavan, Alberto Silva e Augusto Botelho.*

*(Às 10 Horas, Acham-se Presentes as Sras
e os Srs. Senadores.)*

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 23/6/2005 07:42:24 até 23/6/2005 18:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPÁ	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
-	MT	LUIZ SOARES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que, nos dias 23 e 24 estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência defere o **Requerimento nº 658, de 2005**, do Senador Marcelo Crivella, lido na sessão do dia 21, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência, da mesma forma, defere o **Requerimento nº 664, de 2005**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, lido na sessão do dia 22, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2003**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol, e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado, nº 212**, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que *denomina “Ordem do Mérito das Comunicações Jornalistas Roberto Marinho” a Ordem do Mérito das Comunicações*.

Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, respectivamente, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 163, DE 2005

(Nº 370/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Os méritos do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 198/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL

CPF.: 4214820100

ID.: 3204-MRE

- 1946** Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel, nasce em 02 de março, em Vitória/ES.
- 1970** CPCD - IRBr
- 1970** Terceiro Secretário em 03 de fevereiro
- 1970** Bacharel em Direito pela UnB/DF, em 20 de dezembro
- 1972** Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr
- 1973** Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro
- 1973** Embaixada em Washington, Segundo Secretário
- 1976** Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário
- 1978** Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1979** Gabinete, Assessor do Ministro
- 1980** Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
- 1982** Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil
- 1982** Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
- 1982** Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1985** Reescalonamento da dívida da Costa Rica para com o Brasil, Clube de Paris, Paris, Chefe de delegação
- 1985** CAE - IRBr - "François Mitterrand e os Países Subdesenvolvidos: a Herança, as Promessas e os Fatos"
- 1985** Reescalonamento da dívida do Togo e Zâmbia para com o Brasil, Clube de Paris, Chefe de delegação
- 1985** Reescalonamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Clube de Paris, Varsóvia, Chefe de delegação
- 1985** Embaixada na Guatemala, Conselheiro
- 1988** Divisão da América Central e Setentrional, Chefe
- 1989** Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1990** Secretaria de Imprensa, Chefe
- 1990** Instituto Rio Branco, Professor de Prática Diplomática

- 1991 Consulado-Geral em Roma, Cônsul Geral
- 1991 República de San Marino, Cônsul Geral (cumulativo)
- 1993 Medalha Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1994 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1994 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
- 1994 Negociações preparatórias à "Cúpula das Américas": Panamá, Nicarágua, Guatemala, São José, San Salvador, Tegucigalpa, São Domingos, Chefe de delegação
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe
- 1995 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1995 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 1996 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 1996 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação
- 1996 Instituto Rio Branco, Professor de Diplomacia Brasileira (1996/1997)
- 1996 Reunião de Altos Funcionários das Chancelarias dos Países de Língua Portuguesa, Maputo, Chefe de delegação
- 1997 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretoria, Chefe de delegação
- 1998 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
- 1998 Missão brasileira aos países do Golfo Árabe. Riade, Jedá, Kuaite, Abu-Dhabi, Dubai, Chefe de delegação
- 1998 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Funchal, Chefe de delegação
- 1998 Consultas políticas com a Namíbia, Windhoek, Chefe de delegação
- 1998 Reunião CPLP-CEDEAO para mediação da crise na Guiné Bissau, Abidjan, Chefe de delegação
- 1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Cascais, Chefe de delegação
- 2000 "Relações entre o Brasil e a África Subsaariana", in Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, nº 1, 2000, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília
- 2001 "O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio", in "Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global", Editora UNESP, São Paulo
- 2001 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul Geral
- 2004 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

BANGLADESH

- **Capital:** Daca
- **População:** 144.319.628 (est. julho de 2005)
- **Área:** 143.998 km²
- **Idiomas:** bengali (oficial), inglês, dialetos regionais
- **Religiões:** islamismo, hinduísmo, outras
- **Sistema Político:** república parlamentarista
- **Chefe de Estado:** Presidente Iajuddin AHMED
- **Chefe de Governo:** Primeiro-Ministro Khaleda ZIA
- **PIB (PPP):** US\$ 275.7 bilhões (2004)
- **PIB per capita (PPP):** US\$ 2.000 (2004)
- **Unidade monetária:** taca

Bangladesh encontra-se na lista dos 50 países caracterizados pelas Nações Unidas como de menor desenvolvimento relativo. É um dos países mais pobres do mundo, com uma renda per capita de US\$ 400, em 2003. Da população de 138 milhões de habitantes, cerca de 50% vivem abaixo da linha de pobreza (rendimento inferior a US\$ 1,00). Não obstante, o país tem mantido taxas de crescimento real do PIB por volta de 5% ao ano há mais de dez anos. O déficit fiscal e a dívida pública vêm declinando de maneira gradual. A dívida externa situa-se em aproximadamente 18,8 bilhões de dólares em 2003, dos quais 13 bilhões com bancos multilaterais de desenvolvimento (IDA – Bando Mundial). O Governo de Bangladesh continua com o processo de reforma nas áreas econômica, de telecomunicações e energia. Na área de políticas de alívio à pobreza, a experiência de micro-crédito do Banco Grameen constitui um êxito internacional reconhecido.

Bangladesh adota um regime de governo parlamentarista e com expressiva participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas. As ONGs do país são classificadas pelo Banco Mundial entre as mais ativas do mundo. A coalizão atualmente no poder, composta de quatro partidos, é liderada pelo Bangladesh Nationalist Party (BNP), tendo à frente a Primeira

Ministra Begum Khaleda Zia, eleita em 2001 para um segundo mandato (o primeiro foi entre 1991-96). O Presidente Iajuddin Ahmed (set/2002) desempenha funções protocolares. Há eleições previstas para inícios de 2006. A relação entre o BNP e os partidos de oposição, liderados pela Liga Popular Awami, tem sido tensa ao longo dos anos, com a ocorrência freqüente de assassinatos políticos.

O tsunami de 2004 não causou danos extensos ao país, tendo vitimado duas pessoas.

Até meados de fevereiro de 2005, Bangladesh não havia definido posição sobre os modelos de reforma do Conselho de Segurança. Bangladesh apóia limitação no uso do veto com vistas à sua eliminação e já se manifestou contra a criação de novo “clube de privilegiados”.

Após duas décadas de relacionamento bilateral, a Embaixada do Brasil em Daca foi temporariamente desativada em julho de 1998, passando à Embaixada em Nova Delhi, cumulativamente, a representação diplomática do Brasil junto ao Governo de Bangladesh. A Embaixada do Bangladesh em Brasília, por sua vez, encerrou suas atividades em 31 de agosto de 2002. O Senhor Sayeeful Islam foi designado, em 2005, cônsul honorário em Daca. Tendo em vista que Bangladesh oferece oportunidades para exportações brasileiras, há que se buscar meios para viabilizar uma presença comercial brasileira no país.

Em sua passagem por Xangai, em maio de 2004, o Presidente Lula manteve breve encontro com a Primeira Ministra de Bangladesh, Khaleda Zia, oportunidade em que discorreu sobre programas sociais no Brasil.

Intercâmbio Comercial Brasil – Bangladesh (US\$)

	Exportações brasileiras	Variação	Importações brasileiras	Variação	Total do intercâmbio	Saldo
2001	66.620.164	36,23%	17.340.211	24,29%	83.960.375	49.279.953
2002	44.817.932	-32,73%	10.660.872	-38,52%	55.478.804	34.157.060
2003	84.743.132	89,08%	11.814.886	10,82%	96.558.018	72.928.246
2004	202.209.592	138,61%	11.085.560	-6,17%	213.295.152	191.124.032
2005*	57.108.879	7,31%	2.048.130	-33,18%	59.157.009	55.060.749

* Janeiro a abril/2005.

Fonte: MDIC

Aviso nº 600 – C. Civil

Em 20 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, Avisos do Tribunal de Contas da União, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

- Aviso nº 21, de 2005-CN (nº 715-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 730, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de reurbanização e canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, inseridas no Programa de Trabalho nº 13.077.0458.1244.1076 (TC nº 005.309/2005-6).
- Aviso nº 22, de 2005-CN (nº 716-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 716, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Fede-

ral da 5ª Região, em Recife/PE, Programa de Trabalho nº 02.061.0569.1922.0101 (TC nº 006.558/2003-0).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os expedientes que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2005-CN

MENSAGEM Nº 57, DE 2005-CN

(Nº 363/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); e

III – operação de crédito proveniente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária – TDA, no valor de R\$490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									700.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							700.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							700.000.000
			F	9	0	99	0	100	700.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

MENSAGEM Nº 363

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 15 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 98/2005/MP

Brasília, 8 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), em favor do Ministério Desenvolvimento Agrário – MDA e da Reserva de Contingência.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele Órgão às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:
R\$ 1,00

Órgão / Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	700.000.000	
Reserva de Contingência		
Reserva de Contingência	700.000.000	
Superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza - FCB		210.000.000
Excesso de arrecadação de Recursos Ordinários		700.000.000
Títulos da Dívida Agrária - TDA		490.000.000
Total	1.400.000.000	1.400.000.00

3. A suplementação em favor do MDA visa assegurar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a continuidade na implantação de assentamentos rurais, uma vez que os custos médios de R\$570,00 por hectare aprovados na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 – LOA/2005, não refletem a realidade da média nacional do preço das terras em desapropriação, que atualmente encontra-se no patamar de R\$1.190,00 por hectare.

4. Considerando esse novo custo médio por hectare e o tamanho médio das parcelas de terra (16,2 hectares) destinadas a cada família, a dotação orçamentária constante da LOA/2005, cujo valor é de R\$754,8 milhões, é insuficiente para atender a meta

proposta no Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Os recursos adicionais permitirão atender a cerca de mais 36,2 mil famílias, contribuindo para o alcance das metas previstas no II PNRA.

5. O presente crédito será viabilizado com recursos provenientes da incorporação de superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza – FCB apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais); de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); e de operação de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária – TDA, no valor de R\$490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais).

6. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 – LDO/2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, tendo em vista que a suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), está sendo compensada pela suplementação, no mesmo valor, da Reserva de Contingência da União, à conta de excesso de arrecadação de receita primária oriunda de Recursos Ordinários, e o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Ressalte-se que o procedimento de suplementar a Reserva de Contingência com Recursos Ordinários visa a propiciar a utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004 e a priorização de ações custeadas com recursos de operações de crédito, mantendo inalterada a meta fiscal estabelecida para o corrente ano.

8. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos o excesso de arrecadação proveniente de Recursos Ordinários, utilizados parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 65, § 9º, da LDO/2005.

9. A abertura do crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, estando de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e IV da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00

R\$ 1,00

NATUREZA	2005		EXCESSO /
	LEI	REESTIMADO	FRUSTRAÇÃO
	(A)	(B)	C = (B-A)
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.682.550.176	1.597.511.483
11200000 Taxas	96.234.190	91.301.629	-4.932.561
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.982.313.850	-130.579.756
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.240.427.497	-123.901.899
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	171.536.747	24.908.677
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	31.235.715	3.164.722
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	671.320	357.364
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.867	-898.624
17400000 Transferências do Exterior	17.973	138.361	120.388
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.076.157.772	-353.359.784
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	241.947.067	-23.171.123
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	238.223.583	17.238.695
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	908.514.498	230.397.453
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	721.278	143.462
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	5.009.644	2.839.992
Subtotal (D)	108.701.099.404	109.670.755.004	969.655.600
Modificações orçamentárias efetivadas (E)	-2.494.044.685	-	2.494.044.685
Posição Atualizada F = (D+E)	106.207.054.719	109.670.755.004	3.463.700.285 (*)
Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)			111.298.749
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0
Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)			3.352.401.536

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 28/6 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 6/8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 11/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 21/8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.023, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003, (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Nos termos do art. 65 da Constituição Federal, vem a exame deste Colegiado, em revisão, o anexo Projeto de Lei da Câmara que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Esse projeto é originário do Poder Executivo, fundamentado na alínea e do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, segundo a qual compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Justificando o pedido de providência legislativa, o Ministro da Saúde, na Exposição de Motivos nº 79/GM, de 15 de outubro de 1999, assim se manifestou:

Tenho a honra de submeter á elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que tem por escopo obter autorização legislativa para a formalização dos atos que se fazem necessários para concluir a extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

Segundo, ainda, a referida Exposição de Motivos, essa iniciativa teve, primeiramente, orientação do Tribunal de Contas da União que, ao apreciar o processo de prestação de contas da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., referente ao exercício de 1989, recomendou a adoção de medidas tendentes à imediata liquidação da empresa, uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985.

A deflagração da providência legislativa teve, também, a opinião da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme pareceres PGFN/CRF nº 726/91 e PGFN/CRF nº 294/92.

No mesmo sentido – ressalta ainda o Senhor Ministro da Saúde —, igualmente se pronunciou o Departamento de Extinção e Liquidação, da Secretaria de Recursos e Tecnologia da Informação do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), consoante Nota Informativa Deliq nº 32.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público opinou, quanto ao mérito, pela aprovação do projeto, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação deu pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

II – Análise

A empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE) “atuava no transporte aéreo de enfermos, medicamentos e serviços correlatos, vinculados à sua especialidade, de assistência médica e sanitária no território nacional”. Seu capital escritural tem a seguinte configuração: 100.000 cotas pertencentes à União; 300.000 cotas pertencentes ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; e 300.000 cotas pertencentes ao Hospital Cristo Redentor.

Portanto, trata-se de uma sociedade em que a União tem participação minoritária, por isso que não se configura a hipótese prevista no art. 178 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Em face de todas essas considerações, pode-se asseverar que o objetivo do projeto em referência é o de obter autorização legislativa para doação das 100.000 cotas pertencentes à União, com vistas à formalização dos atos de extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

II – Voto

Considerando que foram observados os preceitos constitucionais, legais e regimentais que informam o processo legislativo e, bem assim, a iniciativa do Poder Executivo e as reiteradas manifestações dos órgãos competentes de administração e controle dos bens da União, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 82 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEUA TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA <i>[Assinatura]</i>	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>[Assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA <i>[Assinatura]</i>
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO (RELATOR)
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federar ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição.

.....
II – disponham sobre:

.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

.....
**DECRETO-LEI Nº 200,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

.....
Art. 178. As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem assim as fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial, e as demais sociedades sob o controle direto ou indireto da União, que acusem a ocorrência de prejuízos, estejam inativas, desenvolvam atividades já atendidas satisfatoriamente pela iniciativa privada ou não previstas no objeto social, poderão ser dissolvidas ou incorporadas a outras entidades, a critério e por ato do Poder Executivo, resguardados os direitos assegurados, aos eventuais acionistas minoritários, nas leis e atos constitutivos de cada entidade. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 1986)

.....
PARECER Nº 1.024, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tri-

bunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

A proposição cria, no quadro de pessoal do TRT da 15ª Região, sediado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, e com jurisdição sobre seiscentos e um municípios daquela unidade da Federação, setecentos e vinte funções comissionadas nível FC-2.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho justifica a proposição afirmando:

Criado em 1986 a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 2ª Região, em São Paulo, o TRT da 15ª Região possui atualmente 127 Varas do Trabalho, com urna jurisdição que abrange 601 municípios distribuídas numa área de 238.400km² pelo interior de São Paulo e registra uma das maiores demandas processuais da Justiça Trabalhista, figurando entre os três primeiros Regionais em termos de processos recebidos em 2ª instância.

.....
O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de decisão do órgão Especial daquela Corte Trabalhista, datada de 12-6-96, de 720 (setecentas e vinte) funções gratificadas de Representação de Gabinete, atuais funções comissionadas pela Lei nº 9.421/96, preferiu decisão nos autos do Processo TC-700.053/1998-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 48, inciso X, do art. 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por configurarem merecido incentivo aos executores materiais dessas ações, com a conseqüente extinção daquelas instituídas por meio de ato administrativo da citada corte.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não

havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição é, na verdade, promover a regularização de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região desde o ano 1996, quando as funções que são objeto do PLC nº 8, de 2005, foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União.

A existência dessas funções se justifica pelo elevado número de feitos da Justiça Trabalhista do interior do Estado de São Paulo, que, conforme referido acima, conta com cento e vinte e sete Varas do Trabalho, o que tem elogiado o constante aumento da atividade de seus servidores, impondo-se a adequação da estrutura administrativa do órgão para fazer frente à sua elevada missão institucional.

De outra parte, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação do projeto ora em análise, a criação das funções aqui proposta não implica aumento de despesa, uma vez que os respectivos valores já estão previstos no orçamento do TRT da 15ª Região desde o ano de 1996, quando elas já existiam de fato.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de, ao regularizar a situação acima descrita, permitir a adequada prestação da justiça trabalhista naquele grande Estado.

III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005.

Sala da Comissão, 15 de junho de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 8 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(A):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	<i>San José Jorge</i>
BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

.....
Art. 96. Compete privativamente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 235

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Em resposta aos ofícios OF/SF nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação.

A par disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se pudesse informar a esta Secretaria o estágio de tramitação das proposições de iniciativa dos Deputados Federais e outras, enviadas à revisão do Senado Federal, a fim de serem, conforme o caso, encaminhadas ao arquivo.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, são as seguintes as matérias a serem arquivadas, uma vez que já tiveram sua tramitação encerrada na Câmara dos Deputados:

– **Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 1989; 279, de 1991; 142, de 1995; 58, de 1996; 55, de 1999 – Complementar, e 189, de 1999; 92 e 217, de 2000; e**

– **Projetos de Lei da Câmara nºs 37, de 1990; 97 e 109, de 1994; 93, de 1995; e 54, de 2000.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 069/05-GLPDT

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram indicados, como titular, em substituição ao designado, o Senador Augusto Botelho e como suplente o Senador Juvêncio da Fonseca, para comporem a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 251.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Juvêncio da Fonseca, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 251, de 2005, de conformidade com o expediente que acaba de se lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 070/05-GLPDT

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram indicados, como titular, em substituição ao designado, o Senador Juvêncio da Fonseca e como suplente o Senador Augusto Botelho, para comporem a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 252.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência pro-
testo de estima e consideração. – Senador **Osmar
Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –
RS) – A Presidência designa o Senador Augusto Bo-
telho, como suplente, para integrar a Comissão Mista
destinada a apreciar a Medida Provisória nº 252, de
2005, de conformidade com o expediente que acaba
de se lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB Nº 643/2005

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro titular, o
Deputado Custódio Mattos e, como membro suplente,
o Deputado Gonzaga Mota, em substituição aos ante-
riormente indicados, para integrarem a Comissão Mista
destinada a analisar a Medida Provisória nº 0252/05,
que institui o Regime Especial de Tributação para a
Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia
da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisi-
ção de Bens de Capital para Empresas Exportadoras –
RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe
sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e
dá outras providências.

Respeitosamente, Deputado **Alberto Goldman**,
Líder do PSDB.

Ofício nº 357-L-PFL/05

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Moroni Tor-
gan para integrar, como membro suplente, a Comissão
Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar
as causas e conseqüências de denúncias de atos de-
lituosos praticados por agentes públicos nos Correios
– Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, em
substituição a Deputada Kátia Abreu.

Atenciosamente, Deputado **Rodrigo Maia**, Lí-
der do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Há oradores inscritos: Senador Paulo Paim; Senador
Luiz Otávio; Senador Eduardo Suplicy; Senador José
Jorge; Senador Paulo Octávio; Senador Maguito Vilela;
Senador Marco Maciel; Senador Antônio Leite; Sena-
dora Serys Slhessarenko; Senador Mozarildo Cavali-
canti; Senador Garibaldi Alves Filho; Senadora Heloísa
Helena; Senador Nezinho Alencar; Senadora Ana Júlia
Carepa; Senador Wirlande da Luz; Senador Mão Santa;
Senador Tião Viana e Senador Alberto Silva.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho
para eu fazer uso da palavra como inscrito.

*O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da
presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto
Botelho.*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT
– RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim,
por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia
o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-
sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste pronunciamento
de hoje, como ex-sindicalista, eu não poderia deixar
de registrar o movimento dos servidores públicos em
todo o País, servidores do Ministério da Fazenda, da
Advocacia-Geral da União, do Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento, da Delegacia Regional do
Trabalho, da Funai, da Funasa, do Incra, do Ministério
da Cultura, do Ministério da Previdência e Assistência
Social, entre outros ainda, que estão neste momento
paralisados.

Sr. Presidente, sempre defendi a greve como um
legítimo direito dos trabalhadores das áreas pública e
privada, com o objetivo de forçar um processo de ne-
gociação na busca dos seus direitos.

Entendo que o reajuste de 0,01% não correspon-
de, evidentemente, ao mínimo esperado pela categoria.
Por isso, é legítimo esse movimento, buscando estabe-
lecer um processo negocial para que seja retomado à
mesa de entendimento. Esperamos que essa medida
ocorra o mais rápido possível.

Sr. Presidente, tenho olhado, com carinho e muito
respeito, o movimento liderado pelas mulheres de mi-
litares na busca do cumprimento de um acordo enca-
minhado, mediante o qual os militares teriam reajuste
correspondente a 33%. Asseguraram-se 20% e faltam
os outros 23%. Registro a minha posição de solida-
riedade a esse movimento de todos os servidores, da
área pública e militar.

Recebi inúmeros dados da categoria informando,
por exemplo, que o número de servidores, que era de
47,1 mil, caiu para 41,1 mil, ou seja, 13,7% – menos
do que havia em 1991. Há, ainda, outra informação
correspondente ao período de 1991 a 2003, segundo
a qual a concessão de benefícios por servidor passou
de 28 para 86 processos, crescendo 207%. A manu-
tenção de benefícios para o servidor aumentou de 267
para 535, acrescentando 100%.

Esses dados que me forneceram as entidades de
servidores públicos são uma demonstração, Sr. Presi-
dente, de que diminuiu o número de servidores e au-
mentou o trabalho. Por isso que não sou daqueles que
coloca publicamente que os servidores não trabalham.
Os servidores trabalham e muito. Claro que, em todas
as áreas da atividade pública e privada, há aqueles
que, como cita a entidade, acabam se escorando, ou
seja, há problemas como há problemas no Parlamen-
to, no Executivo, na área privada, enfim, em todo os

setores da sociedade. Mas os servidores públicos do Brasil, com certeza absoluta, continuam defendendo a administração pública com muita garra, com muito respeito, e eles têm autoridade para fazer essas manifestações na busca do entendimento.

Sempre digo, Sr. Presidente, como ex-sindicalista – fui sindicalista em grande parte da minha vida –, que ninguém faz greve porque gosta. A greve é um processo de pressão natural do sistema democrático e do próprio sistema capitalista. Ela existe em qualquer parte do mundo. É natural que as categorias de movimento, como vimos em Brasília durante toda esta semana, grandes passeatas pressionem o Governo para que haja o tal do entendimento, para que haja a sensibilidade com os movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, enfatizo a verdadeira cruzada nacional que estão fazendo os aposentados e pensionistas na busca de receberem o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. Entendo que é mais do que legítimo, Sr. Presidente. Os idosos estão nesse grande movimento e esperam ser recebidos pelo Presidente Lula para demonstrar que a defasagem deles já está acima dos 60%.

Ontem a Câmara iniciou o debate do salário mínimo. O Senador Augusto Botelho, que preside a sessão neste momento, é testemunha da nossa luta pelo salário mínimo. Isso demonstra que todos temos compromisso com esse avanço.

Há pouco tempo, no plenário, Sr. Presidente, V. Ex^a me dizia: “Paim, acho que alguém não está entendendo a importância daquela luta”. V. Ex^a dizia que o salário mínimo tinha que ultrapassar os US\$100. Ultrapassou. E com a nossa luta – V. Ex^a dizia e eu confirmava. Agora, é claro, esperamos que ele chegue um dia a US\$500.00, o que seria ideal. Este é mais ou menos o valor do salário mínimo conforme determina o art. 7º da Constituição e também o próprio Dieese. Mas trata-se de um processo de construção. Ultrapassamos a barreira dos US\$100.00, chegamos aos US\$120.00. Vamos continuar trabalhando para que ele chegue a US\$150.00, a US\$200.00, a US\$300.00 e para que a economia inclusive pague com tranquilidade o seu assalariado.

Repito sempre uma frase que é o símbolo do próprio capitalismo, de autoria de Henry Ford. Ele dizia que o empresário, o Estado inteligente é aquele que paga bem os seus trabalhadores, porque o povo é um consumidor em potencial. Se o povo tem um salário decente, ele reativa o mercado interno, o que gera mais venda, mais lucro e, conseqüentemente, aumenta a produção. Todos vão produzir mais, trabalhar mais, vender mais e comprar mais. Isso é matemática, é a história da economia, de forma muito simplificada. Se o povo tem poder de compra, alguém vai produzir e, para produzir, vai gerar emprego. E nós lutamos muito aqui por novas fontes de emprego.

Esse debate vai vir para o plenário do Senado, pretendemos contribuir para a discussão. Essa ban-

deira do salário mínimo, que, como alguns dizem, está cravada na testa do Senador Paulo Paim, eu diria que está cravada na mente, na alma, no coração de todo o povo brasileiro. O povo brasileiro trabalha com o objetivo de que, efetivamente, o salário mínimo seja recuperado e chegue a um patamar decente, que atenda os interesses do trabalhador e de sua família.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também falar, no dia de hoje, sobre uma importante decisão que trata do primeiro quilombo urbano da história do Brasil. Vou discorrer aqui sobre isso, e peço um pouquinho de tolerância de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Superintendente Regional do Incra, no Rio Grande do Sul, fez publicar, no **Diário Oficial da União** do dia 21 de junho, a Portaria nº 19, que aprova as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial do Quilombo dos Silva, em Porto Alegre.

O relatório traz um estudo detalhado, tranqüilo sobre a situação social, histórica e antropológica. Um importante levantamento da cultura e da história dos descendentes de escravos que vivem na região de Três Figueiras, em Porto Alegre, capital do meu Estado.

Fazem parte, também, do relatório dados socioeconômicos, o memorial descritivo, a planta da área ocupada, que era uma área nobre em Porto Alegre, cercada por mansões. Estão ali onze famílias, dos chamados descendentes dos quilombolas. Também nesse relatório está a cadeia dominial completa da área pleiteada pelos quilombolas, e naturalmente com respaldo no aspecto da justiça.

O parecer conclusivo afirma o seguinte: “Trata-se de terra pertencente às famílias remanescentes de quilombos.” Diz mais: “Precisamos lutar por um Brasil que entenda suas diferenças e pretenda buscar soluções dignas para o combate às discriminações.”

A publicação oficial de tal relatório faz parte de um rito a ser cumprido para que seja reconhecida, de forma definitiva, a propriedade dos quilombolas na capital do Rio Grande do Sul. Após conclusivas e diversas etapas processuais, pode ser remetida, enfim, a titulação da terra aos verdadeiros e legítimos donos.

É importante salientar esse marcante passo dado pelo Governo Federal para o reconhecimento da área destinada ao primeiro quilombo urbano do Brasil.

Queremos prestar nosso reconhecimento ao trabalho do Presidente Lula nessa área, em especial ao Ministro Miguel Rossetto, pela forma como tem caminhado o debate pelo reconhecimento de cerca de 2.228 quilombos no território nacional.

A edição do Decreto nº 4.887/2003, que veio regulamentar o processo de titulação dos quilombolas, é um marco importantíssimo para todos os descendentes de escravos que vivem em nosso País.

Sr. Presidente, aproveitamos a oportunidade para fazer um pedido especial ao PFL, para que reveja a decisão que levou à implantação da ação direta de in-

constitucionalidade ajuizada no Supremo Tribunal Federal contra esse decreto. É o apelo que nós fazemos, entendendo que eles serão sensíveis a esse pedido.

O referido decreto tem como objetivo regular o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

Precisamos, também, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecer a participação de todos que estiveram conosco na audiência pública do Senado em Porto Alegre. Especialmente quero aqui registrar os meus agradecimentos e de todo o povo do Rio Grande ao Senador Mão Santa. S. Ex^a foi comigo, representando o Senado da República, a uma audiência pública em Porto Alegre, com todos aqueles que estão nessa luta permanente. Destaco aqui o Senador Mão Santa, o Deputado Edson Portilho, o Deputado Marcon, a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério Público, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado, o Governo Federal, a Sepir, a Fundação Palmares, o Ministério da Reforma Agrária, o assessor do Ministro Miguel Rossetto, o Dr. Mozar Dietrich, e também o próprio Ministro, que fez contato direto conosco quando estávamos naquela atividade.

Sr. Presidente, se me permite, é muito importante registrar nos Anais da Casa a decisão do Juiz Federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, porque emocionou a todos o seu parecer. Diz o juiz federal, reconhecendo a terra dos quilombos: "... que se abstenham de reivindicar, turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor de Associação Comunitária do Kilombo da Família Silva sobre o imóvel discutido na ação".

Fixou inclusive uma multa de R\$10 mil por dia para aqueles que descumprirem e tentarem invadir ou tomar, de forma ilegal, a terra do Quilombo da Família Silva. Ele diz mais: "É óbvio que a regularização da situação não ocorre de forma instantânea, existindo procedimentos burocráticos, administrativos e legais que devem ser adotados...". Mas, com certeza, a favor dos quilombolas. Diz ele "que os procedimentos burocráticos não podem impedir que os integrantes do quilombo continuem usando e gozando do direito que é seu." Diz mais: "Seria absurdo esse juízo, diante de tão flagrantes provas e evidências, de que os quilombolas fossem desapossados e retirados da área, para que então fossem feitos os procedimentos administrativos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT/88..."

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu sei que não há tempo para que eu possa discorrer sobre essa decisão. Mas o juiz diz que essa família está na terra há mais de sessenta anos. Ao redor dessa extensão de quase 5 mil m², existem dezenas de mansões, mas é um direito adquirido.

Peço a V. Ex^a que aceite, na íntegra, o despacho do juiz. Quem o ler, há de se emocionar.

Seria uma violência contra aqueles seres humanos que estão naquela extensão de terra cultivando as suas regiões, trabalhando a terra, produzindo. Os filhos vivem de forma humilde, mas trabalham, estudam. Seria uma violência da elite brasileira, desmedida, descabida, que ele próprio não aceita. Por isso, ele profere esse belíssimo parecer, que peço que V. Ex^a registre nos Anais da Casa, porque é um documento histórico. Dizem os que estavam na audiência, que o Exm^o Sr. Dr. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Juiz Federal da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, emocionou-se quando leu seu parecer a favor dos quilombolas. Isso faz com que acreditemos cada vez mais na Justiça e com que os descendentes dos quilombolas – quase três mil no Brasil – possam ver, a partir de decisões como essa, os seus direitos reconhecidos.

Informo que o Ministro Miguel Rossetto estará, neste fim de semana, domingo à tarde, lá na área, dando apoio aos familiares. E realizaremos uma reunião, na terça-feira, às 14 horas, no Ministério da Reforma Agrária...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluirei, Sr. Presidente.

Uma reunião com a Família Silva, o Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), da Ministra Matilde Ribeiro. Enfim, estarão presentes todos os Ministérios envolvidos nessa grande jornada.

É importante dizer que esse reconhecimento agora feito oficialmente pela Justiça, Sr. Presidente, teve o apoio de todos os Partidos. Todos trabalharam juntos. A Prefeitura de Porto Alegre não é do PT – perdemos –, mas estava lá conosco; o Governo do Estado não é do PT – perdemos –, mas estava lá conosco; o Governo Federal, aí sim, é a marca do PT, estava lá conosco. Enfim, estavam lá Vereadores e Membros da Comissão de Direitos Humanos. Eu e o Senador Mão Santa fomos recebidos pelo Presidente da Assembléia Legislativa, que também não é do PT, mas nos deu todo o apoio. Isso demonstra que, quando a luta é justa, quando o movimento é correto, adequado, respeitoso, sem nenhuma violência, é vitorioso.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, posso hoje assegurar que a Comunidade Urbana Quilombola Família Silva é vitoriosa, pela unidade de homens de bem que querem efetivamente que a verdade e o direito dos quilombolas sejam reconhecidos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria em saber que, na semana que vem, votaremos aqui a PEC paralela, mediante o acordo firmado ontem

entre os Líderes e o Senador Rodolpho Tourinho, que está com o seu parecer pronto. Falo diariamente da PEC paralela, mas essa proposta não é uma vitória de um ou de outro Senador; é uma vitória do Senado, do acordo entre Executivo e Legislativo, da Câmara dos Deputados e principalmente das entidades de servidores públicos que estão aqui, passo a passo, acompanhando o desenrolar desse processo, que fe-

chará com chave de ouro, eu diria, com a aprovação definitiva na semana que vem.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

PLANTÃO

VARA FEDERAL AMBIENTAL, AGRÁRIA E RESIDUAL

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 8º andar - Porto Alegre/RS - CEP 90.010-395

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO 2005.71.00.020104-4
AUTOR: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES e outros
RÉU: JOSE ANTONIO MAZZA LEITE e outros
INTIMANDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA
ENDEREÇO: LOUREIRO DA SILVA, 515 PRAIA DE BELAS
90010420 PORTO ALEGRE RS

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR, Candido Alfredo
Silva Leal Júnior Juiz Federal da VARA FEDERAL AMBIENTAL, AGRÁRIA
E RESIDUAL da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.**

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador, a quem
for o presente distribuído, que, em seu cumprimento, proceda à **INTIMAÇÃO**
do **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA**, na pessoa do seu representante legal, do conteúdo da decisão de fls.
659-675, que segue em anexo por cópia.

CUMpra-se, na forma e sob as penas da lei, cientificando-o
de que este Juízo funciona no Fórum da Justiça Federal, localizado no
endereço em epígrafe, **com expediente externo das 13 às 18 horas.**

DADO E PASSADO, nesta cidade de Porto Alegre, em 20 de
junho de 2005. Eu, Geziana Locatelli, Técnica Judiciária, expedi o presente
mandado judicial, que segue subscrito pelo(a) DIRETORA DE SECRETARIA,
abaixo firmada por ordem do MM. Juiz Federal.


ANA CLAUDIA CARIOLI
DIRETORA DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO 05201044 - DESPACHO

1. **RELATÓRIO.** Trata-se de ação de manutenção de posse ajuizada por FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES e INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA contra JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS, na defesa da Comunidade Urbana Quilombola Família Silva, localizada no Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre (RS). A parte autora pediu deferimento da liminar de manutenção de posse do art. 928 do CPC (item B de fls. 21). A petição inicial foi apresentada em plantão, tendo o Juiz-Plantonista determinado a distribuição para essa Vara Ambiental (fls. 02). A parte autora juntou documentos (fls. 252-257). Determinou-se a intimação da parte autora para emendar a petição inicial e juntar documentos que o Juízo tinha por relevantes para recebimento da inicial e exame da liminar (fls. 258). Feita a intimação da parte autora (fls. 263-264), o autor INCRA veio aos autos com a petição de fls. 266-271 e os documentos de fls. 272-657. Vieram conclusos. É o relatório. Decido.
2. **FUNDAMENTAÇÃO.** Sobre a situação fática pretérita e atual (fatos novos depois do trânsito em julgado), a documentação juntada pela parte autora dá conta da situação fática que existe quanto ao imóvel discutido na ação. Temos uma ação reivindicatória (processo estadual nº 01198180786) ajuizada pelos réus da presente manutenção de posse (proprietários do imóvel) contra diversas pessoas físicas integrantes da Comunidade Quilombola Família Silva (fls. 272-278). Essa ação reivindicatória tramitou na Justiça Estadual e foi julgada procedente em 10/08/99 em razão da revelia dos demandados (fls. 281-283). A sentença estadual transitou em julgado em 14/09/99 (fls. 283) e estava

sendo executada pelos réus-proprietários, buscando a retomada do imóvel e a retirada dos respectivos ocupantes. Encontra-se atualmente suspensa por força de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em agravo de instrumento (fls. 254-256). Nesta ação reivindicatória, parece que não foi discutida a natureza do imóvel nem houve qualquer intervenção ou participação dos autores dessa ação possessória (não são partes), o que parece só ter ocorrido posteriormente ao trânsito em julgado. Ainda não está esclarecido nos autos o motivo pelo qual os proprietários não conseguiram executar a sentença da reivindicatória nem tiveram ainda a posse do imóvel. Mas é certo que, mesmo depois do trânsito em julgado, ainda não tiveram a posse do imóvel, que se encontra ainda em poder dos demandados daquela ação. Mas, depois do trânsito em julgado da sentença da Justiça Estadual (em 14/09/99) e antes que os proprietários tivessem posse do imóvel, ocorreram fatos novos, que não parece ainda terem sido considerados pelo Juízo Estadual, até porque afetos à competência da Justiça Federal. Tais fatos supervenientes e relevantes são os seguintes: **(a)** em **30/04/04** a Fundação Cultural Palmares passou certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, reconhecendo que a mesma é e ocupa área remanescente de comunidades de quilombos (fls. 23); **(b)** em **03/06/05** o INCRA reconheceu a posse da Associação Comunitária Kilombo da Família Silva sobre o imóvel localizado no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre (fls. 24), discutido nessa ação, sendo esse reconhecimento de posse publicado no Diário Oficial da União de 14/06/05 (fls. 645); **(c)** em **17/06/05** o INCRA expediu a Portaria 19/05 (fls. 656-657), em que aprova as conclusões do "Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para

afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva”, determina a publicação no Diário Oficial e notifica os presumíveis detentores de título de domínio, ocupantes, confiantes e demais interessados na área objeto do reconhecimento, para os fins que especifica (fls. 656-567). A documentação juntada pela parte autora torna perfeitamente plausível e verossímil a afirmação de que providenciará, *“cumpridos todos os trâmites burocráticos, emitir o Título Definitivo de Propriedade para a Associação Comunitária Kilombo da Família Silva, no bojo do Programa Brasil Quilombola”* (fls. 270), o que deveria acontecer em breve, apenas se aguardando o cumprimento de *“todos os trâmites burocráticos”*, tudo para os fins do art. 68 do ADCT/88. Daí a conclusão desse Juízo de que é essa a situação fática atual, com fatos novos e supervenientes à sentença estadual transitada em julgado em 1999, e de que esses fatos estão suficientemente provados nos autos pelos documentos que foram trazidos.

3. Sobre o recebimento da petição inicial de ação possessória, diante desse quadro fático e considerando a existência anterior de ação reivindicatória transitada em julgado na Justiça Estadual, cabe a esse Juízo Federal examinar se essa ação de manutenção de posse se mostra viável para os fins e na forma proposta. Ora, não há dúvida que os autores detêm legitimação ativa para ingressarem com essa medida judicial, uma vez que não foram partes na ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual, uma vez que existem fatos novos ocorridos depois do trânsito em julgado daquela ação reivindicatória e uma vez que a própria Constituição Federal ordena ao Poder Público que proteja e defenda o patrimônio cultural brasileiro *“por meio de inventários,*

registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (art. 215-§ 1º da CF/88, grifou-se), expressamente prevendo que "*ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos*" (art. 215-§ 5º da CF/88) e que "*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*" (art. 68 do ADCT/88). O "Poder Público" de que trata o art. 215 da CF/88 aqui é representado pelos autores Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA, que ocupam o pólo ativo dessa ação e que não foram partes na ação reivindicatória que tramitou e transitou em julgado na Justiça Estadual. Estando ameaçada a posse exercida há muitos anos pelos integrantes daquela Comunidade Quilombola (em razão da pretensão reivindicatória dos réus dessa ação), existindo reconhecimento da natureza pública daquela área como remanescente de quilombo (fatos novos antes referidos) e não tendo isso sido discutido na ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual sem a participação do INCRA ou da Fundação Cultural Palmares (porque os fatos são novos e supervenientes, não existindo ainda na forma atual na época em que transitou em julgado a sentença estadual), é certo que a presente medida judicial se mostra apropriada e viável para a finalidade de defender a posse exercida pela Associação Comunitária Kilombo Família Silva, ao menos até a emissão definitiva do título de que trata o art. 68 do ADCT/88. Descaberia aqui cogitar se os autores deveriam ajuizar ação cautelar preparatória de ação expropriatória ou embargos de terceiro contra o ato de imissão na posse ordenado pelo Juiz de Direito, porque a ação de manutenção de posse pode perfeitamente desempenhar a função postulada nessa ação:

defesa de posse velha em razão de fatos novos e supervenientes, ordenando aos réus dessa ação – **se for o caso** – que se abstenham de tomar medidas contra os integrantes da Comunidade Quilombola ou de obstar o exercício da respectiva posse, enquanto vigente a determinação judicial. Daí a conclusão desse Juízo de que se mostra cabível e admissível a presente ação de manutenção de posse, na forma em que recebida nesse despacho.

4. Sobre o alcance dessa ação possessória e das decisões desse Juízo Federal, considerando que existe anterior sentença da Justiça Estadual (fls. 281-283), transitada em julgado em 14/09/99 (fls. 283) e ainda não executada, é conveniente examinar se disso não decorre coisa julgada que vinculasse esse Juízo e as partes dessa ação de manutenção de posse, ou então examinar se essa sentença não tornou a posse dos integrantes da Comunidade Quilombola ilegítima e ilícita, o que justificaria a rejeição da presente demanda possessória. Por entender necessário o exame do alcance do que havia sido decidido anteriormente na ação que tramitou na Justiça Estadual, esse Juízo Federal determinou que os autores emendassem a petição inicial e trouxessem comprovação dos atos processuais e judiciais praticados na Justiça Estadual (fls. 258), o que foi atendido pela parte autora. Vindo aos autos esses elementos documentais, esse Juízo conheceu e pode examinar os limites da sentença transitada em julgado na Justiça Estadual, concluindo agora que *pode conhecer*, processar e julgar a ação de manutenção de posse ora proposta sem que isso viole a decisão estadual nem alcance questões que tenham sido objeto de coisa julgada naquela ação reivindicatória.
5. É certo que a sentença estadual, tendo transitado em julgado, é lei entre as partes, produz coisa julgada e somente poderá ser

rescindida mediante a competente ação de rescisão. Mas isso não obsta a que esse Juízo Federal conheça e eventualmente defira a tutela possessória postulada na ação de manutenção ora proposta pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA, pelos motivos a seguir declinados:

6. Primeiro, porque não há identidade entre causas de pedir e pedidos nas duas demandas. Na ação reivindicatória, partes privadas discutiam propriedade. Os autores daquela ação reivindicatória (réus nessa ação possessória) pediam o reconhecimento da propriedade sobre o imóvel e a conseqüente imissão de posse. Isso foi reconhecido por sentença que transitou em julgado em 1999. Mas a presente ação possessória não discute propriedade. *Limita-se a discutir a permanência dos integrantes da comunidade remanescente de quilombo naquela área, enquanto se ultimam os procedimentos de titulação definitiva do art. 68 do ADCT/88 (fatos novos e supervenientes ao trânsito em julgado da ação reivindicatória).* Os pedidos são distintos, os fundamentos são distintos, as lides são distintas. Uma não interfere na outra, uma não obsta a outra.
7. Segundo, porque a Fundação Cultural Palmares e o INCRA não foram partes na ação reivindicatória que transitou em julgado na Justiça Estadual em 1999. Mesmo que se alegasse que o direito reconhecido pela Constituição Federal (art. 215 da CF/88 e art. 68 do ADCT/88) é anterior ao trânsito em julgado da sentença da ação reivindicatória, ainda assim aquela sentença da Justiça Estadual somente vincularia e produziria efeitos em relação ao INCRA e à Fundação Cultural Palmares se ~~eles~~ tivessem participado da respectiva relação processual, o que não ocorreu. Se não foram partes da ação reivindicatória, não ficam vinculados ao que lá foi decidido, nem estão impedidos de ~~reconhecer a~~

posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida ou então até mesmo desapropriá-la. O art. 472 do CPC não deixa dúvidas: *"a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros"* (grifou-se). Ora, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares não foram citados para a ação reivindicatória, não foram partes na ação reivindicatória, não são alcançados pela coisa julgada que de lá deriva. Então, não estão impedidos de ajuizar a presente ação de manutenção de posse na defesa do patrimônio cultural brasileiro, como lhes impõe o art. 215 da CF/88. Apenas para ilustrar como ambos ficam excluídos da coisa julgada decorrente da sentença da ação reivindicatória, pode-se recorrer à analogia com a sentença proferida pela Justiça do Trabalho em relação ao INSS: um empregado ajuíza uma reclamatória trabalhista contra o empregador, para reconhecer determinado vínculo de emprego. O empregador deixa de contestar a ação e, revel, é condenado, declarando o Juiz do Trabalho que existiu durante aquele período a relação de emprego e o vínculo trabalhista. Pois bem, isso não é imediatamente oponível ao INSS para fins previdenciários. O INSS, que não foi parte naquela demanda trabalhista, não está obrigado a computar aquele tempo de serviço reconhecido pelo Juiz do Trabalho pela singela razão de que não foi parte naquela relação processual. A coisa julgada ali produzida não lhe alcança porque não foi parte no processo. O mesmo acontece em relação aos autores dessa ação quanto à sentença da ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual: a sentença, mesmo que transitada em julgado, não é oponível contra INCRA e Fundação

Cultural Palmares, que não foram partes nem participaram daquela relação processual.

8. Terceiro, porque posse e propriedade não são relações estáticas no tempo, que se consumam num único momento, que sejam exauridas ou cristalizadas no exato instante em que reconhecidas. São relações continuativas, que dependem do tempo, que produzem efeitos no tempo, dia após dia, instante após instante. São influenciadas pela passagem do tempo e pelo que acontece no mundo fático e no mundo jurídico, tanto que o Código Civil prevê situações em que a propriedade e a posse são adquiridas (arts. 1204-1209 e 1238-1274 do CC) ou perdidas (arts. 1223-1224 e 1275-1276 do CC), evidenciando que são relações dinâmicas, que se sucedem e produzem efeitos no tempo. Basta imaginar, por exemplo, que o fato de alguém ter sido vitorioso numa ação de reivindicação contra outrem não lhe garante propriedade absoluta, eterna ou permanente sobre a coisa, que pode vir a ser desapropriada pelo Poder Público nas hipóteses legais, havendo então um fato novo e superveniente que provoca a perda da propriedade (art. 1275-V do CC). A própria tutela possessória prevista na legislação processual é garantida mediante tutelas fungíveis entre si (art. 920 do CPC), evidenciando que o direito reconhece e trata a posse como algo essencialmente dinâmico e mutável, que não fica cristalizado no tempo nem se exaure num único instante. Então, o fato de uma sentença estadual ter reconhecido em 1999 o direito dos então autores-proprietários se imitirem na posse do imóvel de sua propriedade não impede que posteriormente, ainda não cumprida aquela determinação judicial, esses mesmos autores-proprietários sejam impedidos de terem a posse do mesmo imóvel por força de fatos supervenientes e novos, que naquela época ainda não

estavam concretizados de forma inequívoca, como acontece no caso dos autos. Como já foi dito anteriormente, a sentença estadual da ação reivindicatória transitou em julgado em **14/09/99** (fls. 283). Mas, como ainda não foi executada, ainda não houve a perda da posse pelos ocupantes do imóvel discutido, tendo havido fatos novos e supervenientes em **30/04/04** (conforme fls. 23, quando a Fundação Cultural Palmares passou certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, reconhecendo que a mesma é e ocupa área remanescente de quilombo), em **03/06/05** (conforme fls. 24, quando o INCRA reconheceu a posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação), em **14/06/05** (conforme fls. 645, quando esse reconhecimento pelo INCRA foi publicado no Diário Oficial da União e tomado público), e em **17/06/05** (conforme fls. 656-657, quando o INCRA expediu a Portaria 19/05, aprovando as conclusões do *"Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva"*). Tudo isso ocorreu muito depois do trânsito em julgado da sentença da ação reivindicatória, versando sobre questões que não foram ventiladas nem tinham porque serem ventiladas na ação reivindicatória, que envolvia apenas partes privadas e uma pretensão de natureza civil sobre a área. Mas esses fatos supervenientes alteraram as relações dos réus em relação à área discutida, assegurando o reconhecimento estatal de que o imóvel discutido se enquadra naquilo que prevêem os arts. 215 da CF/88 e 68 do ADCT/88, com [as] consequências jurídicas daí decorrentes, que se encontram [a] iminência de serem praticadas pelo INCRA nos próximos dias. Portanto, como

fatos novos e supervenientes, eles provocam alteração direta na situação fática e indireta na situação jurídica relativamente à posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida nessa ação possessória e naquela ação reivindicatória da Justiça Estadual.

9. Quarto, porque o art. 471-I do CPC estabelece que *“nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativamente à mesma lide, salvo (...) se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença (...)”*. Ora, não é propriamente disso que se trata nos autos, porque não cabe aqui decidir questões já decididas (nada foi decidido a respeito do art. 68 do ADCT/88 ou do art. 215 da CF/88 na sentença da ação reivindicatória), não se trata de revisão da mesma lide (a lide é diversa) e não são as mesmas as partes (o INCRA e a Fundação Cultural Palmares não foram partes na ação reivindicatória). Mesmo assim, é possível a utilização do princípio processual posto no art. 471-I do CPC para permitir que as questões novas e supervenientes ocorridas em relação ao imóvel discutido nessa ação fossem conhecidas e apreciadas pelo Juízo competente, que no caso é o Juízo Federal (art. 109-I da CF/88), sem que isso significasse violação à coisa julgada decorrente da ação reivindicatória. Como dito, posse e propriedade são relações continuativas, que perduram no tempo, que não se esgotam num instante. Mesmo que passada em julgado sentença de mérito em ação reivindicatória, as novas e supervenientes questões surgidas quanto às relações de posse e propriedade poderão ser apreciadas em nova sentença, o que é o caso dos autos.

10. Em conclusão, nessa ação possessória ajuizada pelo INCRA e pela Fundação Cultural Palmares não se discute a propriedade que os réus (autores da ação reivindicatória) tinham anteriormente sobre o imóvel, nem se discute a rescisão da sentença proferida pela Justiça Estadual na ação reivindicatória. Não é disso que trata a presente ação possessória. Nada se desconstitui nessa possessória, nada se ordena ao Juiz de Direito. Sua competência jurisdicional não é invadida por esse Juízo, que se limita a examinar a proteção possessória pedida pela parte autora para a situação atual e contemporânea. A atuação jurisdicional desse Juiz Federal da Vara Ambiental de Porto Alegre se volta tão-somente contra os réus da presente ação (mesmo que sejam eles os mesmos que foram autores-proprietários da ação reivindicatória). É contra eles que a parte autora se volta, é contra eles que eventualmente se volta decisão desse Juízo Federal. Apenas será determinado, se for o caso, que os mesmos se abstenham de turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação, ordenando aos réus dessa ação possessória que se abstenham de adotar quaisquer providências, judiciais ou extrajudiciais, que possam provocar, limitar ou afetar a posse sobre a área reconhecida pela parte autora em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, tudo até ulterior julgamento da presente ação de manutenção de posse ou à ultimação da titulação definitiva de que trata o art. 68 do ADCT/88. Daí a conclusão desse Juízo Federal que esses são os limites e o alcance da presente ação possessória, que não invade competência do Juiz de Direito da ação reivindicatória anteriormente transitada em julgado.

11. Sobre a liminar possessória, a parte autora comprova documentalmente nos autos, de forma inequívoca, a posse legítima e constitucionalmente reconhecida da Associação Comunitária Kilombo Família Silva. Entende esse Juízo que essa posse está comprovada principalmente a partir dos seguintes documentos que constam dos autos: (a) o minucioso, detalhado e bem-lançado laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva, denominado "*Família Silva: Resistência Negra no bairro Três Figueiras*", elaborado por Ana Paula Comin de Carvalho e Rodrigo de Azevedo Weimer, de fls. 40-235 dos autos, dando conta de como se formou aquela comunidade remanescente de quilombo, bem como a forma pela qual ela se enquadra na previsão constitucional do art. 68 do ADCT/88, ao que agora me reporto; (b) a certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, passada pela Fundação Cultural Palmares, em 30/04/04, de fls. 23, onde foi oficialmente reconhecido pelo Poder Público que a área ocupada é remanescente de quilombo e assim goza da proteção constitucional; (c) o termo de reconhecimento de posse feito pelo INCRA em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, em 13/06/05, concluindo aquele reconhecimento, conforme fls. 24 (publicado no DOU de 14/06/05, conforme fls. 645); (d) a Portaria 19/05, do INCRA, de 17/06/05, conforme fls. 656-657, quando o INCRA aprovou as conclusões do "*Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva*" e determinou as providências necessárias à ultimação dos procedimentos de titulação definitiva da área, na forma do art. 68 do ADCT/88.

Esses são documentos idôneos que constam dos autos, aptos ao reconhecimento pelo Poder Público de que a Associação Comunitária Kilombo Família Silva preenche os requisitos constitucionais do art. 68 do ADCT/88 e, portanto, tem direito àquela proteção constitucionalmente prevista.

12. É óbvio que a regularização da situação não ocorre de forma instantânea, existindo procedimentos burocráticos e administrativos que devem ser adotados, inclusive para prevenir e resguardar eventuais direitos de terceiros, como talvez seja o caso dos réus da presente ação, que talvez tenham direito a alguma espécie de compensação pela titulação definitiva do art. 68 do ADCT/88, se for o caso e como se decidirá na instância administrativa e judicial apropriada. Mas isso não pode impedir que os integrantes da Associação Comunitária Kilombo Família Silva continuem usando e gozando da posse sobre a área discutida, como parece vem sendo feito pelos seus antepassados há mais de 60 anos, nos termos do laudo antropológico e histórico antes referido. Seria absurdo permitir esse Juízo, diante de tão-
flagrantes provas e evidências, que os integrantes da Comunidade Quilombola fossem desapossados e retirados da área, para que então fossem feitos os procedimentos administrativos do art. 68 do ADCT/88 e então eles pudessem retomar apenas quando tivessem um título definitivo. Se durante mais de 60 anos os remanescentes da comunidade permaneceram e lutaram pela posse da área, ali exercendo suas atividades, dali extraindo sua subsistência, ali existindo, vivendo, morando, trabalhando, sofrendo, lutando, resistindo sempre à margem da ordem vigente e muitas vezes contra a própria ordem vigente, seria verdadeira heresia jurídica que esse Juízo, a título de cumprimento do art. 68 do ADCT/88, permitisse que os

mesmos fossem dali retirados para que então fosse reconhecido o título definitivo à posse. A cidade que cresceu à volta da comunidade quilombola durante 60 anos não pode agora esmagá-los. Se durante 60 anos não conseguiu esmagá-los, não pode agora fazê-lo às vésperas do reconhecimento do seu título definitivo do art. 68 do ADCT/88. A Constituição Federal atribui dever de proteção e preservação do patrimônio cultural ao Poder Público (art. 216-§ 1º da CF/88), incluindo-se no termo "Poder Público" não apenas o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, mas também o próprio Poder Judiciário, a quem cabe a prestação de jurisdição de forma a fazer valer a legalidade e também de tornar eficiente e adequada a proteção aos bens e aos interesses discutidos em juízo, inclusive o patrimônio cultural brasileiro.

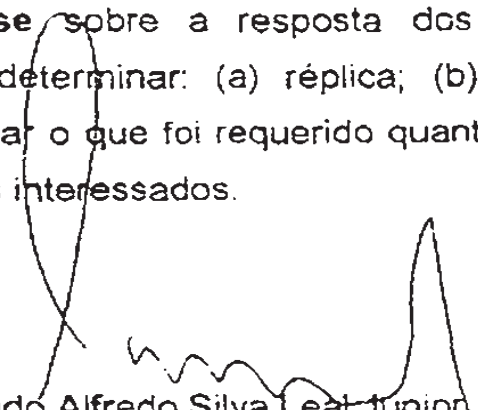
13. Dessa forma, ocupando a área há mais de 60 anos e estando isso agora devidamente reconhecido pelo Poder Público e em vias de titulação definitiva, a Comunidade Quilombola parece ter inequívoco direito ao que postula, sendo cabível o deferimento da proteção possessória agora postulada, como forma de: **(a)** garantir o exercício do seu direito constitucional do art. 68 do ADCT/88; **(b)** acautelar, proteger e preservar o patrimônio cultural brasileiro (art. 216-§ 1º da CF/88); **(c)** assegurar um resultado útil e eficiente (art. 37-caput da CF/88) aos procedimentos administrativos adotados no âmbito da Fundação Cultural Palmares e do INCRA para titulação definitiva da área (art. 68 do ADCT/88); **(d)** assegurar proteção àqueles que há tanto tempo resistem e lutam pela própria sobrevivência, mesmo que às margens da ordem vigente e ao custo da própria sobrevivência, sem nunca terem perdido sua dignidade ou deixado de lutarem por ela.

14. **DECISÃO.** Por isso, defiro a liminar requerida (item B de fls. 21 e art. 928 do CPC) para: (a) reconhecer e assegurar provisoriamente a posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida na presente ação, nos termos em que reconhecido pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA; (b) determinar aos réus JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS que se abstenham de reivindicar, turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação; (c) ordenar a esses réus JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS que se abstenham de adotar quaisquer providências, judiciais ou extrajudiciais (inclusive aquelas já em curso, que deverão imediatamente sustar), que possam provocar, limitar ou afetar aquela posse sobre a área reconhecida pela parte autora em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, tudo até ulterior julgamento da presente ação de manutenção de posse ou à ultimação da titulação definitiva de que trata o art. 68 do ADCT/88; (d) fixar multa diária de R\$ 10.000,00, por dia, para cada réu que descumprir os termos da presente decisão ou deixar de adotar as providências necessárias para efetivação da presente ordem judicial, com fundamento nos arts. 273 e 461 do CPC, e sem prejuízo das sanções cabíveis pelo descumprimento, tudo nos termos da fundamentação.
15. **Expeça-se mandado de intimação e citação dos réus** (JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS) ~~para~~ que fiquem cientes e dêem imediato cumprimento à presente liminar, bem

como para que respondam ou contestem no prazo legal, sob pena de revelia.

16. **Expeça-se mandado de intimação** para o autor INCRA, para que fique ciente da presente decisão.
17. **Comunique-se por meio cêlere** (item 3 de fls. 258) o autor FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, para que fique ciente da presente decisão.
18. **Expeça-se mandado de intimação** (com cópia da petição inicial e do presente despacho) para que a Associação Comunitária Kilombo Família Silva (fls. 29 e 32-39), na condição de terceiro interessado, fique ciente do ajuizamento da ação e do despacho.
19. **Oficie-se ao Juiz de Direito** do processo 01198180786 (fls. 272-273), remetendo cópia da petição inicial e da presente decisão, tão-somente para lhe dar ciência do ajuizamento da ação para as providências que e se entender cabíveis.
20. Após, feitas as comunicações e decorrido o prazo de resposta dos réus, **remetam-se ao MPF** para manifestar-se sobre seu interesse em intervir no feito, em cinco dias.
21. Após, **certifique-se** sobre a resposta dos réus e **venham conclusos** para determinar: (a) réplica; (b) especificação de provas; (c) examinar o que foi requerido quanto à intervenção do MPF e de terceiros interessados.

Em 20/6/2005.



Cândido Alfredo Silva Leal Junior
Juiz Federal da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O nobre Senador será atendido, conforme o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim referiu-se aos movimentos sociais que estão fazendo o seu trabalho em Brasília, como as esposas de militares e os funcionários públicos. Informo que, nos dias 28, 29 e 30 de junho, haverá a hora do agricultor. Virão a Brasília agricultores do Rio Grande do Sul; do Acre, Estado do Senador Sibá Machado; de Roraima, Estado do Senador Augusto Botelho; e virão também do Nordeste. O Nordeste que não se enquadrava nesses movimentos não resiste mais. Do Centro-Oeste, devem chegar a Brasília, no dia 28, em torno de 1,5 mil máquinas, tratores, colheitadeiras, equipamentos agrícolas, e a soma dos produtores deve girar em torno de 25 mil. Será que esses produtores vêm passear em Brasília? Não. Está na hora de preparar o solo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Nação está assistindo à paralisia quase total da agricultura brasileira porque a safra deste ano caiu 18 milhões de toneladas de grãos e pluma. Entretanto, essa não foi a maior praga que se abateu sobre os produtores rurais brasileiros. Foi exatamente o desequilíbrio entre o custo da produção e a receita. Se colocados em uma balança, o custo de produção está muito mais alto que a receita.

E vem do Sul do País, principalmente do Rio Grande do Sul, um abate sobre a produção em função da seca, que acarretou um decréscimo de 70% na produção em relação ao ano passado.

Isso tudo fez com que os agricultores se movimentassem. Constrangidos, eles vêm a Brasília para pedir ao Congresso Nacional, pedir ao Governo Federal que lhes dê apoio. Ninguém virá aqui pedir anistia de dívida, pedir perdão de dívida ou querendo dar calote nos bancos ou nas empresas privadas. Eles vêm aqui pedir uma renegociação da dívida deste ano de 2005, Sr. Presidente, porque, se no ano passado tivemos uma boa produção e uma boa comercialização, espera-se que no ano de 2006 já ocorra isso.

No entanto, o clima hoje é horrível, em função desse desequilíbrio e da perda de renda do produtor brasileiro este ano. É tão dramática a situação que os agricultores perderam quase tudo que construíram nesses últimos nove anos, que foram de boa produção, de bom preço.

Alguns setores do Governo entendem que, se o agricultor foi bem nesses nove anos, ele está com dinheiro no banco, ele tem gordura para queimar, ele

pode suportar o prejuízo deste ano. Aí está o engano. Nenhum produtor guarda dinheiro ou manda valores para a Suíça ou para algum país considerado do mundo econômico. Não, não manda. Ele investe na terra, compra mais máquinas agrícolas, constrói mais armazéns, aplica em melhor tecnologia, seja na pecuária, seja na agricultura. O agricultor, enfim, não tem recurso guardado para suportar a atual situação.

Por isso, falamos ontem aqui e repetimos hoje que o movimento social que hoje temos em Brasília será engrossado na próxima semana com os produtores rurais, aqueles que no passado eram caloteiros e que, depois da renegociação de suas dívidas, foram para a produção e fizeram deste Brasil o paraíso do agronegócio. Esses produtores, hoje, não conseguem pagar suas contas e não conseguem continuar fazendo sua lavoura para o próximo ano. O resultado, Senador Augusto Botelho, é que no próximo ano teremos uma menor safra, uma degeneração do emprego, e o Brasil não terá produto para exportação. Enfim, as cidades morrerão, porque não têm aquilo que mais agrega valores, que agrega emprego e renda à sociedade brasileira, sobretudo nos municípios produtores.

Por isso, mais uma vez estamos aqui encarecendo ao Governo. Eu disse ontem que não foi bom o encontro das duas Comissões de Agricultura, da Câmara e do Senado, com o Ministro Antonio Palocci no Ministério da Agricultura anteontem. O Ministro Palocci foi insensível à causa dos agricultores dizendo que, se a Previdência está com o déficit de R\$9 bilhões por ano, não sobra dinheiro para ajudar a agricultura brasileira.

Por isso, encareço aos Senadores para que somemos esforços. Essa comissão de produtores estará no Senado no dia 29. Vamos recebê-los com carinho e fazer o possível para, independentemente do partido político... Aqui não há diferenciação do produtor pelo seu porte: o pequeno produtor e o assentado estão no mesmo barco. O que não há é preço para o seu produto. E pior: o Ministério da Agricultura não tem dinheiro para comprar sequer dos produtores das áreas de assentamento, dos quais o Governo tanto prometeu comprar, mas não tem dinheiro.

Disse o Ministro Palocci que já liberou R\$400 milhões para a compra dos produtos agrícolas nas áreas de preço deprimido. Não! Esse dinheiro não saiu, não existe, e está lá o Ministro Roberto Rodrigues numa saia justa, porque S. Ex^a é Governo e também é do seio dos produtores rurais deste País, sem poder fazer nada.

Há uma solicitação de aparte do Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a é um dos nossos defensores da

agricultura e também um defensor do emprego, porque cada emprego gerado no campo resulta na criação de quatro indiretos na cidade. Essa quebra da safra vai prejudicar nosso superávit comercial deste ano. Nossos títulos estão sendo vendidos a 120% do valor de face. Fazia tempo que não se chegava a isso, graças ao desempenho, sobretudo, da agricultura, que entendo ser a grande responsável por isso. A agricultura tem muitas variantes. Para plantar, depende-se do clima, do tempo, da chuva, do tempo certo de aplicar o defensivo ou o calcário... Então, as variantes que envolvem a agricultura são muitas e nossos agricultores têm tecnologia e sabem produzir sem subsídio do Governo, mas o Governo tem que fazer um esforço agora para conseguir socorrer a agricultura e conseguir mais crédito. A agricultura precisa de R\$80 bilhões para o plantio sair do jeito que se espera, para os investimentos necessários, mas talvez o Governo só libere R\$45 bilhões. Mas vamos lutar, porque a agricultura não tem partido. Aliás, ela tem um partido, sim, o do povo, porque, produzindo-se mais, a comida fica mais barata e o povo pode comer mais. Um salário mínimo equivalente a US\$120 significará mais comida no prato do povo. Mas só vai haver mais comida se houver mais produção, porque, se a produção diminuir, o preço vai subir, como é a lei do mercado. Os agricultores estarão aqui em Brasília e terão todo o apoio e carinho desta Casa. V. Ex^a e o Senador Osmar Dias são os principais porta-vozes da agricultura no Brasil, mas todos nós Senadores desta Casa sabemos da importância que tem a agricultura para a economia e principalmente para o povo brasileiro, que precisa ser mais bem alimentado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, Sr. Senador Augusto Botelho, uma das belas revelações nesta Casa nesta última legislatura.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Jonas Pinheiro, em primeiro lugar, como também sou um filho desta área, camponês que fui durante dez anos da minha vida, uma das lições duras que aprendemos é que o setor camponês vive sempre da própria sorte, em todos os aspectos. No primeiro momento, quando a natureza é muito dura, muito drástica, porque chove demais, porque chove de menos, porque aparece uma praga, há o prejuízo, pois estamos à mercê da vontade da natureza; em outros momentos, quando ela é generosa, quando tudo acontece no seu belo ritmo, ocorre o problema da supersafra e o camponês, o agricultor, o produtor rural continua com problemas porque vai conviver com uma situação de desequilíbrio de preço. Mas, no meio disso tudo, temos duas coisas para tra-

tar. Uma delas é o lado bom de que a representação do nosso Governo, a representação do Brasil na OMC abre cada vez mais canais de equilíbrio do mercado mundial sobre os produtos de exportação nacional. Agora tivemos mais uma vitória na OMC, pois a União Européia, no ramo do açúcar, vai ter que rever seus incentivos aos seus produtores para poder permitir um melhor equilíbrio de vendas. Mas agora estamos diante desse fato que V. Ex^a acaba de trazer. Temos um problema. Concorro com V. Ex^a quando diz que o produtor rural não acumula capital. É uma verdade, ele não acumula capital, porque os investimentos são muito rotativos e exigem, cada vez mais, uma garantia de preço básico por conta ou de um investimento muito grande em alta tecnologia, que têm de ser feito para se gerar competição, ou por conta da geração de novos postos de trabalho. Estou estudando a preocupação de V. Ex^a, estou, digamos, acatando essa preocupação. Acho que precisamos realmente analisar com todo carinho do mundo, porque, pelos bons números das exportações brasileiras nesses últimos períodos, a produção rural teve uma participação notável, pública e notável. Portanto, não pode um dos setores mais importantes hoje para o dinamismo da economia brasileira, de uma hora para outra, ter de responder por um problema e ficar a sua própria sorte. Portanto, irmano-me a V. Ex^a na sua preocupação, que acho muito justa, e quero me colocar à disposição para ajudar nas negociações que se fizerem necessárias.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Sibá Machado...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jonas Pinheiro, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sei que a nossa preocupação é também a de V. Ex^a. Daqui a pouco farei um resumo e agora concedo ao Senador Paulo Paim, que tem tratado do assunto porque “sofre na carne” aquilo que sofrem os gaúchos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, um especialista na área e uma referência para todos nós, por trazer a debate um assunto que tenho cobrado muito aqui no Senado, cobrado de forma respeitosa, porque tenho cobrado dos nossos parceiros, dos nossos companheiros de legislatura, o debate de grandes temas nacionais. De fato, este tema está na Ordem do Dia. Entre os dias 28 e 29, como muito bem lembra V. Ex^a, estarão aqui cerca de 20 mil produtores rurais de todo o País querendo discutir uma política para o setor e, naturalmente, a política de recursos, a política de exportação e até mesmo a forma como hoje estão entrando no País o arroz, o vinho e outros produtos, até por contrabando, pelo Uruguai, pela Argentina, numa disputa totalmente ilegal, até como

dumping, em relação ao nosso produtor. Será com muita alegria que receberei, nos dias 28 e 29, uma delegação de produtores do Rio Grande, que irá me entregar, em meu gabinete, um lenço vermelho e um branco, como símbolo da luta entre maragatos e chimangos, pedindo a unidade da Bancada gaúcha, pois maragatos e chimangos eram adversários que só se uniram mesmo no momento de defender a caminhada do Presidente da República, na época Getúlio Vargas. Maragatos e chimangos estariam unidos na defesa dos nossos produtores, porque a boa produção no campo significa alimento mais barato na mesa do trabalhador, significa mais empregos, mais divisa, significa que o Estado, que está muito mal, vai arrecadar muito mais. Por isso, sou solidário a esse movimento. Acho legítima essa mobilização, porque democracia é isso: os setores se organizam, se mobilizam e buscam políticas que atendam à reivindicação, que é mais do que justa. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, Senadores Augusto Botelho, Sibá Machado e Paulo Paim.

Este meu breve pronunciamento é para solicitar, de fato, que os lenços brancos e vermelhos se unam neste instante, porque precisamos dessa união. O que o agricultor está pedindo? Está pedindo algo que o Governo pode fazer.

Sr. Presidente, encerrarei o meu pronunciamento em um minuto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Para a parcela da dívida deste ano que o agricultor não pode pagar, há um recurso do FAT. O Codefat já quer fazer essa negociação com os produtores, porque sabe que pode ocorrer desemprego se não houver esse apoio aos produtores rurais do Brasil inteiro. Eles querem ajudar a pagar essa conta aos fornecedores. Hoje, 65% do crédito do produtor vem dos vendedores de insumos, da fábrica de fertilizantes, da fábrica de defensivo agrícola e de máquinas e equipamentos.

Esse recurso do FAT é pago, por meio do Banco do Brasil, a essas empresas, que ficam com crédito para continuar renovando a sua lavoura. Esse dinheiro existe.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O tempo de V. Ex^a se esgotou. Concederei mais um minuto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Portanto, trata-se de um apoio do Governo Federal para que eles consolidem a dívida deste ano e possam trabalhar. É o que estamos precisando.

Por fim, estou indo agora para São Paulo. Existe uma reunião referente ao 4^a Congresso Brasileiro de Agribusiness, em São Paulo. Representarei a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A minha participação naquele encontro do agronegócio no Brasil enfatizará exatamente este tema: precisamos do apoio não só do Governo e do Congresso Nacional, mas também do agronegócio brasileiro – aqueles que ganharam muito dinheiro com relação ao produtor. Queremos que agora essas empresas, fábricas e indústrias também colaborem com o agricultor brasileiro.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o assunto era muito importante.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com certeza, Senador Jonas Pinheiro. Faça das suas as minhas palavras.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada, a convite do Governo alemão e representando o Senado Federal, por indicação do Presidente Renan Calheiros, participei do Seminário Internacional sobre Políticas contra a Fome, realizado em Berlim.

Considerando que é necessária a mobilização da comunidade internacional para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Ministério de Proteção ao Consumidor, Alimentação e Agricultura alemão reuniu cientistas sociais e especialistas em desenvolvimento e direitos humanos de todo o mundo para debater a implementação de Diretrizes Voluntárias que possam apoiar a realização progressiva do Direito à Alimentação Adequada a todas as pessoas no planeta.

O encontro foi presidido pelo embaixador do Irã, Saeid Nouri-Naemi, e teve a participação, entre outros, de Joel Aliro-Omara, da Comissão de Direitos Humanos de Uganda, do Ministro da Agricultura de Serra Leoa, Sama Sahr Monde; e especialistas dos cinco continentes. Do Brasil, Flavio Luiz Schieck Valente, relator nacional do Direito à Alimentação, expôs muito bem o programa Fome Zero, por meio de suas iniciativas, como a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a construção de cisternas na região semi-árida, o apoio às formas cooperativas de produção, o programa Bolsa-Família, entre outras.

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico à alimentação suficiente e segura para atender as necessidades dietéticas de uma vida ativa e saudável. Os quatro pilares fundamentais da segurança alimentar são: disponibilidade, estabilidade de oferta, acesso e utilização.

A realização progressiva do direito à alimentação adequada requer que os governos preencham as obrigações de direitos humanos diante da lei internacional. O problema maior existe quando há um número muito grande de famílias que não são capazes de prover o necessário para seus membros, seja porque são muito idosos, muito moços, inabilitados, seja porque não conseguem realizar trabalhos produtivos que lhes possam assegurar renda adequada. Nesses casos, muitos países adotam uma rede de segurança alimentar.

Uma das experiências, relatada por Bernd Schubert, foi o programa desenvolvido na Zâmbia, onde há um milhão de famílias pobres, metade da população. Destas, apenas 400 mil conseguem consumir entre 1.400 e 1.800 calorias diárias, e as outras 600 mil estão em estado crítico, consumindo menos de 1.400. Constatou-se que muitas vezes os programas de combate à pobreza atendem mais as famílias pobres em estado menos crítico do que aquelas em condição mais vulnerável. Daí se considerou a adoção dos seguintes princípios:

- as políticas sociais devem priorizar os mais necessitados, especialmente nos países

pobres, onde a escassez de recursos limita a compreensão desses programas;

- a abrangência da assistência deve ser eficaz, de maneira que ninguém, entre os mais necessitados, fique excluído e que aqueles que não estão em necessidade sejam excluídos;

- os princípios de não-discriminação, assim como dignidade e autonomia dos beneficiários da assistência, devem ser respeitados;

- a assistência precisa ser fornecida numa maneira regular, confiável, em tempo hábil e levar em conta as prioridades dos beneficiários;

- as garantias legais devem ser estabelecidas para assegurar aos beneficiários seu direito na justiça;

- a capacidade administrativa e as circunstâncias locais, como os mercados e interesses comerciais de produtores da cada região, devem ser respeitados;

- os programas precisam ter baixos custos de transferência e impacto alto em relação ao seu custo, maximizando benefícios;

- as pessoas afetadas devem participar da maneira mais integral possível no desenho, na implementação e no monitoramento dos respectivos programas sociais.

Foi então que se debateu a instituição de uma renda básica de cidadania, ou seja, a extensão do direito a uma renda modesta, mas, na medida do possível, suficiente para atender as necessidades vitais, incluindo a de se alimentar adequadamente três vezes ao dia, a todos, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Essa pode ser a maneira mais eficaz de atingir todos e justamente aqueles que estão em maior dificuldade.

É claro que perguntaram por que pagar também aos mais ricos. Mas compreenderam que esses contribuiriam mais, para que eles próprios e todos os demais na sociedade recebessem. Verificou-se, então, que a Renda Básica de Cidadania paga a todos é um ideal a ser buscado por todos os países e uma solução alternativa considerada muito boa. É a melhor forma de prover dignidade e autonomia a todos, por isso todos saudaram a iniciativa brasileira. Em janeiro de 2004, o Congresso

Nacional aprovou, e o Presidente Lula sancionou, a lei que institui gradualmente a Renda Básica no Brasil.

Quero aqui anexar, Sr. Presidente, o texto da palestra que ali formulei, relativamente aos prospectos de uma renda básica como instrumento para erradicar a fome e a absoluta pobreza, e de como, no Brasil, foi aprovada e sancionada a renda básica de cidadania, como será ela implementada, passando-se, gradualmente, das experiências que estão tendo rápida evolução no Bolsa Família, que atingirá, no próximo ano, um quarto da população brasileira, cerca de 11 milhões e 200 mil famílias, até que cheguemos à nova etapa da instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, também quero aqui fazer uma exposição a respeito do requerimento que apresentei e foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na última terça-feira, no sentido de que o Presidente Henrique Meirelles e todos os diretores do Banco Central do Brasil – Alexandre Schwartzman, Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant’Anna Bevilaqua, Antonio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sérgio Darcy da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom – prestem esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal acerca dos critérios utilizados na definição mensal da Taxa Selic, ou seja, da taxa de juros básica.

Considerando que na audiência pública de 29 de março último, quando perguntei ao Ministro Antônio Palocci a respeito da proposição de se instituir uma sistemática tal pela qual as reuniões do Copom passassem a ser gravadas – se não transmitidas ao vivo, pelo menos retransmitidas, digamos, 24h ou 48h após a reunião –, de maneira que a opinião pública pudesse conhecer a forma de raciocínio dos diretores do Banco Central no momento de definir a taxa básica de juros. Naquela ocasião, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, respondeu: “os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados, e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogar com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação, e vão fazer uma discussão muito mais apropriada do

que no meu caso, que não participo das reuniões e que não tenho assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta”.

Diante dessa resposta, abracei a proposição do Ministro Antônio Palocci para que os Diretores do Banco Central possam explicar como, por exemplo, consideram a evolução da atividade econômica da taxa de emprego...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, só vou concluir.

Sr. Presidente, como os diferentes diretores do Banco Central e os membros do Copom refletem? Será que uma diminuição gradual da taxa de juros poderá, diante de uma situação em que a taxa de desemprego ainda se encontra acima de 10% da força de trabalho, não proporcionar um estímulo maior ao investimento que possa resultar em aumento da capacidade produtiva, em aumento da oferta de bens e serviços e condições para que, considerando todos os fatores que afetam a demanda agregada e a oferta agregada de bens e serviços, como o aumento da capacidade produtiva e da oferta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Eduardo Suplicy, concedo a V. Ex^a apenas um minuto, sem prorrogação, já que assim foi decidido pela Mesa e pelos demais Líderes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito bem. Complemento o pensamento: de maneira que pudesse a oferta de bens e serviços contribuir para o próprio objetivo da autoridade monetária de estabilizar os preços na economia?

Espero que, em agosto, possamos ter a oportunidade de promover esse debate com os membros do Copom na Comissão de Assuntos Econômicos.

Requeiro, Sr. Presidente, sejam transcritos o teor completo do requerimento e também a íntegra da palestra que fiz em Berlim.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JB

Políticas contra a Fome

*EDUARDO SUPLICY***[19/JUN/2005]**

A convite do governo alemão, participei nesta semana do Seminário Internacional sobre Políticas contra a Fome, em Berlim. Considerando que é necessária a mobilização da comunidade internacional para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Ministério de Proteção ao Consumidor, Alimentação e Agricultura alemão reuniu cientistas sociais e especialistas em desenvolvimento e direitos humanos de todo o mundo para debater a implementação de Diretrizes Voluntárias que possam apoiar a realização progressiva do Direito à Alimentação Adequada a todas as pessoas no planeta.

O encontro foi presidido pelo embaixador do Irã, Saeid Nouri-Naemi, e teve a participação, dentre outros, de Joel Aliro-Omara, da Comissão de Direitos Humanos de Uganda, e do Ministro da Agricultura de Serra Leoa, Sama Sahr Monde. Do Brasil, Flávio Luiz Schieck Valente, relator nacional do Direito à Alimentação, expôs muito bem o programa Fome Zero, através de suas iniciativas, como a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a construção de cisternas na região semi-árida, o apoio às formas cooperativas de produção, o programa Bolsa-Família, entre outras.

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico à alimentação suficiente e segura para atender as necessidades dietéticas de uma vida ativa e saudável. Os quatro pilares fundamentais da segurança alimentar são disponibilidade, estabilidade de oferta, acesso e utilização.

A realização progressiva do direito à alimentação adequada requer que os governos preencham as obrigações de direitos humanos diante da lei internacional. O problema maior existe quando há um número muito grande de famílias que não são capazes de prover o necessário para seus membros, seja porque são muito idosos, muito moços, não habilitados, ou porque não conseguem realizar trabalhos produtivos que lhes possam assegurar renda adequada. Nesses casos, muitos países adotam uma rede de segurança alimentar.

Uma das experiências, relatada por Bernd Schubert, foi o programa desenvolvido na Zâmbia, onde há um milhão de famílias pobres, metade da população. Destas, apenas 400 mil conseguem consumir entre 1400 e 1800 calorias diárias e as outras 600 mil estão em estado crítico, consumindo menos de 1400. Constatou-se que muitas vezes os programas de combate à pobreza atendem mais as famílias pobres em estado menos crítico do que aquelas em condição mais vulnerável. Daí se considerou a adoção dos seguintes princípios:

- As políticas sociais devem priorizar aos mais necessitados, especialmente nos países pobres, onde a escassez de recursos limita a compreensão desses programas;

- A abrangência da assistência deve ser eficaz, de maneira que ninguém, dentre os mais necessitados, fique excluído e que aqueles que não estão em necessidade sejam excluídos;

- Os princípios de não-discriminação assim como de dignidade e autonomia dos beneficiários da assistência devem ser respeitados;

A assistência precisa ser fornecida numa maneira regular, confiável, em tempo hábil e levar em conta as prioridades dos beneficiários,

-As garantias legais devem ser estabelecidas para assegurar aos beneficiários seu direito na justiça;

-A capacidade administrativa e as circunstâncias locais como os mercados e interesses comerciais de produtores de cada região devem ser respeitados;

- Os programas precisam ter baixos custos de transferências e impacto alto em relação ao seu custo, maximizando benefícios;

-As pessoas afetadas devem participar da maneira mais integral possível no desenho, na implementação e no monitoramento dos respectivos programas sociais.

Foi então que se debateu a instituição de uma renda básica de cidadania, ou seja, a extensão do direito a uma renda modesta, mas na medida do possível suficiente para atender as necessidades vitais, incluindo a de se alimentar adequadamente três vezes ao dia, a todos, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica. Essa pode ser a maneira mais eficaz de atingir a todos, e justamente àqueles que estão em maior dificuldade.

É claro que perguntaram por que pagar também aos mais ricos. Mas então compreenderam que estes contribuiriam mais, para que eles próprios e todos os demais na sociedade estivessem recebendo. Verificou-se então que a Renda Básica de Cidadania, paga a todos, é um ideal a ser buscado por todos os países e uma solução alternativa muito boa. É a melhor forma de prover dignidade e autonomia a todos, por isso todos saudaram a iniciativa brasileira. Em janeiro de 2004 o Congresso Nacional aprovou, e o presidente Lula sancionou, a lei que institui gradualmente a Renda Básica no Brasil.

Copyright © 1995, 2000, Jornal do Brasil. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo do JB Online para fins comerciais

Workshop Internacional
Políticas contra a Fome IV: Implementando Diretrizes Voluntárias
O Potencial das Diretrizes ao Direito de Alimentação Adequada para Ajudar Atingir os
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
14 a 16 de Junho de 2005 em Berlim, Alemanha

As Perspectivas da Renda Básica como Instrumento para Erradicar a Fome e a Pobreza Absoluta

A aprovação e a sanção da Lei de Renda Básica no Brasil: Como a lei será implementada

Eduardo Matarazzo Suplicy

No dia 8 de Janeiro de 2004, com a destacada presença de um dos Fundadores e Secretário da BIEN, Philippe Van Parijs, no Palácio do Planalto, em Brasília, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº. 10.835, aprovada pelo Congresso Nacional do Brasil no último mês de Dezembro, instituindo a Renda Básica de Cidadania. Ela será implementada gradualmente a partir do ano de 2005, sob o critério do Poder Executivo, dando prioridade aos mais necessitados, até abranger todos os brasileiros residentes no país, e os estrangeiros residentes no Brasil há cinco anos ou mais, independentemente de sua condição sócio-econômica.

A Renda Básica de Cidadania será um benefício monetário de igual valor pago a todos, anual ou mensalmente. O Poder Executivo definirá o seu valor, em princípio o suficiente para atender as despesas básicas de cada um com alimentação, educação, saúde, levando em consideração o nível de desenvolvimento da Nação e da disponibilidade dos recursos do orçamento. Ao definir o Orçamento Anual, a partir de 2005, o Poder Executivo estabelecerá o montante necessário de recursos para a implementação do Programa.

Foi um dia muito especial. Pela primeira vez na História, o Congresso aprovou e o Presidente da Nação sancionou uma lei instituindo uma renda básica incondicional para todos, mesmo com a característica de implantação gradual, começando pelos mais necessitados. De fato, era esta característica que levou o Senado brasileiro, primeiramente, – uma vez que o Projeto de Lei foi apresentado por um Senador – e depois a Câmara dos Deputados, a aprovar o projeto e o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recomendar ao Presidente Lula para sancionar a Lei, por considerá-la viável.

Foi uma longa jornada até aqui. Apesar de ter sido aprovada por uma Lei, há muito a fazer até introduzirmos a Renda Básica de Cidadania para todos no Brasil.

Hoje o Brasil tem uma população de aproximadamente 183,5 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 46 milhões de famílias. Em 2003 existem 11,4 milhões de famílias ou cerca de 46 milhões de pessoas vivendo abaixo da Linha de Pobreza considerada pelo governo como R\$ 100,00 per capita, por mês. Em outubro de 2003, Lula decidiu unificar quatro dos diversos programas de transferência de renda existentes, que eram Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação, no Programa Bolsa Família. Este é ainda um programa condicional que proporciona um complemento de renda para aquelas famílias cuja renda mensal per capita esteja abaixo de R\$ 100,00. Se a renda per capita mensal for de até R\$ 50,00, o benefício mensal é de R\$ 50,00 mais R\$ 15,00, 30,00, ou 45,00, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade, respectivamente. Se a renda per capita mensal da família está na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, o benefício será de apenas R\$ 15,00, 30,00 ou 45,00 por mês, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade, ou se a família ainda não tem crianças, mas a mulher está grávida. Se a renda familiar per capita da família estiver no intervalo entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00, o benefício será de apenas R\$ 15,00, 30,00 ou 45,00 por mês, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade.

Existem alguns requisitos. A família deve comprovar que os seus filhos de 0 a 6 anos de idade estão tomando as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde, tais como as vacinas contra poliomielite, varíola e outras, e que as crianças vão periodicamente aos postos de saúde para o acompanhamento do seu desenvolvimento. As crianças de 6 a 15 anos e 11 meses devem apresentar 85% de frequência na escola.

Em outubro de 2003 havia 2,7 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que foi iniciado principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, tais como as regiões semi-áridas do Nordeste - Norte. Em junho de 2005 havia 7,2 milhões de famílias cadastradas. O plano prevê uma expansão para 8,7 milhões de famílias até dezembro de 2005, e para 11,2 milhões de famílias ou cerca de 45 milhões de habitantes em 2006. O governo acredita que com o crescimento da economia esse número será equivalente ao número de famílias com renda mensal per capita abaixo de R\$ 100,00 no Brasil.

A Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate contra a Fome, Ana Fonseca, no de fevereiro de 2004 mencionou numa entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, em São Paulo, que o Programa Bolsa Família pode ser considerado como o precursor da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Isto é, nos primeiros anos, como foi estabelecida na lei, os mais necessitados receberão o benefício, que exige alguns requisitos. Posteriormente, poderemos estender o direito para receber aquela quantia modesta para todos os cidadãos brasileiros.

E quanto aos requisitos? Com o tempo não teremos mais nenhuma condicionalidade. Todos receberão a renda básica como direito de cidadania para participar da riqueza da nação. Mas aqueles requisitos não eram positivos? Sim, aprendemos com os grandes educadores como Jean Piaget, Maria Montessori, Anísio Teixeira e Paulo Freire que a educação é um processo libertador através do qual a pessoa passa a ser mais e mais consciente. Da mesma forma que os ricos normalmente tomam as devidas medidas para que as suas crianças sejam vacinadas e frequentem para as melhores escolas, podemos também esperar que todas as famílias, uma vez que elas tenham o direito de receber uma renda básica para todos os seus membros, farão todo o esforço para a saúde e a educação de seus filhos.

Mas por que pagar aos ricos e àqueles que não precisam? Bem, eles vão contribuir proporcionalmente mais para eles próprios e todos venham a receber. Como pudemos aprender a partir da reflexão acumulada dos membros da BIEN, teremos então as seguintes vantagens: 1. A eliminação da tremenda burocracia que trata da necessidade de perguntar a cada um quanto cada pessoa está ganhando no mercado formal ou informal para poder receber a Renda Básica. 2. Não haverá o estigma e o sentimento de vergonha de ter que dizer: Só recebo tanto, por essa razão

mereço receber este complemento de renda. 3. Não haverá mais problema de dependência que cria o fenômeno de armadilha da pobreza ou armadilha de desemprego. Isto é, se a pessoa estava pensando em iniciar uma nova atividade econômica que pode gerar uma renda equivalente ao limite do programa de transferência de renda, como a Bolsa Família, e se a pessoa perceber que pode perder o benefício, então ela pode não aceitar aquele emprego ou atividade econômica. Com a renda básica incondicional tudo que a pessoa ganhar com a nova atividade será acrescido à sua renda. 4. Muito mais importante, a partir do ponto de vista da dignidade e da liberdade de cada pessoa, é muito melhor saber de antemão que durante os próximos doze meses, e daqui em diante em cada ano, mais e mais com o progresso da nação, que ele ou ela e todos os membros da família, terão o direito de receber a Renda Básica.

Qual será o montante? Ele será definido a critério do Poder Executivo. Suponhamos que ele comece com o valor modesto de R\$ 40,00 por mês, por pessoa. Isto significa que numa família de seis pessoas, ele será de R\$ 240,00. Se o chefe de família estiver recebendo pelo seu trabalho somente o salário mínimo atual no Brasil, de R\$ 300,00 por mês, e não existir outra fonte de renda recebida pela família, então a Renda Básica aumentará a renda da família para R\$ 540,00. No caso de um empresário muito bem sucedido que estiver recebendo R\$ 240.000,00 por mês, também com seis pessoas na família, a sua renda será aumentada por apenas R\$ 1,00 em R\$ 1.000.

Se o Brasil pagar R\$ 40,00 por mês, ou R\$ 480,00 por ano, por pessoa, para todos os 183,5 milhões de habitantes, isto daria um dispêndio total de R\$ 87 bilhões anualmente, o equivalente a 4,6% do Produto Nacional Bruto de cerca de R\$ 1,9 trilhão estimado para 2005. É uma enorme quantia, mas bem inferior aos R\$ 145 ou R\$ 135 bilhões que o setor público do Brasil, considerando a União, os Estados e os Municípios pagou sob a forma de juros aos detentores da dívida interna e dívida externa pública respectivamente nos anos de 2003 e 2004, de acordo com as informações oficiais do Banco Central (boletim de maio 2005).

É claro que, mesmo uma modesta Renda Básica de R\$ 40,00 por mês resultará num montante maior que o do Programa Bolsa Família que beneficiará 11,2 milhões de famílias em 2006, pagando um valor médio de R\$ 73,00 mensalmente por família, o que daria um total de quase R\$ 10 bilhões. Para este dispêndio o Governo Federal já reservou os recursos necessários, mas ainda não para a Renda Básica para os próximos anos.

A Bolsa Família ainda é uma pequena proporção de todos os programas de transferência de renda existentes no Brasil, especialmente quando considerarmos todo o sistema de previdência social, o sistema de assistência social e o sistema de proteção ao emprego e ao trabalhador. Em 2002, por exemplo, enquanto que o Programa Bolsa Escola, o principal precursor do programa Bolsa Família, registrou uma despesa de R\$ 1,6 bilhões, como parte da despesa de R\$ 10,2 bilhões em programas de assistência social, as despesas com previdência social totalizaram R\$ 123 bilhões e as despesas com sistema de proteção ao emprego e ao trabalhador totalizaram R\$ 9,5 bilhões.

Existe um aspecto relevante na Renda Básica que devemos observar com relação ao que acontece com programas de transferência de renda que existem em outros países e seus efeitos sobre os mercados internacionais. Em 2003 o governo dos Estados Unidos pagou a mais de 20 milhões de famílias, ou mais de 59 milhões de pessoas, US 37 bilhões sob a forma de EITC – Crédito sobre Imposto de Renda. Por exemplo, um trabalhador que recebe o salário mínimo de US \$5,20 por hora, em 160 horas por mês durante 12 meses recebe cerca de US\$ 10.000,00 por ano. Se ele tiver uma esposa e dois ou mais filhos, ele tem o direito de receber US\$ 4.000,00 de EITC, também conhecido como EIC. A sua renda familiar passará a ser de US\$ 14.000,00.

Qual é o efeito do EITC? Ele significa que a sociedade dos Estados Unidos decidiu pagar um montante extra aos seus trabalhadores para aumentar a sua renda próxima à Linha de Pobreza dos Estados Unidos. Como efeito, isto torna as empresas norte-americanas mais competitivas em relação às nossas se não fizermos a mesma coisa ou ainda melhor. É importante observar que na sua autobiografia, *My Life (Minha Vida)* (Hutchinson, London, 2004), o Presidente Bill Clinton fez 17 referências ao EITC. Quando ele iniciou o seu primeiro mandato em 1993, a taxa de desemprego nos EUA estava em torno de 7,5%. Na época ele decidiu a aumentar o valor do EITC para mais que o dobro além de conceder um EITC mais modesto aos trabalhadores pobres sem dependentes. Também em decorrência dos méritos das políticas do Conselho da Reserva Federal e seu presidente, Alan Greenspan, o fato é que a expansão do EITC era compatível com a redução da taxa de desemprego para cerca de 3,9% em 2002 no final do segundo mandato do Clinton.

O que acontece com a economia que compete mais estreitamente com a dos Estados Unidos? No Reino Unido, onde já existia o Programa de Suporte à Renda, no ano 2000 o Primeiro Ministro Tony Blair decidiu implantar o Crédito de Imposto Familiar, com o desenho e efeito similares. Um trabalhador com uma família no Reino Unido recebendo uma modesta renda mensal de 800 libras recebe cerca de 400 libras a mais como Crédito de Imposto Familiar.

Nota-se que é nos Estados Unidos que temos a melhor evidência do que poderia ser superior que o EITC. Porque em todos os Estados Americanos existem programas de transferência de renda federais, tais como seguro desemprego, cupom de alimentação, TANF e EITC. Mas somente num Estado existe uma experiência única e bem sucedida de renda básica. Isto acontece desde 1980 no Estado de Alasca, onde 50% dos royalties provenientes da exploração dos recursos naturais eram destinados ao Fundo Permanente do Alasca, pertencente a todos os habitantes do Estado, desde que residam lá por um ano ou mais. O montante líquido deste fundo evoluiu de US\$ 1 bilhão, em 1980, para US\$ 28 bilhões em 2004. Cada ano o Fundo Permanente do Alasca tem pago um dividendo igual a todos os seus residentes que varia em torno de US\$ 300,00 no início dos anos oitenta para US\$ 1.107,00 em 2003 e US\$ 920,00 em 2004.

Durante os anos noventa o Alasca destinou 6% do seu PIB para todos os seus habitantes, que hoje é de 700.000, através desse sistema. Qual foi o resultado? Ele fez do Alasca o Estado mais equitativo de todos os Estados Americanos. Enquanto que nos Estados Unidos de 1989 a 1999 a renda média das famílias mais ricas cresceu 26%, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 12%. No Alasca, como o Professor Scott Goldsmith da Universidade de Vancouver, Alasca, nos informou no nosso IX Congresso Internacional da BIEN, em Genebra, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 28%, enquanto que a das famílias mais ricas cresceu 7%.

Este é um tipo de desenvolvimento que gostaríamos de ver no Brasil e em muitas outras nações para termos mais igualdade e justiça. Estou plenamente convencido de que a Renda Básica de Cidadania é um instrumento de política econômica que deve ser seriamente estudado por aqueles países onde existe grande necessidade de resolver os seus conflitos internos, tais como Iraque, Columbia, Venezuela, El Salvador, África do Sul, Argentina, Sudão e muitos outros. Fiquei feliz em saber quando estava participando no último mês de Junho na Assembléia Nacional da França de que o membro da Academia Nacional da França, Maurice Druon, propôs à Nação para ser o pioneiro da Renda Básica no mundo.

Foi por isso que em 2003 propus ao Sérgio Vieira de Melo, assim que ele foi nomeado Coordenador das Ações das Nações Unidas no Iraque, para que ele estudasse o sistema de dividendos do Alasca. Ele disse que achou a proposta muito boa e que ele recomendaria às autoridades responsáveis pela administração daquele país. O Embaixador Paul Bremer III anunciou essa proposta no dia 23 de junho de 2003 em Jordânia no seu discurso: *Iraque. Quais são os Próximos Passos?*, no Encontro de Reconciliação Mundial. No dia 1 de agosto de 2003, Sérgio Vieira de Melo me telefonou dizendo que a proposta foi muito bem aceita e que até o Banco

Mundial a considerava viável. No dia 19 de agosto ele foi assassinado. Espero que o novo governo eleito do Iraque considere a proposta seriamente.

Existem 26 Estados, um Distrito Federal e 5.561 municípios no Brasil. Em vista da expansão descrita do Programa de Bolsa Família, como resultado das ações coordenadas da União, dos Estados e dos Municípios, e da aprovação e sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania, tenho proposto a todos os governadores e prefeitos que eles coordenem os seus esforços junto à União para instituir gradualmente a Renda Básica de Cidadania durante os próximos anos.

Levando em consideração a sugestão do Thomas Paine, na Justiça Agrária (1795), e a experiência do Alasca, em 1999, apresentei um Projeto de Lei para instituir um Fundo Brasil de Cidadania que ao longo do tempo deverá fornecer os recursos necessários para financiar uma renda mínima garantida ou uma Renda Básica de Cidadania para todos os habitantes da Nação. O capital inicial do fundo será constituído por 10% da participação acionária da União no capital das empresas públicas, sociedades de economia mista, incluindo as instituições financeiras. Os recursos do fundo serão formados por dotações consignadas no Orçamento Geral da União, 50% dos recursos provenientes das concessões de obras e serviços públicos; 50% dos aluguéis de imóveis pertencentes à União, outros ativos e doações. Este projeto de lei está para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter final e conclusivo, após ser aprovado pela Comissão de Justiça e Constituição e Comissão de Assuntos Sociais.

O que está acontecendo no Brasil está de acordo com as recomendações de um dos mais destacados membros permanentes da BIEN, o Prêmio Nobel em Economia de 1977 Nobel, James Edward Meade (1907-1995). Nos seus livros sobre Agathotopia - *Agathotopia: the economics of partnership* (*Agathotopia: a economia da parceria*) (Aberdeen, 1989) – um bom lugar que foi construído por pessoas imperfeitas que foram capazes de conviver com as melhores instituições e organizações sociais para atingir os objetivos de liberdade, igualdade e eficiência, ele menciona que devemos mover firme, mas gradualmente para a direção correta. Ele recomenda que devemos ter a flexibilidade de preços e salários para obter eficiência na alocação de recursos; bastante interação entre capital e trabalho no processo produtivo, com o trabalho sendo remunerado não só por salários, mas também com participação nos resultados e, muito importante, uma renda básica de cidadania. Se nós introduzirmos essas instituições de um dia para outro, provavelmente teremos muitas rupturas. A história da humanidade revelou isso. É por isso que devemos mover firmemente passo a passo, como estamos fazendo hoje no Brasil. É minha esperança de que podemos até acelerar o caminho em direção a Agathotopia.

De fato, quanto ao gradualismo, temos também que levar em consideração as recomendações do Martin Luther King Jr. durante a época de muitos conflitos nos EUA por que os negros, em muitas partes do país, não podiam estar nas mesmas escolas, ônibus, restaurantes, hotéis, toaletes onde se encontravam os brancos, e nem podiam mesmo votar. Em seu mais citado discurso de 28 de agosto de 1963, diante do Memorial do Abraham Lincoln, "Eu Tenho um Sonho", ele disse:

"Este não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornarmos reais as promessas da democracia ... Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento... Mas há algo que eu preciso falar para o meu povo, que está no limiar caloroso que nos leva para o palácio da justiça... Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio... Todas as vezes, e a cada vez, nós precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma."

É claro que devemos ter em mente que os problemas sociais do Brasil, um dos campeões de desigualdade no mundo, são de tal ordem, com tantas consequências, por exemplo, em termos de

violência e criminalidade diária, que devemos ter o mesmo senso de urgência citado por Martin Luther King Jr. O caminho correto, portanto, é mover gradualmente, mas rapidamente, na direção correta de uma Renda Básica de Cidadania integral.

Estou plenamente convencido de que o exemplo do Brasil será importante para todas as nações, incluindo as desenvolvidas como a Alemanha, ou as nações em desenvolvimento da América do Sul que são nossas vizinhas e da Ásia. É bastante encorajador saber, por exemplo, que existe um interesse crescente no conceito da renda básica em países como África do Sul, Namíbia e Serra Leoa.

Para todos os participantes deste Workshop Internacional sobre Políticas contra a Fome, é importante saber como através da Bolsa Família em primeiro lugar e depois através da Renda Básica de Cidadania esperamos ver cada ser humano no Brasil com direito de ter três refeições por dia, além de mais e mais liberdade para todos com o progresso da nação.

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente, Henrique Meirelles, e os diretores do Banco Central do Brasil, Alexandre Schwartzman, Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant'Anna Bevilacqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Pauto Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sergio Darcy da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), acerca dos critérios utilizados na definição, mensal, da Taxa Selic.

Justificação

- Considerando que na última audiência pública, em 29 de março último, o Ministro Antônio Palocci afirmou, na Comissão de Assuntos Econômicos, que os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogarem com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação e vão fazer uma discussão muito mais apropriada de que no meu caso, que não participo das reuniões e que não tenho assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta."

- Considerando que os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborados pelo Seade/Dieese mostram pequeno aumento da taxa de desemprego aberto – de 10,9%, em março, para os atuais 11,1% —, enquanto a de desemprego oculto permaneceu estável em 6,4%. A taxa de desemprego total, em abril variou de 17,3% para 17,3% da População

Economicamente Ativa. O contingente de desempregados foi estimado em 1.753 mil pessoas em abril.

Por sua vez, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país, a taxa de desocupação atingiu 10,8% em março, ante 10,6% no mês anterior e 12,8% no mesmo mês de 2004. O acréscimo mensal na taxa de desocupação ocorreu a despeito do aumento de 0,7% no número de trabalhadores ocupados, uma vez que, seguindo o padrão sazonal, houve aumento n número de desocupados, de 2,7%.

- Considerando que a taxa de juro real brasileira projetada para os próximos doze meses deverá ficar em torno de 13,3% apresentando valores bem superiores aos demais países com igual grau de desenvolvimento nosso. Por exemplo, nos países em desenvolvimentos (emergentes) esse valor é inferior a 2%, nos países desenvolvidos a taxa é próxima a 1%.

Diante de tais considerações, a presença da diretoria do Banco Central nessa Casa, antes da próxima reunião do Copom, reveste-se de grande importância para esclarecer o Parlamento e a sociedade brasileira acerca do processo decisória de fixação da Taxa Selic. Vale notar, que essa audiência dará um grande passo no processo de democratização da Política Monetária.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PFL.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Ouço o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, minha pergunta é sobre a ordem dos Senadores que falarão como inscritos. Houve um chamamento e vários Srs. Senadores não estavam presentes. A ordem normal será mantida?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Sibá Machado, estamos obedecendo à lista de oradores na segunda chamada. Agora seria a vez do Senador José Jorge, mas S. Ex^a permutou com o Senador Paulo Octávio. Então, agora está inscrito o Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador José Jorge. Depois, a lista continuará normalmente.

Há inscritos para a prorrogação da Hora do Expediente, que terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. O Senador João Batista Motta falará em primeiro lugar. Em seguida, o Senador Eduardo Azeredo. Pela Liderança do PFL, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E a sequência da inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sequência da inscrição: depois do Senador Paulo Octávio, o Senador José Jorge. Logo após, os Senadores Maguito Vilela, Marco Maciel, Antônio Leite, e assim por diante. Se V. Ex^a desejar se inscrever pela Liderança do PT ou para uma comunicação inadiável, ainda existe vaga para uma inscrição, ou pode aguardar, caso os demais Senadores estejam ausentes no momento em que forem chamados.

O SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço minha inscrição pela Liderança do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Mesa aguarda a autorização do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – V. Ex^a poderia informar a este Plenário se haverá Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Não temos, até o presente momento, nenhuma comunicação de que haverá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não haverá, portanto, Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Não existe, por enquanto, acordo para votação. Os líderes certamente se reunirão e decidirão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Com a palavra o Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador José Jorge.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador José Jorge pela permuta.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, embora tenha se dado em maio próximo-passado, mais especificamente no período de 9 a 11 daquele mês, faz-se oportuno discorrer sobre a realização, na capital do País, da Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Ainda que não se possa falar sobre profusão de resultados práticos imediatos dela decorrentes, abre-se, a partir do evento, um leque de perspectivas otimistas, de cunho político-econômico e diplomático do nosso país.

A iniciativa, em sendo cultivada com efetivo empenho, doravante, quantos aos objetivos que a motivaram, poderá elevar – e muito – os valores da nossa balança comercial, os índices do turismo estrangeiro em solo brasileiro, além de estreitar as nossas relações diplomáticas entre os países participantes do evento.

A Cúpula, entre seus vários objetivos, pautou-se numa premissa maior, ou seja, a redescoberta recíproca de duas regiões de afinidades históricas, com um vasto potencial ainda por ser explorado no campo das relações bilaterais.

Sabemos que os pontos de contato entre os dois mundos – árabe e sul-americano – datam do tempo da presença árabe na Península Ibérica e da conformação das culturas que deram origem à América Latina. Os laços humanos entre as duas regiões estreitaram-se historicamente pelas correntes migratórias árabes em direção à América do Sul. Estas prestaram inequívoca contribuição à formação social e cultural de um número importante de países da região. No Brasil, vivem mais de 10 milhões de descendentes árabes – aliás, comportamos a maior colônia árabe do mundo.

Tais aspectos, com efeito, mereciam – há muito – ser contemplados pelo Brasil, com vistas a realização desse encontro. Dele participaram representantes dos 22 países árabes e dos 12 países latino-americanos, tendo resultado em negócios para o Brasil, em perspectiva de vários outros e no acerto de novas reuniões futuras.

Recebemos demandas de países como a Síria, o Líbano, os Emirados Árabes, o Iraque, a Mauritânia, a Argélia e o Equador. Entre elas, estão papéis, artefatos de papéis, máquinas para área de transporte e para bens de consumo, serviços, calçados, projetos e materiais para a construção civil, açúcar, produtos químicos, petróleo, jóias, alimentos e frutas.

Tratou-se, de fato, de feliz iniciativa, levando-se em conta serem os países sul-americanos e, notadamente, os países árabes grandes consumidores. Esses, anualmente, importam cerca de US\$120 bilhões em produtos de todo o mundo. Em 2004, as relações comerciais entre o Brasil e os árabes chegaram a US\$8,1 bilhões, à guisa de aquisição do nosso frango, trigo, açúcar, carne bovina, minério de ferro, tudo daqui, do nosso País. Há projeções pós-Cúpula, segundo o Ministro Furlan, de que essa cifra, atualmente, possa ser aumentada para US\$15 bilhões nos próximos três anos.

Cite-se, ainda, a importância do documento nominado “A Declaração de Brasília”, originado dos trabalhos desse encontro histórico, em que predominaram aspectos relevantes de cunho político-diplomático, amplamente divulgados pela mídia brasileira.

Paralelamente à realização da Cúpula América do Sul–Países Árabes, deu-se um “Encontro Empresarial” no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, cuja abertura contou com a presença e pronunciamento do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan, e dele participaram mais de 1.200 empresários provenientes de países árabes e sul-americanos.

As conclusões dos cinco painéis descortinados nesse Encontro Empresarial apontaram para a necessidade de se persistir na organização de seguidos eventos similares, num esforço conjunto da classe empresarial e instituições de vários segmentos, inclusive público-financeiras, de encontro de soluções que, a partir de uma visão estratégica, propiciem uma maior integração da infra-estrutura física, energética e de telecomunicações – envolvendo a América do Sul e demais regiões do mundo, com benefícios evidentes para o Brasil.

Os empresários participantes – aqui abro um parêntese para cumprimentar o empresariado do Distrito Federal que, em significativo número, brilhou no evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães

– demonstraram reconhecimento pela iniciativa, considerando, ainda, o vislumbre de posteriores e seguidos encontros com os seus pares.

Daí, certamente resultarão mais diálogos produtivos, voltados para o fortalecimento de laços econômicos, comerciais, financeiros e culturais entre os países de origem dos eventuais participantes.

Dessa prática, resultariam, ainda, parcerias público-privadas interessantes e convenientes à propulsão do desenvolvimento brasileiro, potencializando-se, também, o turismo e toda a infra-estrutura que ele requer, para fazermos deste País, conforme sua reconhecida vocação, um exponencial nessa área.

Enalteço, portanto, a realização da Cúpula América do Sul–Países Árabes e o pertinente e paralelo Encontro Empresarial havido em Brasília e, sobretudo, cumprimento a classe empresarial brasileira – e destaco a do Distrito Federal – dado o seu comparecimento e participação maciça nos citados eventos, numa prova incontestada de que o empresariado do nosso País jamais se omite nas questões preponderantes que respeitem à promoção de atos que impliquem a soberania do País e progresso da Nação brasileira.

Quero também aproveitar para cumprimentar o Itamaraty, que promoveu o encontro, o Governo do Distrito Federal e a Polícia Militar de Brasília. Foi um encontro com as mais diversas autoridades, tudo correndo na mais perfeita harmonia, na mais perfeita ordem, mostrando que Brasília é realmente uma cidade apropriada para os grandes eventos internacionais. Como Capital do País, ela tem essa missão.

Agradeço, Senador Leonel Pavan, o tempo que me foi oferecido e agradeço ao Senador José Jorge.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Nós que agradecemos, Senador Paulo Octávio, porque V. Ex^a encerrou o pronunciamento três minutos antes do tempo.

O Senador José Jorge havia permutado com o Senador Paulo Octávio; agora, o Senador José Jorge permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães e vai ocupar a tribuna como Líder do PFL.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Então, V. Ex^a fala como Líder da Minoria, ou fala como inscrito?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu prefiro falar como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O Senador José Jorge, em permuta com o Senador Paulo Octávio, tem dez minutos e mais dois minutos

improrrogáveis, segundo acordo da Mesa com as Lideranças.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Antonio Carlos Magalhães nessa pequena confusão de trocas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi um dia bastante importante, em que ocorreram depoimentos graves que praticamente estão tomando a atenção de todo o povo brasileiro. Por exemplo, no **Jornal Nacional** – o mais importante jornal e de maior audiência na televisão brasileira – bem como nos jornais das demais emissoras, a programação praticamente tratou das questões que aqui estão sendo discutidas. Tirando-se o jogo do Brasil, o resto foi exatamente aquilo que nós vimos aqui no Congresso.

Fatos bastante graves e importantes aconteceram ontem, e, por isso, eu gostaria de fazer aqui alguns comentários, em primeiro lugar, em relação ao depoimento do Sr. Maurício Marinho. O depoente começou, na realidade, escondendo uma série de questões, mas, depois, fez um depoimento que considero de extrema gravidade e de muita importância para a CPMI. A partir de agora, aquela Comissão tem um roteiro para investigar, de forma bastante detalhada, o que aconteceu na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Infelizmente, por enquanto vamos investigar os Correios e Telégrafos, mas aparentemente coisa parecida está acontecendo em outras, como, por exemplo, a Eletronorte, o próprio IRB, a Petrobras, citados pelo Sr. Maurício Marinho.

Vou ler agora o que foi escrito pelo Sr. Maurício Marinho ontem: “Solicito investigar os contratos com as agências de propaganda vinculadas à Secretaria de Comunicação do Governo, através do Departamento de Marketing da ECT e, inclusive, o Ministro Luiz Gushiken”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz um requerimento, protocolado ontem na CPMI, com o seguinte teor: “Em termos regimentais, requeiro sejam convocados, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de publicidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República Luiz Gushiken, o Secretário-Adjunto dessa Secretaria, Marcus Vinícius di Flora e também o Subsecretário de Publicidade da mesma Secretaria, Expedito Carlos Barsotti. É exatamente porque essas pessoas trabalham na área de publicidade e, portanto, estão também sob suspensão, tendo em vista não só o depoimento do Sr. Maurício Marinho, como também as próprias palavras do Deputado Roberto Jefferson,

que diz que foi um diretor de uma grande agência de publicidade que levava as malas de dinheiro – a secretária dele já confirmou isso na Polícia Federal –, para pagar o “mensalão”.

Então, na realidade, as agências de publicidade também devem ser investigadas e principalmente os governistas ou aqueles Ministros que cuidam dessa área. Além disso, agora a CPMI tem assim uma série bastante grande de contratos a serem investigados, principalmente, na área de tecnologia, que praticamente usa 60% dos recursos do correio e cujo diretor foi indicado pelo Sr. Sílvio Pereira, secretário do PT, que nem do Governo é. Portanto, não deveria estar se metendo a indicar diretor e nem a despachar no Palácio do Planalto.

Em segundo lugar, vimos a vitória da Oposição no Supremo Tribunal Federal. Desde a época em que o Presidente José Sarney se recusou a fazer as indicações para os membros da CPI dos bingos, nós, da Oposição, temos dito que isso é inconstitucional. Por quê? Porque, na verdade, se o Governo, majoritário, pudesse se recusar a implantar uma CPI, evidentemente a CPI deixaria de ser um instrumento da Minoridade para ser um instrumento da Maioria, o que, na realidade, é um absurdo.

Na realidade, essa foi uma vitória importantíssima. Nós temos que elogiar o Supremo Tribunal Federal pelo papel que vem exercendo de maneira isenta. Nós já ganhamos, nós já perdemos. Estamos ganhando mais do que perdendo, porque, na verdade, o Governo comete algumas arbitrariedades. E se ganhou, como no caso da intervenção no Rio de Janeiro, foi de dez a zero. Agora, nessa outra questão foi nove a um. Portanto, são vitórias praticamente por unanimidade que mostram de qual lado está a razão.

Em terceiro lugar, houve o discurso do Ministro José Dirceu, ou melhor, do ex-Ministro José Dirceu, do Deputado José Dirceu, que voltou para a Câmara dos Deputados. Na realidade, ele está saindo do Governo sob denúncia de corrupção. Ele está sendo afastado sob denúncia de corrupção que, aliás, existe desde o caso Waldomiro. Agora ele volta para a Câmara e, em vez de voltar para colaborar no sentido de minimizar os problemas que estão acontecendo no País, acalmar o que está agitado, não; ele voltou para a Câmara para agitar ainda mais isso que já está tão turvo e tão agitado. Contratou uma claque daqui, de Brasília, possivelmente muitos deles pagos, que foi para lá exatamente fazer aquilo que, na realidade, não era o que se deveria fazer naquele momento, que é agitar e transformar a sessão da Câmara naquilo em que se transformou. Aí outros Deputados, como o Deputado Jair Bolsonaro e outros radicais, transformaram a sessão da Câmara

num espetáculo lamentável, a que o povo brasileiro assistiu. Acho que, aliás, muitos Senadores e Deputados do PT têm dito isso, é hora de nós tentarmos minimizar essas questões e não agitar ainda mais.

Nós vemos todos os dias o Presidente do PT, o ex-Deputado José Genoino, ir à televisão desmentir alguma coisa; todos os dias, ele desmente umas três coisas. São as acusações aparecendo, e ele simplesmente dizendo: “Não. precisa provar, precisa fazer, precisa desfazer. É quem mais mistifica hoje dentro do PT. Infelizmente, o PT está sob alta suspeição. Acho, até, que o PT é mais importante do que o Governo, porque o Governo passa e o PT não. O PT é um partido que demorou 25 anos para ser montado. Agora, resolveu, agora resolveu colocar na sua sede, e sempre aparece quando o deputado José Genoino está falando, a inscrição PT-25, 25 anos. Acho que ele devia tirar isso, porque, na realidade, o número do PT é 13; 25 é o número do PFL. Está fazendo confusão ao pôr o número do PFL junto com a sigla do PT. Eu faria um apelo ao presidente do PT, José Genoino, para que retirasse o número do PFL, porque isso não é bom para nós. Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Ministro José Dirceu, no sentido de que agora, como deputado, tire toda aquela empáfia e colabore para que as coisas se acalmem aqui no Congresso e no país, a fim de que tenhamos um Governo que tenha tranqüilidade e possa, efetivamente, governar.

Eu gostaria, também, de comentar a declaração da Deputada Raquel Teixeira – conheço a Deputada Raquel Teixeira, porque trabalho muito na área da Educação e ela foi Secretária de Educação de Goiás, quando eu ocupava o mesmo cargo em Pernambuco. É séria, correta. Na realidade, temos tudo para acreditar na declaração dela, muito mais do que, infelizmente, no Deputado Sandro Mabel. A carreira da Deputada Raquel Teixeira e a do Deputado Sandro Mabel são completamente diferentes. Jamais a Deputada Raquel iria mentir a respeito de um assunto de tal gravidade. Eu não diria o mesmo do Deputado Sandro Mabel, porque, na realidade, as acusações se somam e os sintomas são cada vez piores.

Quero manifestar minha solidariedade à Deputada Raquel Teixeira e dizer que acreditamos inteiramente em tudo aquilo que ela disse.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, tenho a convicção de que estamos caminhando na direção de apurar os fatos que representaram uma preocupação muito grande para

o Congresso Nacional, especialmente para nós, do Partido dos Trabalhadores, que confiamos no Presidente Lula e no seu propósito de apurar inteiramente essas acusações. Eu gostaria de expor alguns pontos. Tive oportunidade de estar presente ontem quando o ex-Ministro e Deputado Federal José Dirceu fez o seu pronunciamento. Naquele plenário, a provocação surgiu muito mais de um procedimento, que não está de acordo com as regras parlamentares...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ..., visto que o Deputado Jair Bolsonaro, sem pedir um aparte, que é a atitude normal, começou a gritar palavras que não eram as mais adequadas no diálogo com um Parlamentar. Com respeito ao número de pessoas que apóiam José Dirceu e que foram à Câmara para ouvir o primeiro pronunciamento dele, tenha V. Ex^a a certeza de que essas pessoas voluntariamente ali apareceram. Em relação ao depoimento do Sr. Maurício Marinho, houve alguns pontos importantes, entre os quais o seu esclarecimento de que muitas práticas incorretas que caracterizam a ação de alguns setores da Administração Pública – ficou claro na sua exposição – ocorrem há muito tempo. Não se iniciaram...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Comunico que o tempo já esgotou.

Concedo ao Senador José Jorge mais um minuto para encerrar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muitas das ações irregulares nos Correios e na Administração Pública começaram bem antes – pelo seu esclarecimento. Esse fato poderá ser interessante para que venhamos a corrigir práticas indevidas no seio da Administração Pública a partir do que agora se apurar. No que diz respeito ao depoimento da Deputada Raquel Teixeira, também fiquei impressionado. Observo que ela, ali, não citou a responsabilidade de qualquer membro do Governo ou do Partido dos Trabalhadores. Foi algo no âmbito do PL pelo menos até o presente momento. Mas é fato que uma Deputada como a Sr^a Rachel Teixeira expor aquela situação significa um...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Jorge, concedo-lhe mais um minuto para que V. Ex^a encerre até porque já se passaram três minutos além do tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para concluir, trata-se de um depoimento que me parece sério e constitui uma contribuição para que venhamos a

acabar com esse tipo de procedimento na história do Congresso Nacional. Eu acho muito importante que ela tenha exposto um assunto de tal gravidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador Suplicy. Infelizmente, não concordo com quase nada do que S. Ex^a disse, mas não tenho tempo para responder.

Gostaria de encerrar dizendo o seguinte: o Presidente Lula...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, gostaria de encerrar dizendo o seguinte: hoje o Presidente Lula requisitou uma rede nacional de televisão para falar ao povo brasileiro.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Espero que o Presidente Lula seja sincero, que Sua Excelência vá à televisão e diga aquilo que está efetivamente fazendo, porque infelizmente o Presidente não está colaborando para a apuração da verdade. Para instalar a CPMI, a Oposição teve o maior trabalho porque o Governo queria esvaziá-la. Na hora de eleger a direção da CPMI, o Governo, o próprio Presidente Lula, fez com que a CPMI virasse uma CPMI chapa branca.

Espero que o Presidente Lula não use a sua credibilidade, que acha tão alta e que era tão alta, no sentido de defender corruptos ou pessoas que estão assaltando o setor público brasileiro; que Sua Excelência efetivamente passe, a partir desses depoimentos, a colaborar com as investigações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Jorge, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento em relação ao nome da Deputada Raquel Teixeira.

O próximo inscrito é o Senador Antonio Carlos Magalhães, em permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, qual é a minha ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está inscrito conforme a lista e pelo art. 17.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu pediria a V. Ex^a anistia do art. 17 e que me colocasse preferencialmente para usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os fatos são mais fortes do que as versões. Fez-se a CPI, conforme salientou o Senador José Jorge, contrariando a vontade de muitos do Governo, ou melhor, de todo o Governo

e de alguns Senadores do PT. Alguns eram favoráveis e a eles, neste instante, cabe a palavra não de agradecimento, mas de louvor à sensatez em virtude dos fatos que estão sendo comprovados.

Não há mais dúvida nenhuma. Nenhum homem ou mulher deste País tem dúvida da corrupção existente, sob o comando do Governo e do Partido dos Trabalhadores, nos órgãos públicos.

Logo no início da legislatura chamei a atenção do Governo. Era fato raro um Presidente chegar com tão grande votação ao Palácio do Planalto e essa oportunidade não poderia ser perdida. Era preciso escolher os melhores, pertencessem a que partido pertencessem, os melhores homens desta República para governar com ele, que não é preparado para o Governo.

Não é nada de mais que ele não tenha preparo; mas se ele não tem preparo, ele é obrigado a cercar-se de quem é preparado, para que não haja o desastre que está havendo neste País, sobretudo, e acima de tudo, o moral.

O Presidente Lula adora ir ao exterior. Com que cara vai chegar o Presidente no exterior doravante quando todos virem que ele é o Presidente do País mais corrupto do mundo, que ele é o responsável por essa corrupção, porque escolheu corruptos para governar com ele; que ele é responsável porque não soube fazer valer-se da força do voto que o povo lhe conferiu? É muito triste. Vai chegar escabreado. Os jornais aqui poderão noticiar outra coisa, mas ele vai chegar triste. Aliás, triste, ele já anda. Nós não somos da sua intimidade, mas sabemos por alguns dos seus íntimos que a sua situação é quase de depressão, porque aquela alegria também pode ser depressão. No sentido médico da palavra, a depressão pode ser alta ou baixa. Nós poderemos ver pessoas altamente felizes mas que são depressivas e outras que estão muito tristes e são também depressivas. Então, quando ele acha que ninguém é igual a ele, que chegou ao poder, que ninguém é igual a ele, tão ético, tão moral, isso não é fruto da normalidade de consciência; é uma normalidade patológica. O Dr. Botelho, nosso colega, conhece bem isso, grande médico que é, já viu esses estados de espírito. Nós também já vimos, em grandes políticos nacionais, isso também acontecer.

Quero dizer aos Senhores que o depoimento ontem do Sr. Maurício Marinho demonstrou clara e insofismavelmente que o loteamento que se fez entre os seus Partidos aliados, onde o mérito para a escolha era ser o pior – quanto pior, melhor. Então, escolheram sempre os piores, e os piores estão aí fazendo um governo desastroso. Não diria que são todos, porque seria injusto. Há em todos os Partidos pessoas competentes, inclusive no PT há uma plêiade de homens

capazes, que foram totalmente esquecidos. E esse esquecimento os levou a uma posição de distância do Partido, que tem hoje um mar de candidatos à disputa da Presidência para, evidentemente, enganar o povo brasileiro.

O Presidente Lula, acredito, tinha propósitos sinceros. Acredito, mas, chegou no governo e não quis utilizá-los. Vejo membros desta Casa que não querem nem que participem do debate, mas, vejo o Senador Eduardo Suplicy, que tem coragem de enfrentar em vários momentos, em outros não, situações difíceis no seu Partido, é popular, é competente, mas não lhe dão oportunidade.

Paulo Paim, esse aqui chegou pelo seu trabalho, pela sua luta. O defensor primeiro – eu me coloco como o segundo – do salário mínimo decente para o trabalhador do País. Ninguém se lembra de chamar para um Ministério Paulo Paim. Tião Viana é outro, sem falar no próprio Aloizio Mercadante, que poderia estar em qualquer Ministério. De modo que a escolha é sempre do pior, porque o pior é mais fácil. O pior se adapta às regras que o PT, infelizmente, traçou quando chegou ao Governo, que são regras totalmente opostas ao PT na Oposição. Tudo o que ele pensava que os outros governos faziam de errado – e não faziam – eles estão fazendo agora como se fosse certo.

Chegou o momento de reflexão. O Presidente Lula fez uma modificação no Governo como se quisesse, com essa modificação, demonstrar ao País que a coisa tinha mudado. Mas não é isso o que o País espera. O País espera que ele tire do Ministério principalmente os que têm o amargo da derrota pelo voto. Um Ministério de 36 pessoas, onde há casos – e não são poucos – que, em um ano, o Presidente só tratou uma vez com o Ministro. Quem governou, mesmo em Estados menores – e aqui há vários Governadores –, sabe que quem sempre cumprir essa rotina do debate diário com os seus auxiliares e com tudo o que acontece evidentemente não governa, é governado. É governado por aquele que leva os papéis para ele assinar e que muitas vezes ele não lê e assina. Isso já aconteceu várias vezes neste País, e nós fomos aqui vítimas disso.

Chegou o momento de o Presidente ainda acertar. Ninguém deseja a sua queda por golpe. Nós queremos que ele vá até o fim, Sr. Presidente, e que seja golpeado nas urnas. E isso eles vão procurar evitar. Como? Desqualificando a CPI. É por aí que passa. Os membros da CPI devem ficar acanhados quando intervêm, porque o povo brasileiro está assistindo a todo esse debate e está vendo aqueles que estão cumprindo seus deveres com o País e aqueles que estão realmente defendendo, não talvez em causa própria,

mas defendendo terceiros, causas tremendas como até o mensalão.

Sr. Presidente, a situação do País é gravíssima. Cada um de nós tem responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Atenderei a V. Ex^a.

Nós não queremos que o País seja destruído pelos maus brasileiros que estão no Governo. Não queremos expulsá-los, por meio de *impeachment*, do Governo, mas nós queremos que eles, por vontade própria, por consciência e por dever com o Brasil, melhorem a sua atuação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer, Excelência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho importante que V. Ex^a esteja ressaltando, como um dos principais Líderes do PFL, que não há propósito algum do PFL, da Oposição de realizar um verdadeiro golpe ou uma campanha para que o Presidente termine o seu mandato antes do que foi definido constitucionalmente. Mas tenha V. Ex^a a certeza – eu tenho a confiança – de que o Presidente Lula poderá sair dessa situação tão difícil com a maior retidão, decisão e, sobretudo, transmitindo a todos, no Congresso Nacional, que a relação entre o Executivo e Congresso Nacional precisa ser feita em diferentes bases, e não naquela que por tanto tempo prevaleceu, não apenas no Governo Lula, mas durante décadas. E é preciso que a relação entre o Governo e Deputados e Senadores seja feita de tal maneira que cada Parlamentar aqui vote não porque foi designada tal ou qual pessoa, aqui ou acolá, ou porque foi liberada a verba, mas porque considera que um projeto, ou uma emenda à Constituição, ou um nome em votação esteja sendo designado ou proposto pelo Governo porque realmente objetiva o interesse público e o da Nação brasileira, e não o interesse particular do Senador ou Deputado. Isso precisa ser transformado. Avalio inclusive que V. Ex^a, com sua experiência, poderá colaborar nessa direção. Isso interessa a todos os partidos, ao Congresso Nacional e à Nação brasileira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Veja que V. Ex^a disse que há muitas décadas, mas duas décadas e meia já pertencem ao seu partido, que tanto condenava, que tanto reclamava desse tipo de Governo e hoje é quem mais atua dessa forma que condenava, colocando a moral do País tão baixa, como nunca esteve, em relação à sua atuação nos Ministérios. De maneira que sei o quanto V. Ex^a sofre,

porque é um homem decente. Eu sei o quanto os outros colegas de V. Ex^a sofrem, porque são decentes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – É a campainha.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas é indispensável que o Governo se transforme e se modifique com urgência. Quanto à demora, uns dizem que estão esperando o Senador José Sarney chegar; outros dizem que o Senador Renan Calheiros ainda não escolheu; outros dizem que o Vice-Presidente da República precisa mudar, precisa atuar mais forte, porque está ajudando esse fogo amigo que está havendo no Governo da República. É preciso acabar com tudo isso. Que ele pense na votação que o povo lhe deu e na decepção que está trazendo a todo esse povo, inclusive a V. Ex^a. V. Ex^a não diz, não deve dizer, mas sabemos que V. Ex^a é um decepcionado com a atitude do Presidente Lula.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Eu gostaria de informar apenas que, em função do comunicado da Mesa... Mas vamos conceder mais um minuto para o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães, assim como V. Ex^a coloca a sua posição pela sua experiência, pelo seu Partido, o PFL, o PSDB tem a mesma posição, conjunta com o PFL, na questão de nós refutarmos, de maneira muito firme, essa insinuação de que o PSDB e o PFL, as Oposições, o PDT, estivéssemos atrás de uma articulação golpista. Não é, de maneira alguma, essa a forma nossa de trabalhar. A nossa forma é de buscar, nas eleições democráticas, uma mudança para o País. Nós não aceitamos essas insinuações e lamentamos que a postura conciliatória, que a postura madura da Oposição seja confundida com outras maneiras de trabalhar. Não é assim que nós estamos trabalhando. V. Ex^a tem toda a razão, e o PSDB está solidário nessa busca de caminhos democráticos para solucionar a crise entre o Governo e seus aliados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a fala com a autoridade de Presidente de um grande Partido, que está agindo assim e que de-seja, como o PFL, que isso ocorra.

Quem está levando o País para o sistema Chávez é o próprio Presidente da República. Nós não queremos também “chavenizar” o Brasil. Nós queremos um Brasil democrático, um Brasil que vá às urnas de quatro em quatro anos e que escolha os seus governantes. Nós não queremos tirar o Lula em nenhuma hipótese. Agora, os amigos do Lula estão forçando a sua saída com os crimes que praticam contra a Nação.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita, com a sensibilidade de V. Ex^a, que eu participe do debate deste extraordinário estadista de coragem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Infelizmente, eu gostaria...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu quero um “felizmente”. Não é um “infelizmente”. “Infelizmente” é a situação do País. Estou buscando o “felizmente”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Vou conceder ao nobre Senador Mão Santa mais um minuto, porque sabemos que o Senador Mão Santa contribuirá com este debate.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É muito. Em um minuto Cristo fez o Pai-Nosso. Todos nós estamos ouvindo atentamente o Senador Antonio Carlos Magalhães. Não abrimos mão da democracia, que não tem nada a ver com o PT de José Dirceu, que já encheu. Ele que vá lá para Cuba. A democracia prega a alternância de poder, nesta em que estamos. O meu PMDB tem dois: um que anda atrás de cargo vergonhosamente, e outro que ausculta Ulysses, que disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E a voz rouca das ruas quer alternância, quer que o PMDB tenha coragem como Ulysses, que se lançou anticandidato pela democracia. Isso que eu quero dizer. Sou desse PMDB do povo. E o povo quer alternância de poder...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão nos seus argumentos. Realmente, há o PT do bem e o PT do mal. Mas o PT do bem também não quer essa união com o PMDB. De modo que não sei como isso vai dar, mas de que não vão dar bem, eu estou certo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos hoje – todos os Senadores o receberam em seus gabinetes – um comunicado do Presidente Renan Calheiros, para que todos os Senadores possam seguir rigorosamente o que determina o Regimento e o seu tempo. Ontem mesmo eu usei a tribuna e infelizmente não consegui completar o pronunciamento, em função de que o

Presidente de ontem, que era o Senador Tião Viana, disse que ia cumprir o tempo com rigor.

Eu acabei aqui tendo alguma tolerância, pela importância do tema que o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe a esta Casa. Porém, eu gostaria de avisar a todos os Senadores que vamos cumprir aqui o tempo que o Presidente Renan Calheiros determinou.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicito a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Capiberibe, V. Ex^a quer falar agora, ou após o próximo inscrito, que é o Senador Sibá Machado?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Se possível, imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a quer usar a palavra agora? Tem direito, se assim desejar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu posso usar a palavra agora?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou cumprir rigorosamente, porque considero que o uso do tempo e o respeito ao seu uso é uma forma democrática de nós nos relacionarmos nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu hoje amanheci mais otimista, depois de constatar que é possível investigarmos; é possível funcionar a CPI do Congresso Nacional sem paralisar as ações desta Casa e da Câmara. Prova disso é que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o texto da reforma política, que é um passo adiante, uma resposta, digamos, a esta crise que o País está vivendo, à crise política. Na reforma política, vamos acabar com o voto nominal, esse balcão de negócios da política nacional, onde se dá um voto na pessoa, então cada um é proprietário de mandato. Essa reforma, se aprovada na Câmara dos Deputados, como pretende o Presidente Severino Cavalcanti, já na semana que vem, retornará ao Senado Federal, e quem sabe se não conseguimos aprová-la até o final de setembro e fazê-la valer já para o ano? Esse é um passo adiante.

Agora, precisamos dar outros passos mais profundos, precisamos modernizar a burocracia estatal, fazer o que os europeus fizeram já no final do século

XIX, ou seja, tornar a burocracia estatal profissional, reduzir esses cargos de nomeação, de confiança, estabelecer um patamar de 10%, 15%, no máximo, de mudanças para quando mudar o governo, porque senão fica quase ingovernável o País. Toda vez que assume um governo, muda todo mundo, paralisa a máquina pública, e precisamos urgentemente apresentar projetos na direção da modernização. Nós, que governamos nossos Estados – aqui há vários governadores –, sabemos disso, não é necessário modificar, mudar todo mundo, é fundamental valorizar o funcionário público de carreira, porque conhece a máquina. Enfim, essa é uma reforma fundamental para que aos poucos mexamos naquilo que é estrutural e que permite esse festival de irregularidades, de falcatruas que presenciamos na gestão pública do Estado brasileiro.

Outro ponto: o Senado acaba de dar um passo adiante, o Senado criou o sistema de informação gerencial, o “Siga Brasil”, que está aqui nos computadores e que nos permite acompanhar todos os gastos públicos de forma mais simplificada. Mas ainda assim é difícil para o cidadão que não tem intimidade com a Internet, com essa comunicação tão democrática e que pode alcançar a todos nós. Precisamos, ainda assim, avançar no sentido de dar transparência não só aos gastos públicos das receitas e das despesas, porque o aparelho de Estado é o responsável por este grave problema da sociedade brasileira, que são as desigualdades sociais.

Nós sabemos que as falcatruas, as irregularidades, os crimes, são cometidos nas duas pontas da contribuição do cidadão. Na ponta da arrecadação, há os sonegadores, aqueles que se apropriam dos impostos pagos. Alguns escândalos provocaram a investigação nessa ponta da arrecadação, como é o caso aqui de uma grande empresa, dos seus diretores, seus donos, seus proprietários, que foram presos, acusados de se apropriarem dos impostos pagos pelo cidadão. Então, há sim, de fato. E a Receita Federal sabe disso, os fiscais estaduais sabem que há apropriação indevida dos recursos do contribuinte lá na ponta da arrecadação.

A outra ponta, que nós conhecemos todos, está na hora da aplicação do recurso. É o que nós estamos investigando neste momento, foi o que aconteceu nos Correios – e outras denúncias que surgem em todo canto.

Agora, saber que podemos investigar e que tudo pode continuar funcionando, parece-me uma informação importante para todos nós. O Congresso continua normalmente trabalhando. A Câmara ontem aprovou vários projetos. E no Senado, tenho certeza de que as Lideranças vão dar essa contribuição, para mostrar que

nós temos essas funções todas e que podemos exercê-las muito bem aqui no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, respeitando o tempo, que sei que é precioso para todos nós aqui, estes três pontos: a reforma política anda, está avançando e espero que para a semana se consolide lá no plenário da Câmara; e a reforma do aparelho do Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– ... nós podemos tomar a iniciativa de contribuir nessa reforma, na modernização do aparelho de Estado e também na transparência de todos os gastos e de todas as decisões públicas.

Veja o que acontece – e todo mundo sabe – quando os Tribunais de Contas iniciam uma auditoria. Isso tem que ser público, e o resultado também tem que ser público, porque senão termina numa negociação entre poucas pessoas, em portas fechadas. Então, a comunicação pela *Internet* pode nos ajudar enormemente a recuperar a confiança que perdemos do cidadão. É inegável que há uma desconfiança atroz e que recai sobre todos nós; não é só sobre a Câmara, não, sobre todos os agentes políticos deste País. E, para recuperar essa confiança, temos que tornar cada vez mais transparentes todos os nossos atos, inclusive o de votar aqui. Acabar esse negócio de voto secreto é um passo decisivo para todos nós.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Senador João Cabiberibe, vou conceder-lhe mais um minuto para que V. Ex^a encerre o seu discurso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– A votação secreta nesta Casa é uma demonstração clara de que queremos dar transparência a todos os nossos atos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– O Senador João Cabiberibe usou da palavra para uma comunicação inadiável de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, pela Liderança do PSB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra para uma comunicação

inadiável, por 5 minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Os primeiros Senadores inscritos são: João Batista Motta, Eduardo Azeredo. V. Ex^a é o terceiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigando a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Maguito Vilela. S. Ex^a dispõe de dez minutos e mais dois de prorrogação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para fazer uma reflexão tranqüila, devido a tantas defesas um pouco mais enfáticas que já tenho feito até o momento nesta Casa, daquilo que eu, sinceramente, acredito, do fundo do coração, com todos os ensinamentos que trago da minha família e do meu berço.

Até o presente momento, eu custava a acreditar que pudesse estar havendo no Brasil uma tentativa de se colocar o País numa derrocada. Porém, essa situação começa a incomodar-me.

Ouvi todos os depoimentos até agora. Participei de alguns pessoalmente e tomei conhecimento de outros pela imprensa escrita e televisionada. Começo a crer que há alguém cumprindo um grande e sujo serviço na política brasileira. Fiquei impressionado com o depoimento de ontem e com o que ocorreu hoje – e que ainda deve estar ocorrendo, mas que não tive mais paciência de ouvir.

Estou constrangido de participar de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas com vontade, de fato, de prestar a minha singela contribuição para a elucidação de inúmeros acontecimentos que tanto enojam a todos nós.

Sr. Presidente, parto do pressuposto de que uma pessoa que tem a inteligência de montar esquemas tão perfeitos de roubalheira precisa dispor de tempo para fazer isso, para arquitetar essas ações. Essa pessoa não pode, de uma hora para outra, revelar-se, por milagre, tão hábil para comandar tantos atos. Ouvi, pela imprensa, o caso do Amapá, em que o cidadão chegava ao ponto de ter uma senha do Siafi, que é secretíssima, a que somente poucos têm acesso. Entrava-se tranqüilamente no Siafi, inseriam-se várias Prefeituras no rol da adimplência no início da noite. Elas amanheciam adimplentes, apresentavam seus convênios aos institutos federais e, no fim do dia, eram devolvidas à inadimplência.

Não posso acreditar que uma pessoa tenha aprendido esse esquema em 24 horas, Sr. Presidente. Fiz esta pergunta ontem ao Sr. Maurício Marinho: há quan-

tos anos ele trabalha nos Correios? Ele respondeu: “26 anos”. Em 26 anos, o Sr. Maurício Marinho chegou a ter a mesma impressão que está tendo no Governo Lula? Ele afirmou que o fato ocorreu somente agora. Nunca ele havia ouvido nada errado sobre os Correios até o início do ano de 2004. Eram santos, santíssimos da Trindade.

De uma hora para outra, o Sr. Maurício Marinho, cansado de trabalhar, depois de 14 horas diárias – como se ninguém aqui fizesse isso –, exaurido de seu dia, resolveu pegar R\$3 mil não sei para quê.

Não pretendo tratar dessa questão, mas do fato. Fiz outra pergunta ao Sr. Maurício: se ele tem algo prático e concreto para trazer a esta CPI e que envolva qualquer pessoa. Não interessa quem seja, mas ele precisa dizer-nos se uma única vez ele viu alguém, em algum momento e em determinado lugar, fazendo algo errado. Infelizmente, a resposta foi “não”. Ele nunca viu. Ele suspeita, imagina e pensa.

Eu também penso muitas coisas. Eu sempre acho que o Flamengo deve ganhar do Vasco, mas nem sempre acontece. Sempre acho que o Flamengo deveria ganhar todos os campeonatos, mas não acontece. Eu acho muitas coisas, Presidente. Olha, eu estou impressionado. Hoje recusei-me ir à CPMI. Eu fiquei meditando a noite passada: será que eu estou vendo coisas? Não é possível o que está acontecendo! Uma pessoa no afã de sentar numa cadeira, abrir a boca e dizer que agora só escapou o Papa! Ontem colocou sob suspeição várias, mas várias, pessoas. O que aconteceu com Dr. Hummel, aquilo é intragável! O Procurador-Geral da República do Estado de Mato Grosso imagina que o Dr. Hummel é uma pessoa errada e decretou prisão. Destruíu uma vida e não tem nada. A Polícia Federal não encontrou um telefonema. E esse Maurício Marinho, que pegou R\$3 mil, a única coisa prática que até agora ele trouxe à CPMI foi esses R\$3 mil que ele pegou. Só. Não disse nada ontem, nada!

Como o Sr. Roberto Jefferson: seja homem! Venha a esta Casa e diga quem foi, aonde foi, com quem foi, quanto foi, diga isso! Não fique aqui chutando pro ar, tirando a tranquilidade de pessoas. Seja homem! Honre as calças que veste e diga de público quem é! Se tiver alguém do PT, ninguém mais do que nós, nesta Casa, terá imediatamente a atitude de colocar para fora do Partido, de colocar à execração pública!

Fiquei ferido ontem e o que me impressiona é que o que ele disse ontem: “ah, eu suspeito que esse contrato...” “Esse contrato passa lá...” Chegou a citar até o Gushiken. E lembrou-se do Gushiken não sei por que cargas d’água! Como é que funciona um processo de licitação na propaganda dos Correios? O Governo ordenou que qualquer propaganda do governo

passasse pelo crivo do Ministério das Comunicações para que se desse organização a isso. Só que cada setor da iniciativa, da administração indireta, tinha que fazer de maneira própria. E ele se lembrou, não sei por que cargas d’água, de Gushiken. Isso é palhaçada, Sr. Presidente, isso é brincadeira, isso é molecagem! Molecagem da mais alta estirpe, ou da mais baixa, sei lá como queira!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder os apartes, mas desejo terminar o meu pronunciamento. Tenho cinco minutos, dá para ouvir os apartes. Três que me restam e mais dois de tolerância, que é o que a Casa tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Só vou explicar: são três minutos e mais dois de tolerância. A Sr^a Serys Slhessarenko pediu aqui que fosse rigoroso, então vou tentar sê-lo. Mas, se for necessário...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, deixe-me ouvir os apartes logo.

Ouçõ a Senadora Ana Júlia, que pediu primeiro.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá, desejo dizer que agora a defesa mais fácil é o ataque. Alguém que veio aqui depor, que foi visto pegando R\$3 mil, colocando no bolso, passa a atacar genericamente as pessoas. Mas o cidadão que está depondo agora, e estava lá na CPMI, está exatamente expondo para todo o Brasil que esquema que o Sr. Maurício Marinho passou a comandar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Gerente de esquema é ele!

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Exatamente! Dizia que era o chefe, era o chefe, exatamente mais até do que o diretor. Isso é que está testemunhando lá o empresário, e disse, inclusive, o quanto protegia uma empresa que ganhava licitações, quando ia entregar o produto. Nem o laboratório dos Correios aceitava, porque não estava nas especificações, e essa empresa não era multada, essa empresa não era proibida de participar de outra licitação. É lógico que tudo isso vai ser apurado, mas ele está sendo colocado, ali, como chefe de quadrilha.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Ouçõ o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Vou apartear V. Ex^a de pé, porque V. Ex^a está crescendo muito no PT. Hoje é a figura principal da liderança do PT. Temos visto isso aqui, nas comissões. Agora,

V. Ex^a seria parceiro e daria um cheque em branco a Luiz Gushiken?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Daria, Sr. Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a vai ficar mal na vida.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Daria. Daria. A Gushiken e a todos os demais.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – A todos os demais?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É. Do PT.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pelo amor de Deus, não faça isso!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Do PT, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não faça isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Do PT. Faria. Um cheque do meu salário. E não posso dar mais cheque do que esse. Só o do salário.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O Delúbio, em atenção a V. Ex^a, não vai aceitar, porque não quer prejudicar V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Tenho escutado, reiteradas vezes, a expressão “loteamento de cargos”. Quero lembrar aqui, Sr. Presidente, que qualquer pessoa que se elege, que qualquer partido político, ao ganhar uma eleição, o que faz, na República brasileira? Convida a força política que o ajudou a se eleger para montar a sua administração. Todos fazem isso. E o PT ganhou uma eleição, com o Presidente Lula, montou uma base política e convidou essa base política para ajudar na gestão. E pronto. Isso é prática normal, corriqueira e abençoada pela Constituição Federal. A diferença que temos de tratar aqui, Sr. Presidente, é se há ou não há ilicitudes, seja nos Correios ou em qualquer outro lugar. Mas o que vimos até agora, infelizmente, foi um festival de tentativas de colocar uma pecha numa das pessoas que têm tirado o sono de muitos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...por não aceitarem jamais que um operário de baixa escolaridade tenha chegado ao mais alto posto desta Nação. E mais, tentaram por todos os motivos, achando que ele ia errar naquilo que seria o curso natural, por incompetência. Mostrou o Presidente que é um sucesso na sua administração, motivo de sucesso. Agora, estão querendo dizer que é desonesto. Não vão con-

seguir, porque, naquilo que vai ser apurado, e vamos apurar, vou me colocar agora, mais do que nunca, à disposição da apuração. Quero agora ir até o fim, mais do que qualquer um. Coloco-me nessa posição para que, naquilo que for possível, identifiquemos a corrupção, o tamanho dela, sua localização e seus reais responsáveis.

Gostaria muito de continuar o debate, mas estou dependendo do Presidente, que só me concedeu dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, vou lhe conceder mais dois minutos se V. Ex^a permitir que apenas um dos oradores faça o aparte.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como já ouvi o Senador Antonio Carlos, concedo o aparte ao Senador Mão Santa. Mas quero 30 segundos para a réplica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Sibá é o quarto Senador do Piauí. Nós o emprestamos ao Acre, mas o Piauí é mais forte. Sibá, União, a Igreja. Lembre-se de Cristo: “Em verdade, em verdade vos digo”. V. Ex^a disse que dá um cheque em branco para esse povo?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para o Sr. Luiz Gushiken, sim, do meu salário.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a é do Piauí, do Município de União, inteligente. Nós o emprestamos para o Acre. Cedemos uma das melhores personalidades que temos. Mas sei que V. Ex^a é inteligente. V. Ex^a dá cheque em branco para essa gente? Porque V. Ex^a sabe que eles já têm tanto dinheiro guardado por aí que não precisam de mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O cheque é da minha confiança. Não se trata de valor financeiro, porque acho que é impagável o valor da confiança que se tem nas pessoas. Vou continuar confiando nos meus companheiros. Tenho absoluta certeza da sua inocência e da seriedade dos seus trabalhos. E o Brasil tem orgulho de ter o Governo que elegeu por mais de 50 milhões de votos.

Sr. Presidente, vou apresentar minha inscrição como Líder para continuarmos o debate daqui a pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito é o Senador Magno Malta. Chegou aqui a autorização da Liderança do Partido Liberal para que S. Ex^a possa falar por cinco minutos

para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, **a**, do Regimento Interno.

Após o Senador Magno Malta, que falará pela Liderança do PL, teremos na tribuna, uma vez que os oradores estão sendo intercalados, o Senador Antonio Leite.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de iniciar meu pronunciamento, cumprindo uma promessa que fiz a mim mesmo e à sociedade brasileira de que, até chegarmos ao final da novela PEC paralela, todas as vezes em que fizesse uso do microfone desta tribuna, falaria sobre a matéria e a cobrança.

Senador Paim, Senador Mão Santa, a sociedade está ávida, entristecida como nós e acompanhando de perto o trabalho daqueles que empenhados estão, desde o primeiro momento, para que a PEC paralela seja entregue a seus respectivos donos, em razão de acordos que foram feitos e até agora não cumpridos. E eis aí a chamada “base gelatinosa do Governo”, somada a tantas outras coisas, Senador Sibá, que prejudicam o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, somada ao comportamento vaidoso dos Ministros, que não recebem ninguém, que não atendem telefonema de ninguém. Como o nosso Ministro Humberto Costa, que, quando me devolveu um pedido de audiência, marcou para seis meses à frente; que não respeita o Parlamento; que faz acordo e não cumpre. E estamos cobrando a PEC paralela.

Se os Ministros soubessem – quem dera! – que eles são parte de um todo; que fazem parte de um Governo; que o comportamento do Ministro se reflete no Presidente, na administração; que ele não é um isolado; que não é Ministro de si mesmo e está fazendo um trabalho para si, quem sabe não estaríamos vivendo essa turbulência pela qual passamos.

Apelo para que resolvamos o problema da PEC paralela, conclamando aos Srs. Ministros a que se compenetrem de que fazem parte de um Governo que, como um todo, precisa se comportar, para desempenho melhor da Administração. Digo isso com muita tristeza.

Senador João Batista Motta, o Presidente Lula, juntamente com o Ministro Tarso Genro, a quem faço deferência com muito respeito, assinaram a criação do Campus de São Mateus. O Governo Federal criou o Campus Universitário de São Mateus, que deve abrir sete novos cursos. Isso é bacana. Mas nós, da

bancada federal, não ficamos sabendo. Nem fomos chamados, Senador João Batista Motta, para a assinatura desse ato. Trata-se da criação de um campus importante. Estou com as atas das reuniões, de quando liderei a bancada, assinadas por mim, pelo Senador João Batista Motta, pelo Senador Gerson Camata, por dez Deputados. Quatro atas, de quatro reuniões, e chegamos a este desfecho: ficamos sabendo pela imprensa. Essas coisas, Senador Sibá Machado, os Ministros não entendem.

Fomos eleitos por um povo que confiou nas proposições do presente. Penso que alguém é votado pelo presente, e não pelo que está dizendo que vai fazer. A luta é da bancada. Fica parecendo, na imprensa do Estado, que a bancada federal nada faz. Está aqui. Fico entristecido.

Por outro lado, fico muito feliz pela universidade que São Mateus acaba de receber. Esperamos que o mesmo aconteça com o sul do Estado. Haverá uma reunião em Alegre, na próxima segunda-feira. Os cursos irão. O campus também será montado. Agradecemos a disponibilidade e a boa vontade do Governo em querer fazer justiça ao Estado do Espírito Santo, mas é preciso que a Bancada Federal, os Senadores, os Deputados Federais sejam comunicados das atitudes, porque elas se concretizam a partir da luta de cada um desses Parlamentares.

Sr. Presidente, o meu tempo é muito escasso. Esta semana estaremos comemorando o Dia Internacional de Combate às Drogas, no dia 26. É de conhecimento de V. Ex^a – aliás, já tivemos oportunidade de debater longamente a esse respeito – que a violência no seio da sociedade brasileira advém atualmente, na sua força maior, do uso, do consumo e do abuso de drogas.

Há muitos anos, Senador Mão Santa, recuperando drogados, tirando pessoas da rua, juntamente com a minha família, acabei conhecendo o outro lado do balcão quando presidi a CPI do Narcotráfico. No exercício da misericórdia, tirei pessoas da rua durante 25 anos e o faço ainda – aliás é o ar que conheço e que gosto de respirar. E, na Presidência da CPI do Narcotráfico, conheci o outro lado do balcão.

A SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), criada ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – A Senad foi criada pelo Governo Fernando Henrique para gestar políticas preventivas, mas o Presidente, ao sair do Governo, deixou essa Secretaria com R\$68,00 de orçamento. A Senad precisa ser fortalecida, no sentido de gerir políticas públicas, mas não tem como fazê-lo só.

Há muitos anos temos imprimido uma cartilha – o tempo é curto; vim para cá pensando que disporia de dez minutos, porque precisava falar cinco minutos sobre cada assunto. E eu trouxe aqui alguns sinais das novas drogas, as drogas da moda, porque cocaína, maconha, merla, haxixe e *crack* já são drogas conhecidas da sociedade e sabemos do malefício que elas têm produzido, incluindo o somatório da violência advinda tanto do tráfico quanto do consumo. São drogas conhecidas a partir das drogas que estão na legalidade, ou seja, o fumo e o álcool. Nesse ponto, afirmo que somos vítimas de uma sociedade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Magno Malta, V. Ex^a é uma pessoa honrada do PL e tem mais um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro.

Somos uma sociedade hipócrita, que se alcooliza, que se destrói com nicotina e alcatrão e busca providências na polícia para resolver os problemas dos drogados que estão nas ruas.

A situação dos drogados e a violência advinda disso são muito mais um problema de família que de polícia ou de Governo, porque quem cria filho e quem produz cidadão para a sociedade não é a polícia nem o Governo, mas a família. Então, é importante que abramos os nossos olhos.

Trago, então, essa proposta de cartilha. Muitos aspectos dela significativamente estão nas cartilhas da Senad, que acabam não chegando a todo o Brasil. Esta Casa, que tem um grande parque gráfico, pode muito bem contribuir no sentido de que essas informações primárias e significativas cheguem às mãos do cidadão, da família, do pai, da mãe e, de forma significativa, às escolas, às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas para poder ajudar neste momento em que tratamos de prevenção...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Para encerrar, concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço. Esse é um assunto muito vasto.

Dia 26 é o Dia Internacional de Combate às Drogas, e aqui conclamo a sociedade. Ao fazê-lo gostaria de ter podido falar sobre o *ecstasy* e o “Boa Noite Cinderela”, as drogas novas que estão na moda e carcomendo os jovens de classe média e média alta, dos melhores e mais maravilhosos condomínios, dos que freqüentam as melhores e as maiores boates deste País, que estão se autodestruindo, levando consigo a sociedade – refiro-me a sua sociedade particular, a sua família – que é carcomida pelas lágrimas, pela miséria das noites não dormidas.

Peço ao Sr. Presidente Renan Calheiros que possamos, pela gráfica do Senado, publicar informações nesse sentido, a fim de produzirmos colaboração.

Sinto muito que o tempo seja tão curto. Agradeço a sua benevolência, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa deseja fazer um aparte. Tenho tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Apenas mais 40 segundos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, a sua foi a mais séria denúncia: seis meses para marcar uma audiência com um Senador, um Ministro. V. Ex^a é do Partido do Vice-Presidente da República e representa o Espírito Santo. Nem respeito a Pai, Filho e Espírito Santo essa gente tem. Então, como Shakespeare diz, não tem bem nem mal, Senador Leonel Pavan, o que vale é a interpretação. Felizes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Felizes somos nós, que não estamos nesse Governo e não precisamos nem saber do nome desses 40 Ministros que não servem ao País. Nossa solidariedade a V. Ex^a, que é um homem cristão e foi vítima desse desrespeito. Faltou sobretudo aquilo que a santa Dadá ensinou: “Amai-vos uns aos outros.”

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Encerro, Sr. Presidente, agradecido.

Cumprimento Cachoeiro de Itapemirim pelo seu aniversário.

Lembro também aos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa, que são os representantes do Partido do Governo, que sou o autor da CPI dos Bingos. Não me deixaram entrar na CPI dos Correios, mas, pelo menos, deixem-me entrar em uma CPI da qual sou proponente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGNO MALTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINAIS GERAIS DO USO DE QUALQUER DROGA

- Mudanças bruscas no comportamento
- Queda do rendimento escolar ou abandono dos estudos
- Queda na qualidade do trabalho, inquietação, irritabilidade, insônia ou, ao contrário, depressão e sonolência
- Atitudes furtivas ou impulsivas, uso de óculos escuros mesmo sem excesso de luz, camisas de manga longa mesmo no calor
- Uso de sons em alto volume
- Troca do dia pela noite
- Síndrome emotivacional

Obs.: a constatação de dois ou três sintomas não significa afirmar positivamente que o jovem está usando drogas.

Contudo, está indicando que ele carece de uma melhor observação e acompanhamento!

Nicotina

Sintomas e sinais de conduta: irritabilidade, palpitação, tontura, ansiedade e fadiga.

O Brasil tem hoje quase 40 milhões de fumantes.

Cerca de 300 morrem por dia, vítimas de doenças provocadas pelo fumo.

Ao ser queimado, o tabaco produz uma fumaça composta de, pelo menos, 4.800 componentes, sendo 68 deles já identificados como provocadores de câncer.

Alguns aditivos do cigarro:

Amônia: também usada em produtos para desinfetar banheiros

Acetona: também usada para remover esmaltes e tintas

Arsênico: inseticida, também venenoso para seres humanos

Cianeto: veneno usado em câmaras de gás durante a Segunda Guerra Mundial

Tolueno: solvente industrial

Butano: usado como gás de isqueiro

Monóxido de Carbono: gás tóxico emitido na fumaça de carros

DST: inseticida

Naftalina: produto que usamos para matar traças e baratas

Cadmium: usado em baterias de carro

Álcool

Sintomas e sinais de conduta: desnibição, impulsão, perda da consciência e até coma alcóolico.

Maconha, Marijuana, Haxine, 0-9-THC

Nomes mais conhecidos da maconha: haxixe, cânhamo, bangh, ganja, diamba, marihuana.

Nomes populares: baseado, erva, tora, beise, fumo, bagulho, fininho.

Sintomas e sinais de conduta: tagarelice, excitabilidade, risadas ou depressão e sonolência. Aumento do apetite (doces), olhos vermelhos congestos, alucinações, distúrbios na percepção do tempo e do espaço.

Elementos acessórios: Odor de relva queimada no local. Presença de vegetal cinza-esverdeado triturado com pequenas sementes lisas, restos de cigarros feitos à mão e odor nas roupas.

Estimulantes, Anfetaminas ou “Bolinhas” e Moderadores do Apetite

Sintomas e sinais de conduta: inquietação, excitabilidade, tagarelice constante, confusão mental, falta de apetite com emagrecimento, insônia, conduta agressiva, boca seca com irritação das narinas, alucinações e dilatação da pupila.

Elementos acessórios: preseça de comprimidos, diversos tipos, hábito de fumar cigaros constantemente, inquietação motora (não pára quieto)

Solvente volátil, Cola de Sapateiro ou de Aeromodelismo, Limpa-tipos, Lança-perfume, Flúidos de Limpeza, Éter, Clorofórmio, Benzina, “Loló”

Sintomas e sinais de conduta: aparência de ébrio, excitação, hilariedade, linguagem enrolada, perda de equilíbrio, olhos vermelhos, nariz escorrendo (constipado), sonolência, inconsciência.

Elementos acessórios: latas ou bisnagas de cola, frascos de lança-perfume, restos de sólidos ou nódoas em panos, lenços ou sacos plásticos.

LSD, DMT, STP, Mescalina, Psilocibina, “Chá de Cogumelo”

Sintomas e sinais de conduta: alucinações, delírios, confusão mental e dificuldade de raciocínio. Risos e choros, atitudes impulsivas e irracionais. Calafrios, tremores, sudorese, pupilas dilatadas, reações de pânico com sensação de deformação no corpo e objetos.

Elementos acessórios: pequenos comprimidos ou drágeas, cubos de açúcar com manchas, restos de cogumelos (com cheiro de esterco), pequenos frascos.

Cocaína

Sintomas e sinais de conduta: excitação, aumento da atividade, agressividade, idéias delirantes com suspeita de tudo e de todos, palidez acentuada e dilatação da pupila.

Elementos acessórios: septo nasal perfurado e com pequenas hemorragias, pó branco cristalino, objetos metálicos tipo caixa de rapé ou pequenos tubos metálicos.

Obs.:

- A Colômbia responde por 72% do volume de cocaína em circulação no mundo. E agora também avança na produção de heroína, deixando para trás tradicionais fornecedores como o Afeganistão. Hoje abastece 90% da cocaína e 60% da heroína consumida nos Estados Unidos;
- Em pesquisa realizada em 2001, dois entre cada cem brasileiros relataram ter usado cocaína pelo menos uma vez na vida.

Ópio, Morfina, Heronina e Narcóticos da Síntese (Alfagan), Pembenyk

Sintomas e sinais de conduta: estupor, analgesia, lacrimejamento, coriza, “pupila em cabeça de alfinete”, sonolência

Elementos acessórios: pós brancos cristalinos ou escuros, ampolas, frascos de xarope, seringas hipodérmicas e acessórios, agulhas, manchas de sangue na roupa, feridas, cicatrizes e abscessos no corpo, dedos queimados.

CRACK E MERLA

Reputado como uma nova droga, o crack não passa de um novo jeito de praparar e usar a cocaína. Tornado popular nos meados da década de 90, o crack é denominado *pedra* pelos usuários brasileiros

e consumido por via oral (fumado em cachimbo).

Menos de 1% dos brasileiros já teve algum contato com crack, segundo pesquisas

A Merla (mela, mel ou melado) é a cocaína apresentada sob a forma de base ou pasta, um produto ainda sem refino e muito contaminado com as substâncias na extração. É preparada de forma diferente do crack, mas também é fumada, trazendo ao usuário os mesmos efeitos da cocaína em pó.

ECSTASY

Chamada erroneamente de “droga do amor” e de “droga de final de semana”, o ecstasy é considerada uma droga nova emuito conhecida entre a galera que sai à noite na balada, principalmente em raves.

O ecstasy causa uma sensação de euforia e prazer, leveza e poder.

Está muito errado quem pensa que só porque o ecstasy é consumido em final de semana não vicia. Vicia sim! O ecstasy é uma anfetamina, uma droga sintetizada em laboratório.

Anfetamina é estimulante do sistema nervoso central. Ou seja, faz com que você fique “ligado” por mais tempo do que o normal, executando atividades e descartando o descanso. Só que esse cansaço aparece depois que a droga sai do organismo. Quando o usuário for tomar a droga de novo, a energia vem em menor intensidade. Aí, é claro que a pessoa vai tomar uma dose muito maior na próxima vez. O organismo da pessoa vai ficando cada vez mais tolerante à droga e aí vira uma bola de neve. Quando menos se imagina, a pessoa já virou dependente.

Segundo estimativa da ONU, mais de 29 milhões é o número de usuários de ecstasy no mundo.

BOA NOITE CINDERELA

Chama-se de “Boa Noite Cinderela” a um conjunto de drogas:

- GHB (ácido gama-hidroxiburítico)
- Ketamina (Special K)
- Rohypnol (Flunitrazepam)

O famoso golpe Boa Noite Cinderela, no qual uma droga é dissolvida na bebida, fazendo com que a pessoa perca a consciência de seus atos, tornando presa fácil de um mal intencionado.

Também são conhecidas como “rape drugs” (DROGAS DE ESTUPRO).

Em comum essas drogas apresentam um efeito depressor sobre o sistema nervoso central, principalmente quando combinados com o álcool, que tem efeito similar.

O nome tem origem no uso dessas drogas para dopar vítimas em potencial de assalto ou abuso.

O seu efeito pode durar até três dias.

PRIMEIRO CONTATO COM ÁLCOOL OU DROGAS

As estatísticas mostram que o primeiro contato com as drogas ocorre já na tenra faixa etária de 8 a 10 anos, seguidos pela faixa etária entre 11 e 14 anos.

Quanto aos dependentes de álcool, 24% têm tido o primeiro contato com álcool já dos 8 aos 10 anos.

Esta estatística revela a importância do trabalho de prevenção desde a mais tenra idade junto às crianças, e, também, junto aos pais, que normalmente induzem os filhos ao primeiro contato com o álcool.

ESPÍRITO SANTO

Dados da SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas, mostram que em Vitória, no ano de 2004,:

67,6% do estudantes tiveram contato com álcool

22,6% com o tabaco

6,0% com a maconha

2,6% com a cocaína

18,6% com os solventes.

DADOS ESTATÍSTICOS

- 51% dos leitos hospitalares, psiquiátricos e 30% dos leitos clínicos são ocupados, hoje, pelos dependentes químicos
- A estimativa de perda para o País é de US\$ 1 bilhão por mês em consequência do uso de substâncias químicas.
- 10 milhões de brasileiros são dependentes de álcool; 28 milhões de nicotina; 1 milhão de drogas ilegais.
- 2/3 dos espancamentos de crianças e de agressões entre marido e mulher, ocorrem com a presença de alcoolismo
- 75% dos acidentes fatais de trânsito estão ligados com o abuso de bebida alcóolica
- Recuperação é oito vezes mais barata que prisão
O presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica, procurador Ricardo de Oliveira Silva, apresentou estatísticas durante o II Fórum Nacional Antidrogas provando que um preso custa em média R\$ 479 por mês. Já Justiça Terapêutica, com o dependente sendo submetido a tratamento fora da cadeia, este custo é reduzido a R\$ 59.
A taxa de recaída no uso de drogas nos programas terapêuticos é de 20%. No sistema prisional, a reincidência atinge a 85% dos detentos.
- As vendas de drogas movimentam anualmente a astronômica cifra de 150 bilhões de dólares em todo o mundo – praticamente a metade do que gera a indústria farmacêutica (dados da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 6ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em sete de maio de 2003, quinta-feira.

Aos sete dias do mês maio de dois mil e três, no Gabinete do Coordenador da Bancada do Espírito Santo, Senador Magno Malta, reuni-se a Bancada Capixaba, Senadores Gérson Camata e João Batista Motta, e os Deputados Feu Rosa, Iriny Lopes, José Carlos Elias, Manato, Marcelino Fraga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Renato Casagrande e Rose de Freitas. Registra-se a presença do Prefeito de São Mateus, Lauriano Marco Zancanela e dos vereadores Nílís Castberg e Eduardo de Biazzi. Na pauta da reunião foi discutido o futuro e perspectivas para ampliação do Pólo Universitário de São Mateus. Sendo aprovada a proposta do Coordenador, sugerindo que se formalize um ofício ao Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, para que na próxima semana a Bancada Capixaba possa apresentar projetos sobre cursos de extensão e manutenção da extensão da UFES e para reivindicar que o Pólo seja transformado em Centro Universitário. Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os parlamentares que integram a Bancada do Estado do Espírito Santo.


Senador **MAGNO MALTA**
Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**
Deputada **IRINY LOPES**
Deputado **MANATO**
Deputado **MARCUS VICENTE**
Deputado **NILTON BAIANO**
Deputada **ROSE DE FREITAS**
Senador **GERSON CAMATA**
Deputado **FEU ROSA**
Deputado **JOSÉ CARLOS ELIAS**
Deputado **MARCELINO FRAGA**
Deputado **NEUCIMAR FRAGA**
Deputado **RENATO CASAGRANDE**

BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 8ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em 03 de junho de 2003, terça-feira.

Aos três dias do mês de Junho de dois mil e três, no Gabinete do Senador Magno Malta, com a presença dos senhores Senadores Gerson Camata e João Batista Motta, e dos Deputados Feu Rosa, Iriny Lopes, José Carlos Elias, Manato, Marcelino Fraga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Renato Casagrande e Rose de Freitas, reuniu-se a Bancada de congressistas do Estado do Espírito Santo, sob a Coordenação do Senador Magno Malta. Registrou-se a presença do Reitor da Universidade Federal do Espírito, José Weber Freire Macedo. Tendo como pauta a discussão da interiorização da Universidade, a bancada, em comum acordo, estudará as potencialidades de cada região para esboçar o projeto de ampliação da UFES. O Senador Magno Malta propôs ao Reitor que se trabalhe um ante projeto, para que então seja apresentado a Lideranças, Secretários e Prefeitos das regiões envolvidas. Após a concordância geral, a Bancada articulará junto ao Governo Federal na busca da concretização do Projeto.

Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os Deputados e Senadores da Bancada Federal do Espírito Santo.


Senador **MAGNO MALTA**
Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**
Deputada **IRINY LOPES**
Deputado **MANATO**
Deputado **MARCUS VICENTE**
Deputado **NILTON BAIANO**
Deputada **ROSE DE FREITAS**
Senador **GERSON CAMATA**
Deputado **FEU ROSA**
Deputado **JOSÉ CARLOS ELIAS**
Deputado **MARCELINO FRAGA**
Deputado **NEUCIMAR FRAGA**
Deputado **RENATO CASAGRANDE**

BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 27ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em dois de dezembro de 2003, terça-feira.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, na Sala dos Senadores da Biblioteca do Senado Federal, reuni-se a Bancada Federal do Espírito Santo, com a presença dos Deputados Neucimar Fraga, Manato, Rose de Freitas, Marcelino Fraga, Nilton Baiano e Renato Casagrande. Justificou sua ausência a Deputada Iriny Lopes por estar recebendo homenagem na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. O Deputado Neucimar Fraga foi designado pelo Coordenador da Bancada, Senador Magno Malta a conduzir a reunião. Registra-se a presença do Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, José Weber Freire Macedo, do Vice-Reitor, Rubens Sérgio Rasseli, do Pró-Reitor de Graduação, Sr. Renato Pirola e da Assessora de Gabinete da Universidade, Sra. Inajara de Moraes Peres. A Reitoria veio até a Bancada pedir apoio junto ao Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, para que seja nomeado o novo Reitor da UFES, que por votação interna na Universidade tem como indicado o Sr. Rubens Sérgio Rasseli, Vice-Reitor. O Deputado Neucimar Fraga propôs a elaboração de um documento que será encaminhado ao Ministro onde a Bancada apoiará a indicação do Sr. Rubens Sérgio Rasseli, a sugestão foi acatada por todos. O Sr. Rubens Sérgio Rasseli pediu que a Bancada participe ativamente da Instituição, atendendo a Universidade quando a mesma necessitar. Disse ainda, esperar que a partir do ano que vem, o Congresso seja um prolongamento da UFES. Sugeriu, também, uma reunião da Bancada com o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, pois acredita que o Governo e a Bancada poderão fortalecer o pleito junto ao Ministro. A Deputada Rose de Freitas discordou, dizendo que a Bancada precisa se fortalecer primeiro entre eles, para depois tentar reaproximação com o Governo. O Reitor José Weber retornou ao assunto abordado em audiência anterior, sobre o Projeto de interiorização da UFES, e disse que o maior problema é a decisão do local da construção da extensão da Universidade. O Deputado Renato Casagrande indicou os municípios de São Mateus e Alegre, pois segundo o mesmo, ali se tem uma boa estrutura física, de pessoal e laboratórios, e que ficaria mais barato a construção devido aos recursos existentes. O Deputado Marcelino Fraga falou da necessidade do município de Colatina, que tem uma demanda de quase dois milhões de pessoas, que não têm condições financeiras de frequentar uma das duas universidades particulares que ali existem. Disse ainda, que é preciso que sejam criados novos cursos nas áreas de petróleo e granito, que são dois dos principais recursos que o Estado dispõe. O Deputado Neucimar Fraga, falou da importância de se fazer uma profunda análise técnica, incluindo o percentual da população que poderá ser beneficiada com a criação de novos campus e cursos. A mesma opinião foi relatada pelo Deputado Manato. O Reitor, Sr. José Weber, disse que a Instituição irá fazer um levantamento de critérios, como populacional e renda dos municípios que têm prioridade, para então apresentar à Bancada. Ficou decidido, ainda, que brevemente a Bancada marcará um café da manhã, que poderá ser na Universidade, para continuação das discussões e conclusões de tais questões. Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os parlamentares que integram a Bancada do Estado do Espírito Santo.


Deputado NEUCIMAR FRAGA
Deputado MANATO
Deputado NILTON BAIANO
Deputado RENATO CASAGRANDE
Deputado MARCELINO FRAGA
Deputada ROSE DE FREITAS

BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 30ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão legislativa, realizada em dezessete de dezembro de 2003, quarta-feira.

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, no Gabinete do Coordenador, Senador Magno Malta, reuniu-se após a devida convocação, a Bancada de Congressistas do Espírito Santo. Presentes o Senador Magno Malta e os Deputados Manato, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Marcus Vicente, Renato Casagrande e Rose de Freitas. Dentre outros assuntos, a reunião teve como pauta a discussão das seguintes propostas apresentadas pela Deputada Rose de Freitas, em relação à LOA-2004: 1 - modificação do título da emenda de Bancada nº 71090014, incluída no Relatório da Área Temática nº "IX" - Integração e Meio Ambiente para Construção de Barragem nos municípios do Norte do Espírito Santo; 2 - O remanejamento dos recursos financeiros acordados com o Relator Setorial nº "VI" - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, que seriam destinados à CEFET - ES Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Profissional - EMENDA Nº 71090010 e UFES - Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no ES, Emenda nº 71090011, para "Implantação de Núcleos de Esportes nos municípios do Estado do Espírito Santo"; 3- O remanejamento dos recursos financeiros da Emenda de Bancada nº 71090015, do Relator Setorial nº "V" - Construção de Trechos Rodoviários na BR - 342, totalizando em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para construção de trechos rodoviários, no Estado do Espírito Santo, Emenda nº 7190007 - Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Após discussões, a Deputada Rose de Freitas ficou encarregada de colher as assinaturas de apoio e encaminhá-las ao Senhor Relator Geral da LOA-2004, com as cópias dos ofícios anexadas à presente Ata. Outro assunto discutido, foi o Ofício de nº 309/2003, enviado pelo Deputado Renato Casagrande, solicitando que a Emenda de Bancada ao Orçamento da União de 2004, sob o título "Apoio a Projetos de Desenvolvimento de Setor Agropecuário no Estado do Espírito Santo", Funcional Programática nº 20.606.999.xxx.402.0000, seja destinada 50% para a modalidade de aplicação "30" e 50% para a modalidade de aplicação "40". O Coordenador, Senador Magno Malta, colocou o assunto em discussão, não obtendo quorum regimental para aprovar a mudança na emenda de bancada ao Orçamento da União para 2004, conforme solicitado pelo Deputado Renato Casagrande. Isso ocorreu porque de acordo com o art. 24 inciso II da Resolução nº 2001 do Congresso Nacional, exige-se que as emendas coletivas sejam aprovadas por dois terços dos Deputados e dois terços dos Senadores da respectiva unidade da Federação. Não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi dada por encerrada e o presente termo assinado pela Bancada Federal do Espírito Santo.


Senador **MAGNO MALTA**
Deputado **MANATO**
Deputado **NILTON BAIANO**
Deputada **ROSE DE FREITAS**
Deputado **NEUCIMAR FRAGA**
Deputado **MARCUS VICENTE**
Deputado **RENATO CASAGRANDE**

Jornal A Gazeta, dia 17/06/2005

CIDADES > EDUCAÇÃO

São Mateus ganha campus universitário em 2006

Sandra Pacheco

São Mateus. A luta pela criação de Centro Universitário em São Mateus, no Norte do Estado, tem sua primeira vitória. O Governo federal pretende criar um campus universitário na cidade em 2006. O Pólo Universitário de São Mateus – que possui atualmente dois cursos – será ampliado e deverá oferecer nove cursos.

O anúncio foi feito ontem em Brasília pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de entrega do projeto acadêmico da Universidade Federal do Grande ABC, em Santo André, São Paulo.

O Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) prevê a construção de 21 novos campi no país em 2006, incluindo o de São Mateus.

Os outros ficam em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão (com um campus cada um); Piauí, Goiás, Mato Grosso (com dois campi); e Amazonas e Rio Grande do Sul (ambos com três campi).

Investimento. Para a criação do campus de São Mateus, serão disponibilizados R\$ 8 milhões. Provavelmente, a estrutura será erguida no mesmo terreno onde já funciona o Pólo Universitário. Dos atuais 244 alunos, a extensão da Ufes em São Mateus deverá atingir 2,1 mil alunos em quatro anos.

O reitor da Ufes, Rubens Rasseli, comemorou a inclusão de São Mateus na lista. Segundo ele, a iniciativa da Ufes – que pediu a ampliação do projeto de interiorização – e a mobilização dos municípios do Norte foram fatores decisivos para a criação do novo campus.

Cursos. Segundo a Ufes, a comissão criada para preparar o projeto que será entregue ao ministro já constatou que a região comporta implantação de nove cursos. A proposta é criar cursos inéditos no Estado nas áreas de Saúde e Tecnologia.

O estudo também aponta a abertura de 450 vagas por ano. A

previsão do MEC é contratar de 80 a 100 professores para cada um dos novos campi.

O gestor do pólo, Manoel Aranha, ressaltou que, durante a mobilização da comissão pró-universidade – formada pelo Pólo, Associação dos Ex-alunos e diversas entidades – enfrentou desavenças com pessoas que preferiam lutar apenas pela universidade. "Esse é um projeto para o futuro." A coordenadora da comissão, Zenilza Pauli, ressaltou que "com o campus será mais fácil se lutar pela universidade".

População fica na expectativa

"Não posso pagar faculdade particular"

Rosiere de Souza, 16 anos - Vendedora

"Conclui o Ensino Médio há um ano e meio e ainda não tive possibilidade de fazer faculdade. Não quero Educação Física nem Matemática, mas também não dá para pagar por uma faculdade particular. Espero que tenha algum curso do meu interesse, que é Propaganda."

"A cidade vai ganhar mais respeito"

Janerson Rodrigues, 23 - Empresário

"A cidade vai ganhar mais dignidade e respeito, porque os moradores daqui têm poucas opções. Se essa ampliação ocorrer, vai ser ótimo porque isso também vai atrair empresas. Quero fazer uma coisa que eu gosto, e não fazer por fazer. Gostaria de cursar Ciências da Computação."

"Estudar em outra cidade é muito difícil"

Mayane Vasconcelos, 18 - Estudante

"Se isso acontecer mesmo, vai ser ótimo porque largar tudo para estudar em outra cidade é muito difícil. Já estou pesquisando para fazer faculdade no ano que vem. Vou ficar de olho para ver se esse campus vai se tornar realidade mesmo. Senão, vou ter que pagar por uma faculdade particular."

Pólo Universitário

O presente

Cursos:

São oferecidos os cursos de Matemática e Educação Física

Alunos:

344 (dados de 2004), sendo 134 de Matemática e 110 de Educação Física

O passado**Criação:**

Em 1991, como Coordenação Universitária de São Mateus (Ceunes)

Cursos:

Biologia, Pedagogia, Letras, Matemática e Educação Física

Formados

1.812 alunos se formaram no pólo nestes 14 anos, sendo 204 em Biologia; 433 em Pedagogia; 240 em Letras; 514 em Matemática; 421 em Educação Física

O futuro**Cursos:**

Nove cursos, ainda não oferecidos pela Ufes, devem ser abertos, nas áreas de Saúde e Tecnologia

Vagas:

Serão 450 novas vagas por ano, totalizando 2,1 mil alunos quando todos os cursos estiverem implantados

Turmas:

Devem ser maiores que a média atual, de 40 alunos por turma

Objetivo:

Atrair alunos de 21 municípios na região de São Mateus

Criado campus de São Mateus

O governo federal criou o Campus Universitário de São Mateus, que deve abrir sete novos cursos

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou ontem a criação do Campus Universitário de São Mateus, que vai am-

pliar a oferta de vagas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) no Norte do Estado, com previsão de abertura de sete cursos de graduação na região.

Com o objetivo de atender a carência de atividades acadêmicas no Norte capixaba, a medida vai possibilitar que o espaço onde está instalado o Pólo Universitário de São Mateus abrigue o campus.

Também viabiliza a abertura de 450 vagas com as novas atividades, segundo informou a assessoria de imprensa da Ufes.

A decisão do governo também prevê a descentralização universitária, com a autonomia orçamentária, destinando recursos diretamente para o campus.

Na próxima semana, a Ufes deve apresentar mais detalhadamente os planos para o governo. A intenção é abrir cursos na áreas de saúde e tecnologia que não estão disponíveis nos outros campus da instituição.

Ainda não há prazos definidos, segundo a assessoria da universidade, para a consolidação da ampliação.

Representantes da comunidade local já definiram as áreas que eles consideram prioritárias: turismo, petróleo, agricultura, comércio e meio ambiente.

O anúncio da medida federal foi feito pelo ministro da Educação, Tarso Genro, que entregou ao presidente da República o documento que foi assina-

do e divulgado hoje no Diário Oficial da União.

Para a construção da infraestrutura do novo campus, o governo vai incluir no orçamento do próximo ano R\$ 25 milhões.

No documento, Tarso Genro disse que a região de São Mateus "agrega quatro cidades, estendendo-se por uma área de 4.669,70 quilômetros quadrados e concentrando uma população de 157.575 habitantes".

O deputado federal Renato Casagrande, líder do PSB na Câmara, participou da solenidade e ressaltou a importância da criação do campus para atender a demanda de graduação na região Norte.

PROJETO DE LEI Nº 2.913, DE 2004

(Do Sr. Neucimar Ferreira Fraga)

Dispõe sobre a criação de Universidade Federal na Região Norte do Estado do Espírito Santo, no Município de São Mateus e dá outras providências.

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Universidade Federal no Município de São Mateus, na região Norte do Estado do Espírito Santo;

Parágrafo único. A Universidade Federal do Norte do Espírito Santo terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento dos cursos efetivamente oferecidos e promover a extensão universitária garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento regional do Estado do Espírito Santo;

Artigo 2º A Universidade Federal do Norte do Espírito Santo terá personalidade jurídica a partir da inscrição de seus atos constitutivos no registro civil das pessoas jurídicas do qual será parte integrante seu estatuto devidamente aprovado pela autoridade competente;

Artigo 3º A implantação da Universidade Federal do Norte do Espírito Santo fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Artigo 4º Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação. — **Neucimar Ferreira Fraga**, Deputado Federal — PL/ES.

Justificação

O Município de São Mateus, destacado e importante em toda Região Norte do Estado do Espírito Santo, destaca-se pela presença regionalizada de unidade de exploração da Petrobrás, como também por sua importância para a economia e desenvolvimento dos municípios vizinhos.

A implantação de um centro superior de ensino na região, cumpre, para o Estado do Espírito o papel de permitir-lhe a regionalização e interiorização do desenvolvimento, permitindo a municípios do interior crescimento sustentável e clara melhoria da qualidade de vida.

Ademais, o Estado do Espírito Santo, tem se destacado pela descoberta de novos mananciais petrolíferas, sobretudo em sua região Norte que ensejam a necessidade de oferta de ensino superior qualificado de modo a atender a crescente demanda do mercado associado ao desenvolvimento de todo o Estado conforme dito supra.

Em recente estudo publicado pela Associação de docentes das Universidades Paulistas constatou-se que Atualmente, apenas cerca de 24% dos jovens

paulistas se matricula em uma instituição de ensino superior, seja pública ou privada.

Embora esse percentual de matrículas seja superior ao dos demais estados brasileiros, ele é inferior à média de diversos países sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Chile e Uruguai). Além disso ele é muito inferior ao que se observa nos países desenvolvidos, onde a taxa de matrícula supera, e às vezes em muito, 60%”.

Mediante a certificação de tais dados, observa-se que é grande a demanda por ensino superior no Brasil, razão pela qual resta oportuna e necessária a ampliação da oferta de ensino superior tendente a viabilizar o aumento de vagas e sua oportunidade a comunidades interioranas. – **Neucimar Ferreira Fra-ga**, Deputado Federal – PL/ES.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que me inscrevesse também, na seqüência, pela Liderança do Partido, conforme documento já entregue a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Já foi entregue à Mesa documentação assinada pelo Delcídio Amaral, autorizando que o Senador Flávio Arns possa, como Líder do PT, usar da palavra por cinco minutos para comunicação urgente de interesse partidário, conforme art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Como estamos intercalando a tribuna, o próximo orador inscrito é o Senador Antônio Leite. Após o pronunciamento de S. Ex^a, serão concedidos cinco minutos, pela Liderança do PT, ao Senador Flávio Arns.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes que o Senador inicie seu pronunciamento, eu queria saber se teremos Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sr. Senador Sibá Machado, está havendo reunião de Líderes com o Presidente da Casa. Se houver acordo para haver votação, certamente teremos Ordem do Dia. Por enquanto não há comunicação alguma do Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu queria me inscrever pela Liderança do Bloco, mas estou em dúvida se o faço antes ou após a Ordem do Dia. Por isso estou aguardando. Esperarei mais tempo e, depois, farei a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Peço a compreensão do Senador Sibá Machado para

esperar o resultado da reunião das Lideranças. Caso houver um acordo, V. Ex^a poderá ser inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Leite.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das grandes preocupações ou dos grandes anseios das sociedades atuais repousa na questão da qualidade de vida. Os avanços do conhecimento e do progresso científico e tecnológico e o aumento do apelo ao consumo dos bens produzidos nesses setores proporcionaram às pessoas e às comunidades não apenas as informações sobre os recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida, mas também conhecimento sobre a etiologia e as formas terapêuticas mais adequadas ao tratamento das doenças. Nessa área, ainda restam alguns desafios grandes a vencer, mas as pesquisas estão avançadas e não param. Todos sabemos dos problemas que permanecem no que diz respeito ao câncer, essa terrível doença que tanto sofrimento causa às pessoas acometidas, seja pelas características próprias, seja pelas formas do tratamento, que exigem longo tempo, freqüentemente são invasivas e têm desagradáveis efeitos colaterais.

No Estado do Maranhão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com informações da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina – Ampare, 91% da população atingida pelo mal não encontra estruturas para o tratamento recomendado, porque existe no Estado apenas um Centro de Alta Complexidade em Oncologia – Cacon, localizado na cidade de São Luís.

Grande parte dos doentes, no entanto, não procura o centro de São Luís para tratar o seu problema, porque são pobres e, portanto, não têm condições para se deslocar até a capital, pois isso tem custo, custo de locomoção, de alimentação, de hospedagem, não apenas para si, mas também para o acompanhante.

Além disso, o centro de São Luís vive congestionado pela alta demanda, sem condições de atender a todos. Por outro lado, os hospitais do interior e os postos de saúde, sem recursos físicos e humanos, são evitados pelos pacientes por temerem orientações e terapias erradas.

Há necessidade premente de mais um centro especializado no Estado. A sede ideal do novo centro é a região tocantina, na cidade de Imperatriz, que, aliás, já foi visitada, em 2004, por técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer – Inca, os quais deixaram recomendações, consignadas em Protocolo

de Intenções, para viabilizar a implantação do hospital do câncer: pré-projeto e alguns outros requisitos de ordem legal. No nível do Estado e do Município, porém, infelizmente, ainda não foram cumpridas as relações técnicas. Tal fato pode ser de extrema gravidade porque, após dois anos, Imperatriz poderá perder a oportunidade de ver instalados os equipamentos que lhe foram assegurados pelo Governo Federal. Com isso, ficará prejudicada toda a população carente do Estado do Maranhão, do sul do Estado do Pará e do norte do Estado de Tocantins.

Lanço aqui o meu apelo, em nome dessa população que padece silenciosa a falta de recursos para tratar seus males, a todas as autoridades competentes, no âmbito do Município, do Estado e do Governo Federal. Apelo em particular ao Ministério da Saúde para que prorrogue o prazo de vencimento do Protocolo de Intenções acima referido e, paralelamente, disponibilize recursos para construção ou compra da estrutura para a instalação do hospital do câncer. Tenho plena confiança na ação dos Poderes públicos para atendimento dos anseios de mais de um milhão de pessoas da região tocantina que necessitam e esperam a solidariedade, a sensibilidade e a determinação para terem a qualidade de vida mínima no que diz respeito às suas necessidades de cuidar da saúde de suas famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonal Pavan. PSDB – SC)

– De acordo com o critério de alternância entre Líderes e oradores inscritos, terá a palavra, pelo prazo de cinco minutos, pela Liderança do PT, o Senador Flávio Arns.

Comunico ainda ao Senador Sibá Machado que está presente o Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco e do PT, que já havia autorizado o Senador Flávio Arns a falar pela Liderança do PT. Portanto, fica prejudicado o pedido do Senador Sibá Machado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também gostaria, sim, de pensar um pouco, refletir junto com os Senadores e com a sociedade a respeito das dificuldades pelas quais o Brasil vem passando no momento.

Se pensarmos no combate à corrupção, eu diria que esse tem que ser o objetivo não só de um Partido político, mas de toda a sociedade brasileira. Se falarmos com qualquer setor da sociedade, o povo, por unanimidade, vai dizer que o combate à corrupção é prioritário. Ele tem que acontecer. É o dinheiro que está faltando, faltam políticas públicas para a cidadania, para que os direitos sejam assegurados à criança, ao idoso, ao menino de rua, falta educação,

saúde, trabalho. São muitas as necessidades que o Brasil tem; faltam recursos por diversos fatores, entre eles a corrupção.

Temos que analisar também que, no Governo atual, muitas coisas estão sendo enfatizadas de uma maneira boa, correta. Se olharmos o trabalho da Procuradoria-Geral da República, do Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, de todo o grupo do Ministério Público Federal e também do Ministério Público do Trabalho, veremos que estão fazendo um trabalho efetivo e do qual temos que nos orgulhar, sem dúvida alguma. Isso é positivo.

Também é positivo o sorteio que faz a Controladoria-Geral da União para selecionar os Municípios sobre os quais deve recair um exame sobre a correção das verbas públicas aplicadas neles. Isso começou no Governo passado e foi consolidado neste, podendo melhorar muito mais ainda.

O trabalho da Polícia Federal, com dezenas de operações no Brasil, é também algo bom, pois a corrupção vem sendo combatida, não apenas no meio político, no Legislativo, mas também no Executivo, na própria Polícia Federal, no Judiciário, entre os empresários. A situação mudou, e vem mudando também o próprio conceito que a sociedade faz dessas iniciativas todas.

Surgiram problemas com um enfoque que envolve diretamente parlamentares e partidos políticos. Sem dúvida alguma, eu diria, esses fatos devem ser esclarecidos à sociedade e investigados até o fim. Há apenas um caminho, uma solução: investigar os acontecimentos, completa e totalmente, de forma transparente, para que toda a sociedade saiba que tudo foi feito de maneira adequada.

Quero abordar três aspectos em relação a todos esses fatos. O que podemos fazer para contribuir e proporcionar o clima de tranquilidade e segurança que o País merece, inclusive para o povo saber em que sentido devemos enfatizar a nossa caminhada? O primeiro aspecto refere-se ao fato de que o Maurício Marinho não apresenta provas, não faz isso nem faz aquilo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Houve uma confusão tremenda na CPMI. Isso pode estar ocorrendo, mas o objetivo daquela Comissão é deixar tudo claro. Esses depoimentos e tantos outros que já foram aprovados devem deixar tudo absolutamente transparente. Se alguém fizer uma declaração falsa, que seja punido. Aqueles que forem indicados, caso tenham culpa demonstrada, também devem ser punidos.

Houve fatos importantes na CPI, Sr. Presidente. Ontem, a manifestação do Senador César Borges, do

PFL, e a do Senador Pedro Simon foram no sentido de assegurar para a sociedade que aquela questão de CPI chapa-branca não estava ocorrendo. O próprio Senador César Borges, que concorreu com o Senador Delcídio Amaral...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – ... apontando, Sr. Presidente, no sentido de mostrar a transparência dos trabalhos.

Mas poderíamos ir adiante ainda. Devemos acabar com essa discussão de que se está tentando aplicar um golpe no Brasil. Falo como parlamentar do PT. O que todos temos que querer é transparência.

Vejo o Presidente do PSDB Nacional, o Senador Eduardo Azeredo, meu amigo de longos anos. Nenhum de nós jamais imaginaria o Presidente do PSDB, uma pessoa correta e valorosa, que pensa no Brasil, planejando qualquer tipo de golpe para o País. Eu fazia este comentário agora há pouco: é necessário parar com essa conversa.

O mesmo ocorre em relação ao Senador Jorge Bornhausen, que já prestou tantos serviços ao Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, concedo mais um minuto a V. Ex^a para concluir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Senador Jorge Bornhausen já conduziu tantos trabalhos adequados e corretos para o Brasil, como Senador e Governador. Trata-se de pessoa que atua com as Apaes no Brasil inteiro e respeita os movimentos sociais. S. Ex^a está longe de pensar em termos de golpe. Ao contrário, todos temos o desejo de que tudo seja apurado. Há que ser apurado e não há outra solução. O esforço deve ser nessa direção.

Causa ainda muita discussão a questão de o nosso Presidente Lula ter sido um operário que veio da área sindical. Foi ótimo. Mostrou que o Brasil é maduro. Vamos parar com essa discussão também de que haveria setores da sociedade que estariam com inveja desse fato. Nós, do PT, temos que responder às demandas, às necessidades do Brasil e principalmente da transparência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Infelizmente, não é possível conceder aparte agora porque o Senador estava inscrito pela Liderança do PT por cinco minutos, e não caberia aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas trata-se de uma fala tão sensata, tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente do Partido, o Senador Tasso Jereissati, que é um grande líder, e eu desejávamos felicitar o Senador Flávio Arns pela colocação sobre este assunto. S. Ex^a é realmente um petista autêntico e coloca com muita propriedade este assunto para todos nós, brasileiros, que não queremos golpe.

O Sr. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de ressaltar a importantíssima palavra do Senador Flávio Arns, que, na verdade, representa o verdadeiro e o puro PT, aquele que tem os seus ideais cristãos e deles não se afasta.

O seu depoimento corresponde ao desejo do País e ao desejo do PT, aquele que nasceu para ser o partido que responde pelos trabalhadores brasileiros, que fala em nome dos trabalhadores brasileiros, que deseja ver todo este episódio profundamente esclarecido e que pretende que tudo seja feito com tranquilidade, na maior ordem institucional.

Conheço a grandeza do Senador Flávio Arns, com quem tenho o privilégio de conviver há muitos anos, desde quando eu era Presidente do Partido. Conheço o seu trabalho e a sua grandeza. A cada dia que passa, S. Ex^a se reafirma e é um orgulho para este Senado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador e Presidente do PSDB Nacional, Eduardo Azeredo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Como S. Ex^a foi citado, poderia usar o art. 14, Presidente por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a a intervenção, mas o Senador Eduardo Azeredo, certamente, fica honrado por receber essa autorização de um petista.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente,

porque o art. 14, normalmente, é utilizado para fazer um reparo. No caso, pelo contrário, quero agradecer ao Senador Flávio Arns as referências e dizer que S. Ex^a é um Senador respeitado pela sua coerência, pela sua atuação pessoal, pela sua história de vida. S. Ex^a fez, com muita sensatez, uma análise do momento político brasileiro.

É exatamente isso que a Oposição quer. O Senador Antonio Carlos já havia se manifestado sobre o assunto. Queremos um processo democrático. Longe de nós qualquer processo golpista. Ficamos revoltados por alguém pensar que a Oposição deseja outros caminhos que não o da democracia. Foi muito difícil o Brasil ter de volta a democracia.

Cumprimento V. Ex^a pela sensatez da sua palavra, de quem é do PT, de quem tem realmente uma visão clara de que este momento é grave, mas as pessoas de bom senso têm que ter o equilíbrio necessário para encontrar os caminhos para o fortalecimento e a sobrevivência do País.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero solicitar a palavra, pelo art. 66, parágrafo único, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, “ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder”. V. Ex^a, após a palavra pela ordem, terá o direito de falar por cinco minutos, pela Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo falar claramente do sentimento em relação ao Senador Flávio Arns nesta Casa. Ontem, numa roda de colegas Senadores, ouvi de um colega – se me autorizar, eu digo o seu nome – que o ideal para o gabinete civil da Presidência da República, no caso de um homem, seria o PT indicar o Senador Flávio Arns e, no caso de uma mulher, a Senadora Ana Júlia.

Digo isso para revelar o sentimento da Casa com relação à postura, à correção, à retidão do Senador Flávio Arns, cujo discurso traduz, com relação ao Senador Eduardo Azeredo, com relação ao contexto atu-

al, a interpretação que só um homem da estatura do Senador Flávio Arns poderia nos brindar.

Torço para que o ex-Ministro e atual Deputado, ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, tenha ouvido o discurso do Senador Flávio Arns, porque foi o ex-Ministro José Dirceu que saiu do Gabinete Civil dizendo que havia por parte da Oposição deste País o propósito, o desejo de interromper o processo democrático.

Senador Flávio Arns, V. Ex^a está dizendo exatamente o contrário, que, no conceito e na interpretação de V. Ex^a, isso não existe, isso é uma balela, isso é uma tentativa de tapar o sol com a peneira para os fatos da maior gravidade que estão ocorrendo no nosso País. Portanto, caso o Deputado José Dirceu não tenha ouvido o seu pronunciamento, vou enviar a ele, cortês e gentilmente, as notas taquigráficas para que sinta como um parlamentar do PT da estatura de V. Ex^a interpreta os fatos e como entende, vê e observa o comportamento da Oposição nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Posteriormente, aos Senadores Sibá Machado e Cristovam Buarque.

E comunico ao nosso querido amigo Senador João Batista Motta que V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável após a palavra, pela Liderança do PSDB, do Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Leonel Pavan, eu queria assumir o que o Senador Geraldo Mesquita Júnior disse. Fui eu, eu assumo. O Presidente Lula errou mais uma vez. O homem era este. E, se optasse por uma mulher, a mulher seria aquela, por sua luta.

Eu queria dizer ao Senador Flávio Arns que eu não sei se Evaristo Arns ganha dele não. O mais que conseguirá é empatar.

V. Ex^a é para o PT, não vou dizer a estrela, que é fraca e só brilha à noite, e V. Ex^a brilha todos os instantes de todos os dias e todas as noites.

Este homem deveria ter sido aproveitado. Eu torci muito para que ele fosse para a Casa Civil. Já imaginaram o relacionamento, a aproximação com as virtudes que este Governo teria com o núcleo duro, que se tornou maligno, com a presença dele, que representa Deus, que representa a fé, a esperança e a caridade? Como últimas palavras, um conselho ao irmão cristão do Piauí, Senador Sibá Machado: V. Ex^a quer dar cheque em branco para o PT, dê somente para o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o pronunciamento do Senador Flávio Arns representa o pensamento de todos nós. Longe do PT tratar todos esses problemas como se fosse um problema de cerceamento de uma democracia conseguida a duras penas. É claro que, se uma ou outra pessoa expressou esse pensamento, deve ter sido no meio de uma situação em que a cabeça estava quente ou coisa parecida. Mas, em nenhum momento, isso pode representar o pensamento da coletividade.

No que diz respeito ao não convite do Presidente Lula à Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Flávio Arns é porque S. Ex^{as} são tão importantes para esta Casa que, se os convidasse, com certeza, atrapalharia o bom desempenho do Senado Federal. Precisamos dos dois aqui.

Parabéns, Senadores!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Talvez tenha sido por isso que Sua Excelência demitiu o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar algo ao que disse o Senador Sibá Machado a respeito de uma democracia a duras penas. A duras penas por Tancredo Neves, por Tasso Jereissati, por Fernando Henrique Cardoso e por tantos outros brasileiros, não somente pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque. Logo após, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias. Posteriormente, chamarei os inscritos para uma comunicação inadiável, por estarmos próximos da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, fico feliz ao ouvir o discurso de um companheiro do meu Partido com essa posição. Creio que é um equívoco muito grande, em primeiro lugar, levantar a idéia de risco às instituições democráticas, sobretudo partindo de pessoas do próprio Governo. Quem está no Governo quer reduzir ao máximo as fricções sociais. Às vezes, penso que, nos últimos

dias, o Governo e o nosso Partido têm criado fricções sociais cujo risco só vêm contra nós.

Além disso, o pior erro é achar que o erro é cometido pelos outros e não por nós próprios. Se não descobirmos, com seriedade, os equívocos que cometemos e estamos cometendo, se continuarmos jogando a culpa nos outros, aí sim, a situação ficará fora de controle. A Oposição faz o que é seu direito em cima de nossos equívocos. Não é ela que cria equívocos para nós. Espero que um discurso como o de V. Ex^a alerte cada um de nós para descobrir onde estamos errando a fim de que possamos corrigir as falhas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, como cortesia, concedo mais um minuto a V. Ex^a. Não como cortesia, mas como um direito, para que possa agradecer aos demais Senadores, pois todos demonstraram profunda admiração pela pessoa e pelo trabalho de V. Ex^a. Eu também, como catarinense, Estado próximo ao Paraná, endosso as palavras dos demais Senadores. Como um dos integrantes do PT, não sei se são poucos, mas, dos poucos, V. Ex^a realmente é uma pessoa honrada e ética. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

V. Ex^a tem mais um minuto para as considerações finais.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Gostaria de também manifestar meu grande carinho e apreço pelo Estado de Santa Catarina, apesar de ser do Paraná, pois as famílias, tanto do meu pai como da minha mãe, são de Santa Catarina. Agradeço as referências de todos os Srs. Senadores. Nosso grande desafio, daqui para frente, ao diagnosticarmos as dificuldades e os problemas, é estarmos muito sintonizados e compatibilizados com os anseios da sociedade brasileira, fazermos uma avaliação de nossa caminhada, como foi dito, permanentemente, e, juntos, tomarmos muito cuidado com todos os posicionamentos e atitudes, a fim de que o Brasil tenha...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A fim de que o Brasil tenha a tranquilidade e a segurança de um futuro melhor e seguro, com a participação de todos. Esse é o anseio de todos. E que prime pela absoluta transparência e combata a corrupção. Com isso, poderemos criar mecanismos a fim de que esse dinheiro, tão sofrido, beneficie a realização dos direitos humanos fundamentais e da cidadania do povo brasileiro, que merece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O art. 66, parágrafo único, dispõe que, “ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo

Vice-Líder”. Concedo a palavra ao Vice-Líder, Senador Alvaro Dias, do nosso querido Estado do Paraná, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, será assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, ao Senador João Batista Motta. Após S. Exª, falará o Senador Eduardo Azeredo e logo após, encerrando a comunicação inadiável, o Senador Flexa Ribeiro. Eu peço a todos que observem os cinco minutos, conforme o Regimento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como é do conhecimento desta Casa, o Espírito Santo, meu Estado, possui uma fábrica de chocolates por demais conhecida em todo o Brasil: a Garoto. Essa fábrica, que sempre deteve 80% do mercado de chocolates, teve que ser vendida por um problema da família que a administrava. Também é do conhecimento desta Casa que o Cade, após dois anos e meio da compra da Garoto pela Nestlé, resolveu vetar a negociação. Foi um escândalo denunciado nesta Casa pela Bancada do Espírito Santo.

Logo a seguir, a Garoto conseguiu uma liminar na Justiça e hoje opera graças a ela.

Os jornais da semana passada noticiaram que o Cade está empenhando, com “unhas e dentes”, a derrubar a liminar, quer vencer a batalha agora na Justiça.

Sr. Presidente, eu estou até torcendo para que a Justiça dê ganho de causa ao Cade. Eu estou torcendo hoje para que o Cade faça a corretagem da empresa para outro grupo. Talvez tirando do grupo suíço e colocando nas mãos de um grupo americano. Eu estou torcendo, repito, para que haja uma decisão da Justiça contrária aos interesses da Garoto, para ver aonde vai chegar o interesse do Cadê. Por certo, talvez cheguemos a mais uma CPI.

Não entendo por que essa gana, essa vontade de atrapalhar uma empresa que vem trabalhando como a Garoto sempre trabalhou no mercado nacional. Repito, quero ver aonde o corretor Cade quer chegar, agora na Justiça, para impedir a negociação da Garoto. Vamos ver se amanhã conseguiremos com a nova empresa

que suceder a Nestlé. Quero ver se o grupo americano que pretende assumir direção da Garoto, por obra e graça do Cade, conseguirá fazer, no Espírito Santo uma empresa maior, com mais empregos e mais nome no mercado interno e internacional que a Garoto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O próximo orador inscrito para comunicação inadiável é o Presidente do PSDB nacional, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho participado de reuniões referentes à implantação da reforma política no País; reforma que há mais de 10 anos vem sendo discutida no Brasil; reforma que foi prometida pelo Presidente Lula; reforma que constou dos discursos de posse do Senador José Sarney como Presidente desta Casa, do Presidente Renan Calheiros neste ano.

Foi mencionado aqui pelo Senador João Capi-beribe que ontem tivemos um avanço, qual seja, a votação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, de projeto que traz realmente a aprovação de pontos da reforma política. Como Presidente do PSDB, quero salientar que é um avanço sim; agora vamos ter a discussão no plenário da Câmara dos Deputados. Como se aprovou o projeto originário da Câmara, ele terá que vir aqui para o Senado. Entretanto, vimos discutindo outros pontos que estavam acordados, pelo menos, entre os Presidentes dos quatro principais Partidos: entre o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen; do PMDB, Deputado Michel Temer; do PT, Deputado José Genuíno, e por mim, pelo PSDB.

A idéia era que fizéssemos a aprovação por partes de projetos que já foram votados pelo Senado; portanto, estão em melhor condição de aprovação. Entretanto, a Câmara fez a aprovação do projeto em bloco – basicamente são os mesmos temas: a lista para votação de eleição de Deputados, Vereadores, o financiamento público de campanha... Mas alguns pontos importantes foram deixados de lado, como a fidelidade partidária. É verdade que no sistema de listas o Deputado que mudar de partido vai para o fim da lista; esse será um problema para ele porque não estará bem colocado na lista. Só lembrando que na lista deixa-se de votar no nome e se vota na lista apresentada pelo partido. E toda a polêmica é como se montar essa lista, qual é a prioridade, quais são os primeiros da lista.

Existem vários modelos: existe um modelo em que se coloca na lista quem já é Deputado; existe um modelo que tem, evidentemente, problemas de renovação; existe um modelo em que a direção partidária

monta a prioridade da lista, mas esse modelo também apresenta problemas porque pode haver uma ditadura partidária; há um modelo favorável às convenções municipais, os delegados municipais montariam também a lista. Nesse caso, ocorre também um problema, porque pode haver a cooptação de delegados municipais. Portanto, não há uma magia que leve ao sistema ideal, mas o sistema de listas é utilizado na maior parte dos países e é uma mudança enorme na tradição brasileira.

A fidelidade partidária é fundamental. Não podemos mais continuar convivendo com essa promiscuidade – chego a usar esse termo mesmo, Senador Mão Santa. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, Deputados mudaram de partido três ou quatro vezes; mais de 150 Deputados, dos 500 eleitos, mudaram de partido.

Assim também é a questão da cláusula de desempenho. A cláusula de desempenho existe na Alemanha e nas grandes democracias do mundo. É um instrumento para que tenhamos maior representativa partidária. O partido precisa se impor no País para estar representado. Hoje no Brasil há 35, 36 partidos autorizados a funcionar. Desses partidos, 13 ou 14 estão representados na Câmara, e 8 estão no Senado. Evidentemente, não queremos também um sistema que evite o surgimento de novos partidos, como é o caso do P-SOL, que surgiu no Senado e conta com 2 Senadores. Também não é razoável que tenhamos a continuidade do sistema atual porque, na época de eleições, partidos são vendidos; o tempo do partido é vendido, é alugado. Assistimos a eleições em que os candidatos são fictícios, existem apenas para ocupar o espaço, atacam candidatos de outros partidos, alugam ou vendem o seu tempo. Há os partidos que fazem com que o sistema partidário fique conturbado. Existe essa questão de “por qual partido vamos nos candidatar, é melhor escolher um partido pequeno do que um grande”. Tudo isso gera instabilidade partidária que não é boa para a democracia brasileira – daí a importância de se continuar discutindo.

Registro a importância do avanço da aprovação pela Câmara, sim. Mas, no caso específico da cláusula de desempenho já aprovada para vigorar no próximo ano, a posição do PSDB é de manter o que já foi aprovado anteriormente – ou seja, 5% no mínimo de votos em todo o Brasil e 2% no mínimo em nove dos Estados brasileiros. Assim, teremos partidos funcionando com mais representatividade. Não há perda de mandato. Quem for eleito por um partido menor não perde o mandato, mas deve se agrupar numa federação de partidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, antes de terminar o meu tempo previsto, comunico que estou encaminhando um requerimento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando informações sobre o ramal ferroviário para Pirapora–Unaí, no noroeste de Minas Gerais. Esse ramal estava previsto na época da privatização da Vale do Rio Doce, tendo sido objeto, inclusive, de um fato relevante. Eu era Governador naquela época e lutei muito pela construção desse ramal. Depois, apesar de constar como um projeto prioritário no Plano “Brasil em Ação”, acabou sendo abandonado.

A Vale do Rio Doce tem capacidade financeira para fazer novos investimentos e está fazendo agora. Já anunciou um novo ramal que ligará o Triângulo Mineiro à Região Metropolitana de Belo Horizonte, basicamente de Ibiá a Sete Lagoas, o que economizará 120 km, melhorando a capacidade de transporte de todo o Centro-Oeste brasileiro em direção aos portos do Espírito Santo. Então se capacidade tem...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só para concluir, Sr. Presidente. Se capacidade tem a Vale para fazer um investimento ferroviário desse porte, é importante que se retome também esse outro projeto que estava previsto na época da privatização que é esse ramal Unaí–Pirapora, atendendo toda essa região próxima de Brasília, uma grande região do agronegócio, uma região produtora, uma nova fronteira agrícola.

Então o meu requerimento é no sentido de que o Ministério do Planejamento nos informe em que ponto está esse projeto que é característico para a Parceria Público-Privada, que é exatamente para projetos que não têm capacidade de, por si só, obterem retorno financeiro de curto prazo e que precisam, portanto, de uma participação também do Governo Federal. Daí esse requerimento ser muito importante para que possamos ter a execução dessa obra.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade para falar destes dois temas: a importância da reforma política, pela qual o nosso Partido, o PSDB, se bate há muito tempo, e também essa questão específica de Minas Gerais referente à ferrovia Unaí–Pirapora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 666, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regi-

mento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Honrai em Minas Gerais:

- 1) qual a situação atual quanto a recursos e cronograma para o projeto em todas as suas fases;
- 2) qual a fonte de recursos para serem empregados no projeto e se serão usadas as prerrogativas da legislação das PPP – Parceria Público Privada;

Justificação

No processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, foi publicado nos principais jornais do país a comunicação de fato relevante, qual seja o compromisso a ser assumido por quem fosse o vencedor do leilão das ações da empresa estatal, de construir e operar em parcerias diversas o ramal ferroviário ligando Pirapora a Unaí, região mineira produtora e exportadora de grãos, frutas, gado e algodão, etc.

À época não estavam disponíveis as prerrogativas asseguradas pela Lei da Parcerias Público Privadas e ainda, era natural que se aguardasse que o mandatário da nova empresa tomasse conhecimento dos seus detalhes operacionais, promovesse os ajustes empresariais adequados, enfim, colocasse a empresa funcionando em bases empresariais privadas.

Recentemente a CVRD veio comunicar em evento ferroviário em São Paulo, conforme artigo de Nairo Alméri no jornal mineiro “Hoje em Dia” de 21 de junho, os investimentos da ordem de US\$475 milhões de dólares, R\$ 1,1 bilhão de reais, na empresa controlada por ela, a Ferrovia Centro Atlântica – FCA, relativos à construção, já iniciada, da ligação ferroviária da região da Serra do Tigre, Ibiá, à região de Sete Lagoas, em Minas Gerais, significando uma modernização da ligação do Centro Oeste brasileiro e do Triângulo Mineiro, rumo aos portos do Espírito Santo, um modal que opera com volumes crescentes de carga mista, minério, grãos, combustíveis, aço, etc.

Significa uma redução de 120 km da ligação atual, de 570 para 450 km, com aumento de velocidade operacional, viagens na metade do tempo, mais que o dobro de capacidade de carga, de 9 para 21 milhões t/ano, previsão de aumento de US\$6 bilhões na balança comercial, enfim melhor produtividade, ao evitar as sinuosidades do trecho antigo e evitando a região metropolitana de Belo Horizonte, no seu trecho mais crítico e densamente povoado.

Fica assim evidente que a empresa controladora da FCA, a CVRD, dá mostras de consistência econômica e torna-se oportuno requerer as informações acima ao Governo Federal, através do Ministério do

Planejamento, sobre em que fase se encontram as negociações do projeto discutido por ocasião da privatização da empresa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador que orgulha o Estado do Pará, o Senador Flexa Ribeiro, e também orgulha o nosso Partido, o PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Leonel Pavan, Senador Mão Santa, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, faço uso da tribuna para registrar artigo do jornalista Clóvis Rossi, na **Folha de S.Paulo** de hoje, intitulado “Bravata ontem, bravata hoje”.

Em que mundo vive o presidente da República que o torna capaz de autoproclamar-se o campeão brasileiro (ou talvez mundial) da ética?

É ético fazer carreira política à base de bravatas, como já confessou uma vez e repetiu anteontem no discurso em que se concedeu o título de o mais ético dos brasileiros? É ético eleger-se com base em mentiras (ou bravatas, tanto faz) para só depois de eleito dizer que eram bravatas (ou mentiras, tanto faz)? Não é o mesmo que confessar: “Ah, bobões, enganei vocês todos?” É essa a ética de que se gaba o presidente?

É ético expulsar companheiros e companheiras de partido cujo único crime foi o de acreditarem que Luiz Inácio Lula da Silva dizia a verdade e não bravatas? É ético expulsar pessoas cujo único crime, como ironiza a Senadora Heloísa Helena, agora no P-SOL, foi o de cometer “fidelidade partidária”?

É ético andar “em más companhias”, para usar a expressão de um querido amigo e velho companheiro do presidente, o Ministro Olívio Dutra (Cidades)? Más companhias, aliás, que trabalharam durante um tempo no próprio Palácio do Planalto, como é o caso de Waldomiro Diniz, o que significa que um comportamento nada ético habitou a mesma casa do homem mais ético do País sem que ele percebesse. Não parece exatamente um reforço ao título de campeão do combate à imoralidade que Lula se atribuiu.

É ético falar em criar quantas CPIs forem necessárias depois de o Partido de Lula ter feito o diabo para

impedir a CPI dos Correios, só se curvando a ela depois que surgiu um novo escândalo, o do “mensalão”?

É ético descartar como “denúncias vazias” acusações que não foram apuradas...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sobre ética e política existe um livro do Max Weber. Senador Moza-rildo, ética é o correto. Agora eu perguntaria ao campeão da ética, ao campeão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É como diz o jornalista Clóvis Rossi.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...se é ético, ou pelo menos se é cristão, se é correto. Faleceram dois irmãos do Presidente e ele não compareceu a nenhum dos enterros. Isso é ético, é cristão, é solidariedade, é exemplo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

É ético...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente:

É ético descartar como “denúncias vazias” acusações que não foram apuradas ainda, ao mesmo tempo em que se defende a apuração de tudo, doa a quem doer?

É ético afastar o Ministro (José Dirceu) se, afinal, as denúncias contra ele são “vazias”?

O que é ético, Presidente Lula? Respondo em nome de milhões de brasileiros: é promover o choque de moralidade que a sociedade reclama. Não bastam apenas palavras. O povo quer, exige, clama por ações morais concretas. Vamos à guerra, mas à guerra pela moralidade da vida pública.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente Alvaro Dias.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 667, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja enca-

minhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste penado de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 668, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de

Estado do Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N.º 669, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, Romero Jucá, o

presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N.º 670, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o presente requerimento para

que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solícito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 671, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou

do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a Ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solícito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 672, DE 2003

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante.

te, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Justiça, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 673, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, Ciro Gomes, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99,

para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam móveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 674, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, Antonio Palloci, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 675, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Esporte, Agnelo Queiroz, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Esporte, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Educação, Tarso Genro, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Educação, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. — Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 677, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. — Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 678, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 679, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Defesa, José Alencar, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Defesa, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 680, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Cultura, Gilberto Gil, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Cultura, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 681, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 682, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, Eunício Oliveira, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

REQUERIMENTO Nº 683, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 684, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério das Cidades, Olívio Dutra, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério das Cidades, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 685, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotado neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado; imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

REQUERIMENTO Nº 686, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o, art 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – **Senador José Jorge.**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 687, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

n) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – **Senador José Jorge.**

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 689, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, Álvaro Ribeiro Costa, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citados;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 690, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 691, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. Jorge Armando Félix, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 692, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 693, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 694, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a Ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO N° 645, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos n°s 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO N° 696, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Humberto Costa, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos n°s 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Saúde, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 697, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostariamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Turismo, Walfrido Mares Guia, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostariamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Turismo, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão).

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e

3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 700, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Alfredo Nascimento, o presente requerimento para que forneça informações

a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 701, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de

Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, André Singer, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para a apreciação do Item 1 da pauta.

Dessa forma, está encerrada a Ordem do Dia.
São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Maguito Vilela
Prazo final: 1-8-2005.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000
(Votação nominal)**

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento
aprovado em 23-2-2005)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, *que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Discussão adiada, em virtude de requerimento
aprovado em 26-4-2005)
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ger-son Camata.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Retornaremos à lista de oradores.

Está inscrito pela Liderança do PSDB o Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra.

S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, é claro que não deverei usar os 20 minutos, para colaborar com os demais Senadores que pretendem usar da palavra.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, antes de fazer aqui alguns comentários referentes aos mais éticos do Brasil ou ao único ético deste País, queria dizer que, recentemente, estivemos em Araranguá, Santa Catarina, onde assistimos a uma manifestação da Frente de Produtores de Arroz. E lá estavam inúmeros Parlamentares, entre eles Luiz Carlos, do PT do Rio Grande do Sul. Lá, debaixo de muita chuva, os agricultores, todos, estavam num movimento ordeiro, sem baderna, apenas fazendo um protesto e tentando lembrar ao Governo do PT, ao Governo Lula, os compromissos que ele assumiu com os agricultores do País inteiro, principalmente com a agricultura familiar. Eram pequenos agricultores, produtores de arroz, que estão em situação difícil, muito difícil.

E diziam lá os líderes dos agricultores que era preciso que os representantes do PT, que era preciso que a Base do Governo – e alguns estavam lá – levassem a mensagem ao Presidente Lula, lembrassem ao Presidente Lula os seus compromissos assumidos em campanha. Queriam ser reconhecidos, queriam ser respeitados, queriam que o Governo Federal desse atenção aos agricultores, aos produtores de arroz para que eles não perdessem toda a sua safra, para que eles pudessem, pelo menos, recuperar um pouco do haviam investido, porque estavam tendo prejuízo.

Naquele movimento, Senador Mão Santa, não se via nem uma bandeira do PT. E eu me recordo de que antes das eleições de 2002 em todos os movimentos que havia neste País, movimento de agricultores, dos sem terra, dos sem teto, dos sem cabelo, dos sem qualquer coisa, todos, lá estava o PT envolvido com a sua bandeira, tentando sensibilizar os governos ou, até pior, tentando tumultuar o processo. Era assim

que o PT fazia: fechava rodovias, fechava estradas, queimava dezenas de produtos e outras coisas mais para tentar emplacar na imprensa. E, nesses casos, quando não se vê a bandeira do PT, vê-se movimentos ordeiros, vê-se movimentos de pessoas que apenas tentam sensibilizar este Governo, cujos militantes, no passado, faziam movimentos com baderna.

Ouçó, com muito orgulho, o aparte do Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Leonel Pavan, solidarizo-me com V. Ex^a e registro que é necessário saber com qual PT estamos lidando neste Governo. V. Ex^a registra o fato ocorrido em Santa Catarina. Informo que aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, esta semana, com o voto favorável da Oposição e o voto contrário do PT, da Bancada do Governo, a renegociação da dívida dos microprodutores rurais, para que eles possam ter seus negócios com andamentos normalizados. A Bancada do Governo se colocou contrária ao projeto do Senador César Borges, que teve a relatoria favorável do Senador Jonas Pinheiro. É estranho, como V. Ex^a bem disse, que o PT, sempre favorável aos microprodutores rurais e aos assentados, que devem estar na mesma situação, se coloque contrário a um projeto que vem em benefício dos pequenos agricultores na Comissão de Assuntos Econômicos. É a Oposição responsável que aprova o projeto que virá ao plenário. E a Bancada do Governo, depois de pedir verificação de voto nominal para que constataste a aprovação do projeto, faz o comentário de que vai derrubar a proposta no plenário, como se aqui também pudesse votar contra o pequeno produtor rural, que tem, sim, o apoio da Oposição responsável. Era esse o nosso aparte.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, sobre o seu pronunciamento, ainda quero lamentar que os Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná tinham uma emenda para que também fosse prorrogada a dívida e liberados, pelo Governo, recursos para investimentos na agricultura do meu Estado, dos Estados do sul do País. E, num acordo, retiraram esses três Estados, que precisavam da mesma atenção dos demais Estados que receberam. Mesmo assim, sabendo da importância que é a agricultura para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, vimos aqueles que empunhavam bandeiras no passado, gritando por justiça aos agricultores – nós os vimos, Senador Alvaro Dias –, votarem contra. Como podem, tão rapidamente, esquecerem o seu passado? O povo não tem memória curta.

Antes de conceder aparte ao meu Presidente, o Senador Eduardo Azeredo, eu queria comentar o seguinte: lá, naquele movimento de Santa Catarina, num

trevo de Araranguá, no sul do Estado, próximo do Rio Grande do Sul, havia alguns integrantes do Governo. Ele ouviu: “Fiquem tranquilos, vamos falar com o Palocci”. Nem falaram o nome do Ministro da Agricultura, como se o Palocci mandasse até na Pasta da Agricultura. Vamos falar e vamos resolver.

Os agricultores, educadamente, sofridos, com as mãos calejadas, molhados pela chuva, aceitaram as explicações e retornaram para as suas casas, para as suas lavouras, na expectativa de que seriam realmente reconhecidos. Mais uma vez, mentiram e continuam mentindo, pois o Governo prometeu comprar o arroz dos produtores, já que reivindicavam apenas R\$30,00 a saca. O Governo sequer se propõe a negociar, oferece R\$19,00 pela saca do arroz. Isso é uma afronta aos nossos agricultores! Aliás, é uma afronta aos agricultores que, no passado, confiaram, depositaram os votos, saíram para as ruas erguendo a bandeira daquele que se dizia e se diz hoje o único homem ético do País.

É ético prometer e não cumprir?

É ético mentir para a população?

É ético dizer que, no passado, falavam bravatas?

É ético vir dizer hoje que é a favor das CPIs, quando tentou anulá-las, impedir que fossem instaladas?

É ético dar cheque em branco, dizer que dormia tranquilo, a uma pessoa que hoje é repudiada e criticada pelo seu próprio Partido?

Ele precisa estudar um pouco mais sobre o que é ética. Devia espelhar-se em Mário Covas. Esse, sim, foi o exemplo maior da ética em nosso País, mas, mesmo assim, nunca disse que era o único homem ético da nossa Nação. Ele pregava, ele dizia, ele mostrava como devíamos proceder para buscarmos a dignidade, a honradez e a ética na vida pública.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com muita honra.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a é muito feliz neste pronunciamento, inclusive lembrando o nosso Governador Mário Covas, que foi um dos fundadores do PSDB. Eu diria até que um dos motivos para que eu também participasse da fundação do PSDB foi a sua presença. Quanto a este tema levantado em relação aos pequenos produtores, nós tivemos uma aprovação de 13 a 12, o Governo perdeu mais uma vez na Comissão de Assuntos Econômicos. A questão de Santa Catarina não foi incluída, mas ainda há tempo para que ela possa ser incluída aqui em plenário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós vamos encaminhá-la aqui, no plenário.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Sim, e o Governo alega que vai tentar derrotá-la aqui. Nós queremos o contrário. Nós queremos reafirmar a aprovação, porque beneficia produtores com dívida de até R\$50 mil – pequenos produtores e não grandes produtores –, e vem dar essa possibilidade de renegociação, evitando que os produtores que já têm condições difíceis de sobrevivência percam seus bens e tenham dificuldades acrescidas. Essa questão mesmo do arroz por que passa todo o sul do Brasil se assemelha a muitas outras produções no Brasil, como a do café, em Minas Gerais. Ainda no último Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a cultura do café estava num momento de crise. O que fez o Governo Federal, então? Comprou parte da safra e até ganhou dinheiro com isso, porque, depois de certo tempo, quando o café voltou ao melhor preço, o Governo pôde colocar à venda o que tinha adquirido naquele momento difícil em que os produtores não tinham sequer um preço mínimo. Essa é uma prática usual no mundo todo. A Europa e os Estados Unidos dão atenção especial aos produtores agrícolas, exatamente para que eles não estejam sujeitos a essa sazonalidade, que acaba por destruir até a esperança e a vontade de trabalhar no campo. De maneira que quero dizer que conte com meu apoio para que também essa renegociação possa ser estendida a Santa Catarina. Ela foi aprovada na Comissão com meu voto, como Senador de Minas Gerais. Não votei contra os interesses de Minas Gerais, porque ela atende exatamente regiões mineiras que precisam muito – o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Não seria razoável que pudesse votar contra um projeto que beneficia, primeiro, produtores de menor capacidade financeira e, segundo, de região tão carente, como é a região do Jequitinhonha, do Norte e do Mucuri.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Eduardo Azeredo, o Governo se orgulha e fala sobre a produção do nosso País. A produção, realmente, vem crescendo – ou vinha crescendo –, em função de tudo que foi investido e preparado no passado. Há uma política agrícola de muito tempo, mas, no momento, o agricultor familiar está passando por muitas dificuldades. É o produtor de banana, alho, cebola, milho, e nós não ouvimos o Governo falar de incentivos e de investimentos que realmente tragam resultado. São capazes de dizer: estamos investindo nisso, investimos naquilo, estamos fazendo aquilo. Mas nós queremos é solucionar o problema. Não precisamos de esmolas ou migalhas. O agricultor brasileiro não pode ficar sempre na expectativa de vir algum recurso ou benefício, apenas para poder sobreviver, justamente quando a safra não é feliz.

Este Governo precisa começar a botar a mão na massa, a começar a trabalhar. Parece-me que o Presidente Lula deverá anunciar hoje – eu não sei – mais uma vez uma reforma política. A saída do Zé já é uma pequena reforma, ou uma grande reforma, Senador Mão Santa, porque sai o rei e ficam os plebeus. Sai o homem que mandava. Oras, saiu por quê? Saiu porque era bom? Se era bom, tinha que ficar. E se era ruim, tem que assumir.

Espero que o Governo faça uma reforma ampla e comece a trabalhar. Faltam apenas mais seis meses para acabar o ano. Vêm aí o final de ano, as férias, o recesso, e depois mais três ou quatro meses para licitar, porque já são novas eleições. O Governo está acabando e nós estamos pedindo para que comece a governar. Felizmente, parece que o Presidente está cancelando as viagens para o exterior. Sua Excelência dizia: “Tire o traseiro da cadeira e vamos brigar para baixar os juros”. E nós falávamos aqui: Presidente, coloque o traseiro na cadeira da Presidência e comece a governar este País. E parece que vai começar, e há tempo de recuperar.

Concedo o aparte ao nobre Senador, grande Senador do Espírito Santo, Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – Senador Leonel Pavan, quero lhe dar parabéns pelo pronunciamento, principalmente no que diz respeito à situação do homem do campo no Brasil. Quando começou o ano e iniciou a colheita da safra, nós percebemos que os preços eram exatamente um terço do preço de quando essa safra foi plantada. Este País não dá garantia a quem trabalha, principalmente se esse trabalhador for do campo. Na cidade não acontece a mesma coisa. Quando os automóveis não estão encontrando mercado, o Presidente da República cria consórcios, baixa os juros, perdoa o IPI, faz qualquer coisa, primeiro, para que o preço não caia, segundo, para que não sobrem carros nos pátios das montadoras. É um exemplo. Agora, quando se trata de produto agrícola produzido pelo brasileiro e, portanto, não é produzido por uma multinacional, aí os economistas do Governo vêm para a televisão se vangloriar de que os preços baixaram e que é fruto da oferta e da procura. Portanto, que o produtor nacional morra. Não interessa ao Brasil ou pelo menos não interessa ao Governo brasileiro salvar uma política agrícola, coisa que nós não temos. Não temos garantia de preços. Estávamos esperançosos de que o Governo pudesse baixar os juros e ter um pouco de consideração com o produtor nacional, com aquele que exporta, dando atenção ao câmbio que está sendo adotado, ruim para quem exporta e ruim para quem produz. Quando estávamos esperando por

uma solução do Governo, eis que aparece a CPI dos Correios. E agora eu não tenho a menor dúvida de que o Governo vai-se debruçar sobre a CPI para se defender. E que continue o produtor nacional morrendo. E que esta Casa se prepare para, daqui a pouco, ter que votar leis perdoadando as dívidas, votar leis para criar nova securitização, porque o produtor nacional, do jeito que a política está para ele, vai continuar sem poder pagar suas dívidas, e a produção do próximo ano só Deus sabe o que vai ser.

Muito obrigado, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pavan, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Motta, quero ter a honra aqui de conceder um aparte a este fantástico Senador, grande Senador não apenas do Piauí, mas também do Brasil e muito respeitado por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – e nós vimos recentemente as centenas de *e-mails* que ele recebe, principalmente da Região Sul. Portanto, quero conceder um aparte ao Senador Mão Santa, mas, antes, preciso só de trinta segundos para completar nosso tempo... Aliás, primeiro, quero conceder um aparte ao Senador Mão Santa, ainda dentro do meu tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, quero citar ao País como eu o conheci. Eu governava o Piauí e fui buscar a Ceval, a Bunge para lá. Estava num restaurante, jantando. Aí a população de Camboriú se apresentava: “Sr. Governador do Piauí, tem de conhecer Leonel Pavan. Ele foi um garçom...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Será que vamos ter de ir lá para o Paraná, para a Boca Maldita, para expressar a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB PR) – V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB PI) – Não, aqui. Deus o colocou aí na Presidência. Aliás, o Senador Leonel Pavan deve ser convidado neste ano ao Japão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Eu já fui...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu senti o entusiasmo. Mas Deus me permitiu e colocou – e eu me sinto um privilegiado por isso na companhia de V. Ex^a aqui. Mas atentai bem, Brasil. Lula, um operário que chegou à Presidência. Este é um garçom, três vezes prefeito, reconhecido pelo povo, que transformou Camboriú no maior pólo turístico do Brasil. E aí está, na tribuna do povo, defendendo o povo, sem trair o povo. E eu faria, ao padrão da ética, as palavras de Brizola: Lula, nós o elegemos para mudar o Brasil, e não para

Vossa Excelência mudar de lado, o lado dos ricos e dos banqueiros.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço as palavras, Senador Mão Santa.

Há pouco, ouvimos aqui o Senador Flexa Ribeiro, citando um artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado hoje no jornal **Folha de S.Paulo**.

Quero dizer que quem está falando sobre a falta de compromisso, sobre a falta de ética do atual Governo é a própria imprensa. Jornalistas famosos, comentaristas famosos estão lembrando aos integrantes do Governo que eles precisam olhar um pouco pelo retrovisor para recordar o que falavam no passado. Não podem acusar a Oposição.

Infelizmente, lamentavelmente, muitos usam a tribuna e nos acusam, Senador Alvaro Dias. Ainda fazem discursos como se a Oposição estivesse dando força ou querendo desestabilizar o Governo. Mas quem está desestabilizando o Governo – se é que estão –, até por fraqueza dos próprios integrantes, é a própria Base do Governo, ou seja, são aqueles que até agora estiveram juntos – se é que ainda estarão daqui para frente. Aqueles que estavam juntos é que estão denunciando as falcaturas.

Tenho a impressão de que pegaram um bolo, mas, na hora de fatiá-lo, de dividi-lo, alguém ficou sem a sua fatia, sem a sua parte, e passou a denunciar um por um, colocando o dedo na ferida.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, ressalto que a Oposição está fazendo a sua parte e cumprindo com seu compromisso ético e democrático de defender a população e de levar a verdade ao povo. Não nos estamos esquivando dos nossos compromissos. Se nos calássemos, seríamos cúmplices desse Governo que falta com a verdade.

Por isso, Srs. Senadores, nós somos da Oposição, mas queremos e estamos fazendo uma Oposição olhando para frente e para o futuro do nosso País, tentando orientar esse Governo que infelizmente, lamentavelmente, não quer olhar para o seu próprio nariz nem acreditar que mente e que traiu as esperanças do povo brasileiro.

O mínimo que o Presidente tem que fazer hoje é pedir desculpas e dizer: “Eu não sabia que, em minha volta e em meu Governo, havia pessoas que cometiam tantos desmandos e que deverão ser expulsas do Governo e do Partido”.

O Brasil precisa ser dedetizado, a começar pelo Partido do Governo, do Presidente e por alguns integrantes da base que lhe dão sustentação. Esse Governo, hoje, mais do que nunca, cometeu estelionato eleitoral nas outras eleições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Leonel Pavan, pelo cumprimento rigoroso do horário.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, posteriormente, ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança da Minoria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vou falar de vários assuntos, primeiro quero reiterar um convite já feito a todos os Deputados Federais, a todos os Senadores, aos Deputados Estaduais para uma reunião que vamos fazer amanhã, em Belém. Vou representar a Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual sou Vice-Presidente, e vamos discutir com a Eletronorte e com a Celpa os projetos e a possibilidade concreta de fornecimento de energia tanto para a Ilha de Marajó quanto para os Municípios da margem esquerda do rio Amazonas.

Então, fica o convite para a reunião que acontecerá amanhã pela manhã, no auditório da Celpa, em Belém. Este assunto tem sido matéria da imprensa e já existem recursos. Aliás, os prefeitos agradeceram porque para eles é muito melhor que a reunião seja em Belém do que aqui em Brasília. São muitas prefeituras pequenas, a região do Marajó é uma das mais pobres, e o custo para os prefeitos virem a Brasília é muito alto. Quero agradecer ao Senador Tasso, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, que aprovou a realização dessa audiência em Belém. Os prefeitos estão extremamente contentes, Senador, porque levar a reunião para o Estado é fundamental, é muito melhor. Então, estaremos lá representando a Comissão de Desenvolvimento Regional, discutindo o projeto para levar energia elétrica para aquelas regiões, que sabemos que é tão fundamental.

Aproveito para falar sobre investimentos que estão sendo feitos no Estado, principalmente na região de Altamira, Anapu, na região oeste, que ficou mais conhecida no Brasil inteiro, infelizmente, pelo triste fato do assassinato covarde e cruel da Irmã Dorothy.

Lembro que uma das causas apontadas da violência era a ausência do Estado na região, e a Comissão que acompanhou as investigações e que eu presidi constatou claramente que um dos maiores problemas é a segurança pública, ou melhor, a falta de segurança pública, obrigação constitucional do Governo do Estado.

Recebi – aqui está escrito ontem, mas foi dois dias atrás – um telefonema de um dirigente da Fundação Viver, Produzir e Preservar, do Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica e Xingu,

sediada em Altamira, que me informou sobre as dificuldades por que passa um convênio que foi assinado no final de 2003, em Belém – eu estava presente! –, um convênio assinado com o BNDES e que tem a contrapartida do Governo do Estado e de várias prefeituras da região. Esse convênio envolve investimentos da ordem de R\$18 milhões; R\$11 milhões são do BNDES. São projetos de consolidação da agricultura familiar e contenção do desmatamento na Transamazônica e Xingu. A Secretaria de Educação do Estado deveria repassar, como contrapartida, pouco mais de R\$3 milhões, num período de 4 anos. Para que isso? Para o pagamento de monitores, para que haja assistência técnica ao pequeno agricultor e educação para os seus filhos. Só que um ano e meio depois de assinado o convênio, não foi repassado um único centavo do Governo do Estado para esse convênio. Esse convênio destina-se à construção de 12 casas familiares rurais. É um projeto importantíssimo para a região, porque vai atender mais de 4 mil famílias e vai atender, vai formar técnicos, principalmente entre filhos de agricultores.

Dos R\$11 milhões do BNDES, R\$3 milhões já foram aplicados, especialmente na parte física do projeto, em equipamentos. Três casas familiares rurais já estão aptas a atender a comunidade rural nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, porém não podem iniciar o seu funcionamento por falta de recursos do Estado para pagar os serviços que serão prestados pelos monitores.

As aulas, que já ocorriam mesmo em espaços improvisados, cedidos pela Igreja e pela comunidade, estão suspensas desde julho de 2004 por falta de monitores, o que é responsabilidade do Estado. São cerca de 4 mil famílias, como falei aqui, a serem atendidas pelo projeto em assistência técnica e educação para os filhos dos agricultores. Então, são essas pessoas que estão sendo prejudicadas por uma postura muito diferente daquela que o Governador do PSDB do Pará discursa a todo momento. Quando vai o Presidente Lula levar recursos para o Estado, há um discurso de que o Pará é maior do que qualquer partido, mas, na hora de repassar os recursos para uma Fundação que vai atender ao pequeno agricultor, o Governo do Estado se recusa a passar para a Fundação Viver, Produzir e Preservar. Fundação para a qual o próprio BNDES já está repassando os recursos. Foi feita, inclusive, uma proposta alternativa: repassar para as prefeituras, que topavam, apesar de que, no convênio, não era dessa forma. Isso também não foi viabilizado.

Esse Projeto da Casa Familiar Rural existe na Transamazônica desde 1994. É uma experiência piloto implantada pela Fundação Viver, Produzir e Preservar

no Município de Medicilândia e sempre funcionou com a parceria exemplar das famílias envolvidas, movimentos sociais, igrejas e órgãos do Governo nas esferas municipal, estadual e federal. Ao longo desse período, os resultados positivos demonstrados pelos projetos expandiram-se e novas casas familiares rurais surgiram em todas as regiões do Pará.

Esse convênio, com participação principalmente do Governo Federal, através do BNDES, com maior aporte de recursos, R\$11 milhões, do Governo do Estado, com pouco mais de R\$3 milhões, e dos 12 municípios, é parte de um processo de ampliação da presença do governo na região e das estratégias de apoio à agricultura familiar e do projeto BR-163, porque os municípios que estão sendo atendidos situam-se na área de influência da rodovia, cujo asfaltamento é esperado com muita expectativa por aquela população.

A concepção do programa é louvável, primeiro porque surgiu da própria comunidade; segundo porque, acima de tudo, significa dar dignidade, cidadania, ao homem do campo e principalmente ao agricultor familiar, principalmente ao pequeno produtor que ali naquela região é responsável pela maior parte da produção agrícola daquela região.

Temos que refazer a história que, ao longo de décadas, tem sido marcada pela expulsão do homem do campo à procura principalmente de educação para seus filhos.

Faço esse registro, Sr. Presidente, na expectativa de que o Governo do meu Estado, a Secretária de Educação, o Secretário Especial, que está acima dessa Secretaria de Educação, Dr. Gerson Peres, demonstrem sensibilidade, viabilizando, com a máxima urgência, os repasses do convênio que estão pendentes, cessando, assim, os prejuízos ao atendimento dos trabalhadores e dos seus filhos em 12 Municípios da região da rodovia Transamazônica e Xingu. E são eles: Altamira, Itaituba, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu. Portanto, eu quero dizer que, nesse convênio, especificamente, o Governo Federal está fazendo a sua parte, bem diferente do discurso do Governador do PSDB, que a cada momento chora, dizendo que o Governo Federal não repassa recursos, o que é uma absoluta inverdade, haja vista inclusive o crescimento significativo do volume de recursos que aconteceu, por exemplo, na área da saúde. Mas a política do Governo do Estado para o pequeno agricultor é, infelizmente, pífia. E quando ele se compromete, além de tudo, não cumpre, como nesse convênio em que eles estão querendo, na verdade, acabar com essa possibilidade de educação para os filhos dos trabalhadores rurais e garantir, ao mesmo tempo, assistência

técnica para evoluirmos de um estágio de extrativismo, para que aquela população possa ter uma produção agrícola mais qualificada e sustentável. Esse é o desejo dos amazônidas. Já há várias casas prontas. As estruturas já foram inauguradas, mas estão esperando esses investimentos.

Eu não poderia deixar também de fazer este apelo à Secretária de Educação e ao Governo do Estado: que cumpram com o compromisso assinado no convênio do BNDES e não deixem os trabalhadores rurais da região oeste do Pará, desses doze Municípios, à míngua, já que têm a responsabilidade de garantir os monitores.

Quero ainda falar de outro assunto, pois foi citado o meu nome. Primeiro, agradeço ao Senador Mão Santa. S. Ex^a disse que, se o Presidente Lula quisesse indicar um homem para a Casa civil, deveria ser o Senador Flávio Arns; e uma mulher, deveria ser eu. Agradeço ao Senador Mão Santa a gentileza, a deferência, mas quero dizer que estou muito satisfeita com a escolha da Ministra Dilma. Conheço a Ministra, sei da competência e da capacidade dessa mulher, que, para nós, é um exemplo e um orgulho. É uma mulher que sabe que o seu cargo é político, mas não abre mão de que todos os cargos que devem ser preenchidos nos órgãos do Governo, aqueles que precisam da competência e da eficiência técnica, assim o sejam. Ela não abre mão disso. Essa é uma característica da Ministra Dilma Rousseff. Com certeza, o trabalho dela será muito positivo para o Governo neste momento. Gostei muito de sua indicação. Senador Mão Santa, acho que ela já está fazendo o papel que eu gostaria de fazer se estivesse nesse lugar. Ela já disse que não é preciso superávit no Brasil. Essa já é uma posição que defendo, então quero dizer que concordo plenamente. Portanto, quero dizer que estou me sentindo bem representada, como mulher, como cidadã e como uma pessoa que acredita muito, mesmo com todas as dificuldades, no Presidente Lula. A Ministra Dilma Rousseff vai dar uma grande contribuição para o Governo.

Quero fazer um registro aqui. Não sei se vou ter tempo de ler, mas quero pelo menos falar sobre o que disse o Senador Flávio Arns. Não queria fazer apartes, pois já há tantos apartes. Concordo com quase 100% do que disse o Senador, mas quero só lembrar ao povo que vivemos uma crise. Agora se diz que não se trata de tentativa de golpe. Agora, sim, mas no primeiro momento falou-se nisso sim. Não vamos esquecer essas coisas; não vamos ser ingênuos. Eu defendi, em minha Bancada, desde o início, a assinatura das CPIs. Eu defendi e defendo a apuração de todos os fatos, e quem tiver cometido qualquer improbidade que seja punido. Mas não é possível que consigamos extrair

500 anos da história de um país e passemos a entender o Brasil apenas como um momento específico de dois anos e meio.

Cito como exemplo – inclusive peço que seja registrado nos Anais, Sr. Presidente – o artigo “O silêncio tucano e uma possível lição”, do jornalista Marco Aurélio Weissheimer, que deve ser alemão, e não sei alemão.

Na entrevista ao Roda Viva, Roberto Jefferson denunciou, entre outras coisas, a existência de caixa dois na campanha de FHC. Tucanos destacaram gravidade das outras denúncias, mas silenciaram sobre esta. Entre silêncios e escolhas, Jefferson talvez tenha algo a nos ensinar.

“Que conversa é essa? Estou estranhando tudo isso. Parece que estamos num convento de freiras. Pensei que fôssemos discutir aqui financiamento de campanhas políticas. Vocês sabem disso tudo que estão me perguntando”. As declarações do Deputado Federal Roberto Jefferson causaram um visível constrangimento entre os jornalistas que participaram do programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite de segunda-feira. De repente, de modo inesperado, Jefferson diz que o ex-banqueiro José Eduardo Andrade Vieira (e futuro Ministro), do falecido Bamerindus, foi um dos financiadores “por dentro e por fora” da primeira campanha de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Tinha caixa dois, sim, senhor, e vocês sabem disso”, disse o petebista em tom desafiador aos jornalistas. O apresentador do programa, Paulo Markum, chamou o intervalo e na volta nenhum jornalista quis tocar no assunto, apesar do desafio de Jefferson e da provocação ao chamá-los de freiras.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Se é possível, sim, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fico muito grato. Senadora, eu compreendo a desorganização partidária que o PT vive no momento, mas penso que, até para a própria história do Partido, deveria haver uma definição, por parte das Lideranças, com relação ao Sr. Roberto Jefferson, se o Partido acredita no que S. Ex^a diz ou se não acredita. O que não se pode é acreditar no Roberto Jefferson pela metade e desacreditar na outra metade. No que não interessa, não se acredita no que diz Roberto Jefferson, no que interessa se acredita em Roberto Jefferson. Então, essa é uma questão em que é preciso haver uma definição porque isso vai deixar a imprensa enlouquecida e vai nos deixar atônitos. Vamos, mais uma vez, conviver com a nova versão petista, que é a falta de coerência. O PT usava, com muito orgulho, durante anos, a

coerência como bandeira e como troféu. A blindagem anticorrupção, essa nem se fala mais, porque está envolvido. Vemos em V. Ex^a o aspecto de abatimento; vemos a tristeza em seus olhos. Nota-se isso. Agora, era preciso a definição de uma linha para que pudéssemos agir: a palavra de Roberto Jefferson vale ou a palavra de Roberto Jefferson não vale. Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. É exatamente isso.

Peço só mais um minuto para poder concluir, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu, na verdade, estou lendo não um documento meu, como disse. Foi uma publicação do jornalista Marco Aurélio Weissheimer – o sobrenome deve ser de origem alemã, por isso não sei a exata pronúncia –, da **Agência Carta Maior**, que fala exatamente isso, Senador Heráclito, e se V. Ex^a ler este documento poderá comprovar. Diz o jornalista que alguns Partidos, e aqui ele citou o PSDB – é ele que está citando, estou lendo este documento –, quando transcrevem a entrevista, só transcrevem algumas verdades, só transcrevem algumas coisas que disse Roberto Jefferson, não transcrevem outras. Ele fala que trouxe novas denúncias – e essa era uma nova – e não se referem a isso.

Então, Senador Heráclito Fortes, quero lhe dizer que essa questão não cabe a mim. Não me sinto assim, nem me sinto triste. V. Ex^a me conhece. É lógico que não consideramos isso bom. Temos uma história na nossa vida, e eu tenho uma história de luta que muito me honra – por isso o Senador Mão Santa tinha me indicado para ser da Casa Civil.

Quero dizer claramente que não temos dúvidas. Vamos investigar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fique tranqüila, não me referi...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Inclusive, defendo que investiguemos e façamos a punição de todos, diferentemente do Governador tucano do Pará, que não permite uma única CPI. Foram R\$47 milhões de perdão da dívida de uma cervejaria em troca de recursos para a campanha eleitoral e mais 12 anos de isenção de ICMS, 95% de isenção.

Então, quero dizer que fazemos isso porque muitas vezes as pessoas têm memória...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Ana Júlia, peço a colaboração de V. Ex^a.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mais um minuto.

Quero dizer que às vezes falta memória a algumas pessoas e somente se coloca um aspecto. Parece-me que hoje o que diz qualquer pessoa, independentemente de se saber sua qualificação e caráter, passa a ser verdade. Desejo, mais do que ninguém, que se aprofunde.

Quanto aos corruptos, já disse ontem aqui – inclusive um Senador fez referência ao que falei: fora, corrupção! Lugar de corrupto é na cadeia!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a fique tranquila...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E todos os corruptos têm de estar na cadeia, independentemente do tempo.

Então, agradeço a sua gentileza, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em momento algum, Senadora, eu me referi ao Partido de V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agora, que os olhos de V. Ex^a são iguais aos da Carolina, da canção do Chico Buarque, isso não tem... Esses olhos tristes de tanta dor, a dor que já não existe.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, há pouco, no calor do meu pronunciamento, acabei falando em ratos. Eu queria pedir a V. Ex^a que retirasse das notas taquigráficas essa palavra. Até induzido, porque houve algumas brincadeiras de se colocarem alguns ratos aqui dentro, quando falei algo eu me referi a ratos. Eu queria pedir, e com respeito aos ratos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança da Minoria. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive a felicidade de ouvir o discurso correto e equilibrado do Senador Flávio Arns, mas recebi o relato dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães quanto aos méritos da palavra de S. Ex^a, desmontando de

uma vez por todas essa balela de que apuração de corrupção é golpismo, para dizer que o caminho para a governabilidade é o equilíbrio político, a apuração, sem subterfúgios e sem meias palavras.

Sinto que a esse Governo e ao PT faltam figuras ponderadas e de efetiva capacidade de articulação. E posso citar alguns nomes, como Jarbas Passarinho, posso citar Petrônio Portela, devo citar Daniel Krieger, posso citar Tancredo Neves, devo citar Ulysses Guimarães. Ontem, eu citava para um jornalista o pai de V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, como um homem capaz de encaminhar soluções em momento de crise, e os homens públicos experientes – e aqui está o Senador Antonio Carlos Magalhães, com sua história de vida –, que servem precisamente para, nos momentos de dificuldade, nos momentos de crise, encontrar as saídas justas, as saídas descentes para o País.

Percebo que, se o PT não criar juízo, se o Governo Lula não criar juízo, as dificuldades levarão ao imponderável. E o imponderável pode não ser bom para o País; seguramente não será bom para o Governo que aí está.

Assisti ao resumo da fala do ex-Ministro José Dirceu ontem. Não considero que o discurso de S. Ex^a tenha sido um discurso de agravo às Oposições. Não me sinto no direito de exigir que um adversário se ajoelhe, não me sinto no direito de exigir a humilhação de nenhum adversário. Portanto, reconheço que todos têm o direito de ser altivos, têm até o dever de o serem. Um condenado à morte – e sou contra a pena de morte – tem no Alabama o direito de ser altivo no seu último momento; o que não vai morrer também tem o dever e o direito de ser altivo. Entendo que o discurso não foi ruim; ruim foi o gesto de levarem uma claque para dentro da Câmara dos Deputados; ruim foi o fato de que parecia proporem uma espécie de guerra popular, em uma reedição medíocre daquele modelo medíocre do Presidente Hugo Chávez da Venezuela; ruim foi exacerbarem o quadro de inquietação que já aguardava o Ministro José Dirceu na Câmara.

Eu sabia que o Deputado Jair Bolsonaro poderia fazer lá o seu protesto, a sua manifestação; eu sabia que o Deputado Babá, a Deputada Luciana Genro, o Deputado João Fontes, depois de terem sofrido a arbitrariedade que sofreram, legitimamente estariam inquietos e querendo disputar a opinião política em posição de igualdade com o Ministro José Dirceu. Portanto, algum tumulto haveria, mas o grosso se deveu àquela manifestação meio quixotesca de entrada triunfal com bandeira de PT, enfim. E dizendo mais: se quiséssemos nós, faríamos um comício na Praça da Sé, protestando contra esse estado de coisas que reina no País; faríamos um, em seguida, na Cinelândia; não tenho dúvida

de que faríamos um na Bahia; e não tenho dúvida de que faríamos um em todo e qualquer recanto deste País por onde grasse o sentimento de repúdio a esse quadro estranho, que ameaça a governabilidade pela inércia de um Governo e, ao mesmo tempo, por uma situação que se pretende prevenir pela transferência de responsabilidades e até por uma postura bastante inconseqüente diante da crise.

Se me perguntassem onde está o quadro de des-governo, eu diria que está na falência da Administração Pública; eu diria que está na percepção generalizada de corrupção nesse Governo; eu diria que está na exteriorização dessa falência, por exemplo, quando seguranças do PT agredem equipe de uma televisão muito importante do País, à porta do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Já chegaram ao ponto de agredir trabalhadores que cumprem com seu dever e que nem sequer escrevem o que será publicado. Cinegrafistas filmam. A intolerância não percebe que cinegrafista filma. E eles não teriam o direito de agredir os redatores, ninguém. É livre no País a manifestação de opinião. E televisão não foi feita somente para agradar ao Governo do PT. Isso é sinal claro de descontrole. Isso é sinal de perda de domínio sobre uma situação que ameaça avassalar este Governo inepto.

Se querem outro exemplo gritante, nítido, aberrante do descontrole a que chegou este Governo, cito manchete de matéria publicada hoje no **Correio Brasileiro**: “Mínimo quase chega a R\$536,00”. Ele era de R\$300,00, mas alguém apresentou uma emenda que elevava de R\$300,00 para R\$536,00, e ela passou sem que as Lideranças do Governo na Câmara dos Deputados se tivessem dado conta de que esse não era o interesse do Governo à luz do que seria o impacto desse aumento sobre as contas públicas brasileiras. Lembrem-se de que o Governo se dispôs a votar contra a emenda que Parlamentares oposicionistas apresentaram, Senadora Heloísa Helena, aumentando em mais R\$10,00 o salário mínimo. Eles disseram: “Não vamos aceitar mais R\$10,00, porque R\$300,00 é o máximo”. Por incompetência, deixaram passar R\$536,00. Alguém pode perguntar: “Puxa, mas R\$536,00 não é muito?” Nem entrarei nessa discussão. Abordarei o fato de que o Governo não queria R\$310,00, mas, por uma hora, deixou vigorar no País, Presidente Alvaro Dias, R\$536,00, sem querer, por inépcia, por incompetência, por absoluto descontrole e por absoluta falta de articulação naquela Casa do Parlamento. As Oposições concordaram com que se fizesse uma nova votação, e foi feita uma nova votação.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de refletir certo desânimo, certa tristeza diante do que estou vendo, diante do que está ocorrendo, porque percebo desarticulação,

desculpas, e até uma atitude de certa forma desrespeitosa em relação a uma Oposição que – repito, fazendo disso um refrão – tem sido a mais democrática que já funcionou neste País desde 1946.

Há uma certa dose de despreparo e infantilidade. Por exemplo, Senador Heráclito Fortes, não vou perder muito tempo discutindo – porque V. Ex^a já o fez muito bem – o que teria sido a relação do ex-Presidente do Banco com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem, depois, tive oportunidade de falar.

O Sr. Roberto Jefferson não participou da campanha de 1994. Além disso, não houve nenhuma ajuda do Sr. Andrade Vieira para a campanha daquele ano. Ainda assim, antes de saber disso tudo, eu disse que, se houve ajuda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acabou fazendo uma separação marcante entre o comportamento dele e o do Presidente Lula, porque tudo o que o Sr. Andrade Vieira conseguiu no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi perder o banco que ele detinha, assim como a nora do Presidente Fernando Henrique deixou de ser herdeira do Banco Nacional.

Esses fatos mostram claramente que o Presidente não chamava qualquer um de parceiro, até porque Presidente da República não deve ter parceiro. Ele pode ter auxiliares, pois tem cidadãos, não súditos, para governar. Mas parceiros, seguramente, ele não pode ter.

O comportamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação ao Sr. Andrade Vieira foi completamente impessoal: “Amigo ou não, colega ou não, perderá o banco, porque ele está insalubre”.

Alerto para o fato de que hoje desabafei para a imprensa brasileira, desabafei de maneira bastante ampla, irrestrita, e desabafei na reunião de Líderes tudo que eu tinha no cérebro e no coração. Fiz as minhas advertências, entendo que o País tem que ser trabalhado com consciência por setores da Oposição e pelo Governo de modo a que não confundamos o caminhar do País com as apurações, que têm que ser feitas.

Eu disse que o PSDB está aberto para discutir o momento de se instalar a CPI dos Bingos, que foi autorizada, a pedido das Oposições, pelo Supremo Tribunal Federal. Disse que tudo que nós queremos do Governo é respeito. Gostaria que reconhecessem que somos uma oposição democrática. Gostaria que reconhecessem que não temos compromisso com golpes. Gostaria que reconhecessem que se impõe uma certa autocrítica. Por exemplo, não é bom Congresso invadido por bandeirinhas vermelhas, porque daqui a pouco as ruas podem estar invadidas por outro tipo de palavra de ordem. Não repitam o que não deu certo no passado recente.

Eu disse aos meus colegas Líderes partidários que o PSDB está muito cansado de ser interpretado de maneira equivocada. Quando diz amarelo, está querendo dizer amarelo mesmo, não está querendo dizer preto nem vermelho. Quando diz vermelho, está dizendo vermelho. Então, é desconfortável para o Partido... E no Partido não faltam os nossos falcões, que querem mais e mais ações em cima de uma situação que já é grave por si só, que já é ameaçada ela própria de descontrole. Temos pago os nossos preços internos, mas tudo que não queremos é que, quando fazemos a abertura para se ter uma data, quem sabe, não sei quando, para funcionamento efetivo da CPI dos Bingos, tudo que não queremos é ouvir que estamos querendo que isso aconteça perto da eleição, que estamos querendo, primeiro, ver como fica essa dos Correios ou que não estamos querendo discutir as privatizações no Governo Fernando Henrique, e o autor da proposta de discutir privatizações fui eu.

Se e quando se instalar esta Comissão das privatizações, eu farei parte dela por entender, primeiro, que vamos discutir muito a visão do mundo. Não sei o que seria deste País se, com os critérios de nomeação que adotaram agora, ainda houvesse muitas “teles” para nomearem. Não sei o que teria sido! Mas eu quero discutir visão de mundo. E se alguém me pergunta, para eu buscar na minha integridade intelectual uma resposta, eu dou a resposta clara agora. Se alguém me pergunta se é provável, se é possível, se é certo, qualquer coisa, eu digo que é muito provável que, num processo de privatização daquela monta, haja alguém que tenha se locupletado. Seria acreditar demais no ser humano, e eu não acredito tanto assim. Vendo tanto dinheiro, alguém sempre vai delinquir, com regras frouxas, como o Brasil sempre teve. Para mim, o que se vai mesmo debater nas privatizações é a visão de mundo, é saber se tinha outro desdobramento para o País que não fosse esse. Eu próprio vou fazer parte da CPI. Já pedi ao Senador Tasso Jereissati que aceitasse a incumbência. S. Ex^a disse que aceita. Eu estava dizendo ao Senador Antonio Carlos que outra figura que deveria participar de uma CPI como essa seria o Senador Rodolpho Tourinho, por todo o seu preparo, por toda a sua capacidade de entender os desdobramentos da economia mundial, *vis-à-vis* a economia brasileira, com seus reflexos sobre a economia brasileira.

Portanto, quero ser entendido na inteireza do que disse. Eu quis dizer e disse que a situação deste País me preocupa, que as respostas para esta crise não estão em palavras soltas ou em provocações estereis. Este Governo não está em condições de provocar ninguém. Ele não está em condição de soltar qualquer cortina de fumaça. Este Governo tem de cumprir dois

deveres: governar o País e permitir que esse processo de investigação avance. São duas coisas que são inevitáveis, irrecorríveis. Essas duas vão acontecer.

Quando vejo tanta coisa, tantos aliados e cor-religionários do Presidente Lula a complicarem o seu Governo, do ponto de vista ético, eu me pergunto: será que estamos pedindo muito? Será que nós que não fizemos nada para que essa crise acontecesse – não fizemos nada, um só gesto, estamos, graças a Deus, muito longe desses eventos –, será que estamos pedindo demais querendo, primeiro, que nos ouçam sem má fé e que, portanto, não imputem má fé em palavras que estão carregadas de boa fé, as nossas? Segundo, será que estamos pedindo demais, querendo que nos respeitem? Porque, se as coisas radicalizam, vamos aceitar a radicalização, por mais que isso entristeça o meu coração. Vamos ter que aceitar. Não queremos. É determinação nossa não fazê-lo. Mas já não queremos as palavras turvas, as palavras que tentam ver malícia onde não há e que tentam ver verdades inexistentes, contrapondo essas verdades inexistentes a verdades verdadeiras, a verdades sentidas.

Tenho dito e repisado que carrego uma história de apego às liberdades democráticas, e não é muito fácil raciocinar em termos de regressão dos patamares a que já chegamos, a que já atingimos neste País. Alguns podem me dizer que o Brasil precisa de mais consolidação democrática e de espalhar os efeitos dessa suposta democracia para setores mais amplos da população, porque democracia também é comida, é casa, é emprego. É verdade, é tudo isso, mas nunca vi nenhum país conseguir casa, comida, emprego para os seus cidadãos se não obtiver liberdade de funcionamento do Parlamento, se não obtiver independência para o Judiciário, se não obtiver um quadro sem o qual o que primeiro cai é o império da lei, o que primeiro cai é o poder da justiça, o que primeiro cai é a liberdade ou até o funcionamento do Congresso.

Não tenho tradição familiar nem pessoal para compactuar com nada que não seja legal. Agora, também não me sinto obrigado a compactuar com nada que não seja a apuração dura e firme dos fatos que estão aí a serem denunciados.

Sr. Presidente, algo que está sendo um teste para mim e para o meu Partido é precisamente estarmos mantendo a cabeça fria em todos os momentos de uma crise que nos surpreende pela força avassaladora de provocar conseqüências.

Vejo diante de nós uma crise que não tem ainda os seus contornos delimitados e definidos. Não tem, portanto, seus limites estabelecidos. É uma crise que, a meu ver, teria que idealmente ser tratada nos seus

limites, e estou vendo uma certa dificuldade de a contarmos.

Adverti meus colegas Líderes do nosso dever de procurarmos ter algum controle sobre os fatos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se somos capazes de ter todo o controle sobre os fatos. Não sei. Mas tudo o que se referir à democracia neste País haverá de ter o nosso concurso positivo; tudo o que se referir à apuração dos fatos rigorosa haverá de ter o nosso concurso positivo; tudo o que significar diálogo sincero, embate sincero, confronto sincero, nos limites da democracia, haverá de ter o nosso concurso positivo.

Sinto-me muito tranqüilo, Sr. Presidente, a ponto de poder, neste momento, falar um pouquinho, quando encerrar este pronunciamento, sobre a minha terra. A crise não é minha, mas estou há um mês sem ir ao Amazonas.

Em Manaus, existe uma instituição Salesiana, o Pró-Menor Dom Bosco, que é mantida com doações e convênios e que hoje enfrenta um emaranhado de filigranas burocráticas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou pedindo ao Ministro Luiz Fernando Furlan que resolva a questão da liberação de dois motores, pois a instituição deles necessita, para continuar a preparar cidadãos que vão servir com muita honra ao meu Estado e ao meu País.

Encaminhei ao Ministro Furlan um ofício e imagino que S. Ex^a, um homem público de respeito, saberá se colocar de uma maneira sensível nesse episódio.

Mas, encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil está a esperar de cada um de nós o melhor que cada um puder dar. O melhor que cada um de nós pode dar não é contemplar qualquer proposta de abafa às investigações e não são, por outro lado, atitudes intempestivas que revelem imaturidade política. Portanto, é incongruente essa imaturidade política com a democracia que temos feito tudo para consolidar neste País.

Desço desta tribuna, Senador Tasso Jereissatti, seguro de que, numa greve, se conquista uma coisa e de que, em outra greve, se perde outra coisa. Estou falando de um instrumento tão caro e tão prezado ao Partido dos Trabalhadores e ao seu Governo. Nós temos conquistas. Eu tenho uma conquista a fazer hoje.

Eu espero sair desta tribuna com o meu Partido tendo o respeito político consagrado pelos nossos adversários. Gostaria muito de ouvir que reconhecem que

somos uma Oposição democrática; gostaria muito de ouvir que têm respeito pela forma como lidamos com as agruras do País, que têm respeito pela compreensão que temos, sim, diante de um momento difícil do País. Isso, para mim, é uma grande resposta. Isso, para mim, é um passo significativo. Isso, para mim, é a demonstração clara de que algum amadurecimento estará se processando nos cérebros que hoje têm o dever de tocar para porto seguro este País tão querido e tão complexo chamado Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra a V. Ex^a pela Liderança do PFL, informando, inclusive, que o documento já se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está inscrito, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, regularmente inscrito, e, posteriormente, ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo. Depois, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a estaria com a palavra, inscrito regularmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, desejo falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, fica para depois, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Abro mão da inscrição como orador, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Depois, como inscrito, falará o Senador Nezinho Alencar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apelo a V. Ex^a que mantenha a ordem dos oradores. Eu gostaria apenas de falar como Líder na ordem normal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, então, V. Ex^a falará como orador inscrito. Disporá do mesmo tempo que teria para discursar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Do mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O mesmo tempo: 20 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, fica mantida, então, a minha inscrição como orador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência prorrogará a sessão para que todos possam se pronunciar. Apelo aos Srs. Senadores, se houver possibilidade, que utilizem menos tempo. A Presidência agradece.

A Senadora Heloísa Helena está inscrita pela Liderança. Falará na sequência, havendo a intercalação.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País vem, há alguns meses, ouvindo um noticiário incessante de denúncias de corrupção que começaram muito antes dessa denúncia dos Correios e perpassaram várias personalidades do Governo.

O País já presenciou, no passado, escândalos como os investigados pela CPI do PC Farias e pela CPI dos Anões do Orçamento.

Depois que se resolvem, mesmo que parcialmente, escândalos como esse, há uma espécie de anestesia da sociedade e, ao mesmo tempo, até uma idéia de que, se os grandes roubam, todo mundo pode roubar; se os grandes fazem corrupção, todo mundo pode fazer corrupção.

Tenho observado, com muita atenção, os pronunciamentos tanto daqueles da Oposição, quanto daqueles que defendem o Presidente Lula, e quero me situar muito claramente numa linha de independência, porque não estou, embora seja de um Partido aliado, apoiando mais o Governo Lula. Mas também não estou ainda fazendo uma oposição ao Governo Lula. Quero manter uma linha de análise de isenção para, depois, tomar uma decisão definitiva.

Nessas análises, recentemente, ouvi uma entrevista do Senador Pedro Simon que me chamou muito a atenção. S. Ex^a apresentou, há sete ou oito anos, um projeto que estabelecia a quebra do sigilo bancário para Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores, Deputados. Esse projeto, embora esteja limitado e tenha um grande foco, poderia ser ampliado.

Por essa razão, apresentei um projeto que, em síntese, propõe que qualquer servidor público concursado, comissionado, eleito, qualquer agente público, ao assumir o cargo, tenha automaticamente o seu sigilo bancário posto à disposição da Receita Federal. Portanto, a Receita não vai depender de autorização judicial para acompanhar, passo a passo, o dinheiro que entra na conta do agente público, seja ele vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador, presidente da República, ministro, seja o simples porteiro de uma repartição pública, seja até mesmo servidores terceirizados e também empresas que, de alguma forma, recebem recursos do Poder Público. Em todas essas confusões, o que vemos é: de onde parte o dinheiro dos corruptores? Dos cofres públicos. Ou seja, são empresas que superfaturam obras, serviços e entregam no papel apenas material. E é esse o dinheiro que, na verdade, é utilizado para corromper quem está disposto a ser corrompido.

E que mecanismo podemos utilizar para frear isso? A CPI? Toda vez – vou colocar aspas –, “mandar” a Polícia Federal investigar? Esses mecanismos devem existir, e são muito importantes, mas deve haver uma lei que proteja o recurso público. Entendo que essa lei deve atingir todos os funcionários públicos – municipais, estaduais, federais, concursados, comissionados, eleitos – e todas entidades ou empresas que recebem recursos públicos. Com isso, fica muito fácil para a Receita Federal e para qualquer investigação saber como o dinheiro caminhou. Da forma como estamos vendo agora, vai se descobrir que o dinheiro veio não sei de onde, entregava para não sei quem, e não sei quem dava mensalão para não sei quem.

Então, o projeto, para o qual estou inclusive recolhendo a assinatura dos Líderes para que se torne urgente – logicamente que pode ser aprimorado, não tenho sequer a veleidade de pensar que é um projeto perfeito –, foi inspirado, digo claramente, na idéia do Senador Pedro Simon. Avancei de maneira mais abrangente, mas é evidente que pode ser aprimorado. Nesta Casa, há excelentes juristas, mas entendo que temos que apresentar, urgentemente, uma medida que seja coercitiva, que tenha o condão de colocar um paradeiro nessa farra com o dinheiro público. Não sabemos qual será o resultado das CPIs que aí estão, a CPI dos Correios, a CPI dos Bingos, que vai se instalar daqui a pouco, a CPI do Mensalão, que deverá se instalar também, e outras CPIs que venham, e devem vir. Penso que não tem que haver nenhum tipo de movimento para evitar investigação, e também entendo que uma investigação deve ser conduzida com serenidade, mas com severidade, pois se trata não do meu dinheiro, do de fulano ou do de beltrano, mas do dinheiro do cidadão brasileiro, que paga imposto. E uma maneira de darmos uma resposta é justamente essa.

Eu até ouvi – não estava aqui na ocasião – que a Senadora Heloísa Helena estava colhendo assinaturas para que todos abram seu sigilo bancário. Com esse projeto, não há mais necessidade de alguém dizer que abre seu sigilo bancário. Não, o sigilo bancário estará aberto automaticamente, por força de lei. E, lógico, sempre haverá os “artistas”, os malandros, que encontrarão fórmulas para burlar a lei. Mas, com certeza, o projeto dificultará bastante tal atitude, e facilitará o trabalho da Receita Federal, do Ministério Público e da própria Polícia Federal, enfim, das instituições encarregadas de zelar pela boa aplicação do dinheiro do povo.

Sr. Presidente, atualmente, na opinião pública, mais do que nunca, a imagem do homem público, seja do parlamentar, seja do ministro, seja do diretor de uma empresa estatal, está extremamente comprometida.

Temos que fazer essa depuração, temos que fazer essa investigação, passar a limpo – como diz Boris Casoy – o País, e tentar reconstruir uma democracia que tenha por princípio, acima de tudo, o respeito pela coisa pública.

Estou no PTB desde fevereiro. Portanto, qualquer evento anterior, no qual se venha a comprovar que o PTB estava envolvido, não ouvi dizer. Além disso, estou no PTB porque saí de um partido do qual discordei da forma autoritária como era conduzido. Agora, se efetivamente ficar comprovado que o partido no qual estou há poucos meses tem envolvimento, estarei fora dele, porque não me elegi para compactuar.

Assim como o Senador Mão Santa, minha profissão é a de médico. Eu tinha uma clientela particular e de convênios de que eu não dava conta. Ganhava proporcionalmente muito mais do que aqui. Mas foi o desejo pessoal de servir meu pequeno Estado de Roraima que me fez decidir que precisava tratar de um doente maior, do ponto de vista social: o meu Estado, modificando sua situação de Território Federal para Estado, tentando fazer com que melhore a cada dia.

Não vim para a política para fazer barganha. Não vim para a política negociar qualquer coisa. Aliás, até entendo que algumas reivindicações, para quem ocupa cargo público, são legítimas. Reivindicar, por exemplo, uma participação no Governo que apóia, se é para participar no sentido de atuar, é legítimo. Eu, por exemplo, reivindiquei, como médico, que a coordenação da Funasa em meu Estado fosse uma indicação minha. Indiquei o nome de uma pessoa íntegra, um médico, ex-Deputado. Indiquei também o Superintendente-Adjunto da Suframa. Nunca foram nomeados. Graças a Deus, não foram nomeados. Assim, eu me sinto totalmente tranqüilo em relação a essa questão e também quanto às emendas permanentemente levadas à opinião pública como se nós, Parlamentares, que conhecemos cada Município de nossos Estados, não fôssemos os mais legítimos para indicar quais são suas necessidades, como se fossem mais legítimos os tecnocratas de Brasília, que, com todo o brilhantismo que possuem, não podem ter a sensibilidade da convivência de cada Município.

E o que fazem com as nossas emendas, há muito tempo? Contingenciam, não liberam, empenham, deixam restos a pagar. Eu mesmo elaborei uma emenda que está há dois anos em “restos a pagar” para a BR-432, uma estrada que foi federalizada por um projeto meu. O Governo do Estado iniciou as obras e está utilizando seus recursos, porque o recurso, embora empenhado, não é liberado. E não é liberado por quê? Não sei. A estrada é necessária, é correta, está tudo certo, mas não liberam. Mas, se o custo para liberar for

o de me curvar, eu não me curvarei. Se o custo para liberar for o de ter que tergiversar ou negociar minha honra, também não o farei. Se isso vai prejudicar meu Estado, lamento. Lamento que a conduta de liberar recurso necessário para uma obra seja o de sempre estar de acordo com tudo, de votar com tudo.

Portanto, Sr. Presidente, peço o apoio dos Líderes partidários a fim de que possamos dar urgência a esse projeto para que, muito antes de a CPI ser concluída, haja instrumentos legais no sentido de pelo menos monitorar um pouco o andar do dinheiro público de repartição em repartição, de empresa em empresa, e possamos pensar que, a partir daí, haja mais – é tão falada esta palavra, não gosto muito – transparência no que tange às coisas públicas. Gosto de ver clareza. Prefiro o termo clareza.

Encerro meu pronunciamento pedindo, mais uma vez, o apoio dos Líderes para esse projeto que considero um passo importante para começar a transformar a história de corrupção no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

Em seguida, têm a palavra o Senador Heráclito Fortes, regularmente inscrito, e a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, debater um pouco o cenário político e a situação em que se encontra o Senado Federal.

Nós instituímos uma CPMI para apurar as denúncias dos Correios: 1 hora e 54 minutos de gravação de um indivíduo que colocava R\$3 mil no bolso e descrevia os esquemas de corrupção na instituição. A CPMI foi instalada, começou a ouvir os depoentes. Tenho certeza de que os fatos todos serão apurados. Mais de uma centena de requerimentos aprovados, convocação de testemunhas, quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, todos os contratos e licitações, sindicâncias, todas as informações serão associadas ao trabalho da CPMI e, junto com o esforço da Polícia Federal, do Ministério Público, seguramente, nós teremos o esclarecimento necessário, identificar os ilícitos e punir os responsáveis.

Da mesma forma, tivemos denúncia de compra de votos na Câmara dos Deputados. Não é um fato novo na vida do Parlamento brasileiro. Em outros momentos da história, tivemos denúncias semelhantes, mas é igualmente muito grave. Por isso, nós estamos

defendendo que seja feita uma CPI na Câmara dos Deputados. O requerimento foi apresentado à Mesa da Câmara e há um requerimento de urgência para ser votado em plenário, assim que for encerrada a votação da MP do salário mínimo; falta apenas mais uma medida provisória que trata do Timemania, que é uma forma de contribuir para melhorar as finanças dos clubes de futebol no País, sobretudo o atraso no pagamento dos encargos previdenciários. Estamos prontos para aprovar esse requerimento e instalar, na Câmara dos Deputados, a CPI do chamado mensalão, o suposto pagamento de mesada a Deputados de dois partidos que foram denunciados. Isso precisa, evidentemente, ser esclarecido, a bem dessas Bancadas, a bem do Parlamento, a bem do contribuinte e da sociedade brasileira, com todo o rigor.

Em função desse quadro, ontem eu me encontrava com alguns líderes da Oposição na sala da Presidência do Senado Federal e expressei a minha posição, com bastante transparência e franqueza, como é o meu estilo. Disse que achava absolutamente improcedente que fosse constituída uma CPI mista ou que fosse feita uma CPI no Senado, como era intenção originária, ou mesmo que se levasse esse episódio para a CPMI dos Correios, porque CPI tem de ser por fato determinado. A minha preocupação fundamental é que, quando tratamos de decoro parlamentar, é a Casa envolvida que tem de investigar. Já disse isso repetidas vezes neste plenário. O que estamos vendo, nesse momento, é uma denúncia que diz respeito ao mandato de Deputados. Os Senadores não devem investigar ou apurar fato de decoro parlamentar relacionado a Deputados. Isso cria um problema institucional, mesmo porque quem vota ou não eventual cassação, ou afastamento, ou qualquer tipo de punição a Deputado são exclusivamente os Deputados. Não diz respeito ao Senado Federal. Ao dizer isso, comecei a arrolar, na lista da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, os parlamentares que estavam... Diz-se que é uma centena, que é um terço, que são seis, que são dez, enfim, que não é ninguém. Isso tem de ser investigado e apurado. Eu falei: "Como vamos trazer essa pauta para o Senado Federal?" E mencionei alguns parlamentares daquela lista na linha de que os depoimentos eram improcedentes. Isso não é tarefa do Senado. Em momento algum pronunciei, para quem quer que seja neste plenário, lista de eventual cassação de parlamentares da Câmara. Primeiramente porque isso não é da minha natureza. Não prejudgo quem quer que seja. Nunca ouvi falar nesse episódio de mensalão. Quero que o fato seja investigado e apurado. Esse tipo de atitude não faz parte nem da minha biografia, nem da minha natureza. Não prejudgo, não condeno e não participarei desse tipo de atitude.

Da mesma forma, jamais sugeri a blindagem de qualquer parlamentar. Blindagem em relação a quê? Em relação a esse episódio? Que se apure, que se investigue o fato com clareza, com transparência, como estão fazendo o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a CPMI. Portanto, a matéria hoje publicada com fontes anônimas no jornal **Correio Braziliense** absolutamente não condiz com os fatos, e eu gostaria que fosse feita a reparação do que foi publicado, mesmo porque há, neste plenário, três Senadores que participaram daquela conversa, são testemunhas e sabem que não há qualquer procedência naquilo que foi publicado hoje.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço permissão para prorrogar a sessão por 40 minutos. Depois, dividiremos o horário entre os oradores inscritos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Sr. Presidente, ontem à tarde, participamos de uma reunião para discutir matérias que poderiam ou não entrar na própria Ordem do Dia de ontem. Esse foi o motivo da reunião à qual o Senador Aloizio Mercadante até chegou atrasado. Durante todo o tempo em que S. Ex^a esteve lá, realmente, não tratou sobre cassação de ninguém. Logo, a notícia merece a devida retificação aqui no plenário e até na própria imprensa. É do meu dever dar este testemunho, que é um testemunho da verdade. Não estou nem sequer defendendo o Senador Aloizio Mercadante. Estou dizendo o que houve. Ele jamais pronunciou a palavra blindagem ou referiu-se a quem deve ou não ser cassado. Este testemunho é do meu dever apresentar nesta hora não só ao Senador Aloizio Mercadante, mas também à Casa e à opinião pública.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a pela forma como se colocou, mostrando que é um adversário duro, mas franco e transparente nas suas posições. Esse é sempre o melhor caminho para a convivência na vida pública. Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Gostaria apenas de corroborar, confirmar as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães. Também estive presente a essa reunião em que tratamos de vários assuntos relativos à pauta do Congresso para os próximos dias e semanas. Em nenhum momento foi tratado – muito menos por parte de V. Ex^a – de cassação

ou de blindagem de qualquer parlamentar. Esse não foi o propósito nem o assunto da nossa conversa, e V. Ex^a, em nenhum instante, discutiu sobre essa questão. Quero deixar esse fato claro, a bem da verdade, a fim de que meu testemunho seja não só para esta Casa, mas também para a imprensa, que se referiu ao caso. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu queria agradecer também a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, pelo depoimento.

Fiz questão de tratar deste assunto porque hoje o Deputado Pedro Henry me ligou dizendo que a imprensa está atrás para saber o que é que ele tinha a declarar, como se fosse homem-bomba e precisasse de blindagem. São coisas inaceitáveis. Ontem à noite ainda liguei para o jornal dizendo que não procede essa informação, jamais falei em blindagem de quem quer que fosse, muito menos em lista de cassação. E por que isso é importante? Porque nesses momentos cada redação, cada jornalista, motivado pelo espírito da profissão, quer dar o furo, quer estar à frente, é pressionado, há competição dos órgãos de comunicação, os parlamentares todos querem ter a sua presença na fiscalização. Eu mesmo já participei disso algumas vezes na condição de membro da Oposição. A Polícia Federal quer mostrar eficácia, o Ministério Público quer desempenhar suas funções. Nesses momentos, pequenas injustiças perante o problema que a sociedade está discutindo muitas vezes é a destruição da reputação e de uma identidade pessoal de forma absolutamente irreparável.

Ontem eu li, e já tinha lido, na coluna do grande jornalista Elio Gaspari uma menção a Antonio Carlos Hummel, Diretor de Floresta do Ibama. Quer dizer, um trabalho de dois anos, de 22 meses de investigação, 123 mandados de prisão. Mas havia uma intenção deliberada de envolver o partido. A revista **Veja**, que eu respeito muito, publicou a matéria, fez a denúncia, mas a capa é assim: Petistas envolvidos. Em 123 mandatos de prisão, havia três petistas, se bem que carteirinha de petista não quer dizer absolutamente nada do ponto de vista da honestidade, da integridade ou do desempenho da função. Ter ou não ter carteira não representa absolutamente nada. Mas parece que há uma motivação de envolvimento, e nós estamos vendo que não há uma denúncia contra o Diretor de Floresta do Ibama. Foi algemado, preso. Uma coisa praticada pelo Governo, por uma instituição republicana que tem que ser muito dura no combate ao crime, mas muito cuidadosa nos seus procedimentos.

Eu quero lembrar o caso da Escola de Base, em 1994, de uma denúncia envolvendo os seus diretores em pedofilia. Depois de destruírem a instituição

e aquelas pessoas, descobriram que a denúncia não tinha procedência.

Não podemos repetir esse tipo de injustiça contra quem quer que seja. Tem de ser apurado, tem de ser investigado, não tem de poupar e proteger quem quer que seja, não há nada que tenha de ser blindado quando se trata da ética e da transparência na vida pública.

Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti eram sindicalistas que foram condenados à morte em agosto de 1927 nos Estados Unidos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Um minutinho só.

O casal Rosenberg – Julius e Ethel –, nos Estados Unidos, foi condenado à morte, à cadeira elétrica, em junho de 1953, acusado de espionagem em favor da União Soviética. Alfred Dreyfus, um dos casos clássicos da Justiça, o capitão do Exército francês, também acusado de espionagem em favor da Alemanha, foi condenado à prisão perpétua e só depois de muito tempo se descobriu que não havia procedência na denúncia.

Para que não tenhamos casos clássicos como esses, eu acho que há de se ter cuidado. Há de se ter rigor, seriedade, mas muito equilíbrio na forma de tratar um momento como esse, seja um funcionário mais humilde que tenha de prestar esclarecimento, seja um empresário, seja um parlamentar, sobretudo na vida pública. Apesar de a Constituição dizer que todo e qualquer cidadão é inocente até prova em contrário e em última instância, na vida pública ocorre o inverso: você é culpado até que prove a inocência. Em momento como esse basta qualquer testemunha fazer qualquer ilação, imediatamente o cidadão tem de se defender e tem de prestar conta. É assim a cobrança, mas tem de haver, eu diria, o contraditório, o direito de defesa.

Por isso, o prejulgamento açodado, precipitado, em geral, representa graves danos à justiça, à ética e à transparência.

Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nobre Líder Mercadante, se V. Ex^a fizer justiça a este seu colega de Senado, haverá de remarcar que ontem fui, talvez, o único parlamentar a se manifestar em defesa da honra do Sr. Antônio Carlos Hummel, por uma razão bem simples: eu me convenci de que se tratava de vítima de grave injustiça. Hoje, as explicações do Procurador Avelar me pareceram esfarrapadas. Falta de prova não quer dizer que não haja o indício, mas algemar alguém, prejudicar alguém, como fez S. Ex^a, é algo indesculpável. Fico muito à vontade nesse campo, porque eu me

movo basicamente pelo meu sentimento de justiça, pelo meu sentido de justiça. Quando estou errado, eu sou injusto, mas não por querer ser injusto. Em relação, por exemplo, a militares, tenho amigos militares e amigos civis. Jamais bajulei militar, por uma razão bem simples: eu não bajulo civil e não bajulo militar. Eu não bajulo militar, porque não bajulo civil e não bajulo civil, porque não bajulo militar. E nunca fui vivandeira de ministério público. Nunca estive em porta de ministério público para trabalhar os meus objetivos políticos. Por isso, com muita vontade, ontem, fiz candentes críticas ao Procurador Avelar. E fiz uma clara defesa de um adversário, que é o Sr. Antônio Carlos Hummel, ou seja, eu continuo me mexendo apenas pelo que é o meu sentimento de justiça. Ontem, eu estava incomodado de me omitir nesse episódio. E dormi tranqüilo porque defendi alguém que, a meu ver, foi vítima de uma covarde injustiça praticada contra a sua reputação e contra a sua vida funcional. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço o aparte e concluo naquilo que eu acho que é mais substantivo da discussão do dia de hoje, ainda que esse seja um tema que vai permanecer conosco durante todo esse período de apuração. E faço um apelo público tanto aos membros da CPMI, quanto à imprensa e aos órgãos de comunicação: que tenhamos muito cuidado no acusar, no denunciar, no proceder para que não se imponham novas injustiças como a história tem demonstrado com certa recorrência. Que isso também não sirva de motivação para que as coisas não sejam apuradas, mas que haja muita moderação. Hoje, li um trecho de um discurso do Senador Arthur Virgílio, de 22 de maio de 2001. Dei o discurso a ele para que lesse o que tinha pronunciado. Ele me disse que mantém tudo o que disse. De fato, acho que não há nada que o desabone, mas há duas passagens que são muito ilustrativas do que estamos vivendo neste momento. Ele dizia à época:

Quero dizer aos ilustres membros da Bancada do PT do meu apoio, porque golpista não sou. A continuar o clima de denunciismo, um eventual governo do Presidente Lula não duraria seis meses no poder.

E aí ele faz uma análise dizendo:

Passamos, então, a imaginar o eventual governo do PT. Esse Partido, que tem 56 Deputados, passaria a contar, digamos, com 85 ou 90, num crescimento que nem ele próprio talvez preveja, nessa monta, que, com exagerada boa vontade – na realidade, não era exagerado, foi exatamente o que aconteceu – lhes concedo, obviamente, a título de imaginação. Depois, a isso somar-se-iam alguns partidos, perfazendo 120 a 140 Deputados. Não sei que credibilidade reuniriam para efetivamente tocar a governabilidade.

Então, ele faz um crescimento do partido, de que a esquerda não teria maioria no Congresso e que o Governo teria problemas de governabilidade. Mas a parte mais importante do seu pronunciamento diz o seguinte:

A única frase que me ficou na mente quando houve a tragédia no Palácio **La Moneda** – e quando eu lhe falei disso ele me disse que foi ele quem falou, porque eu não tinha dito quem era o autor – Allende suicidou-se ou foi assassinado. A história controvertida desse episódio, dentre todas as que foram proferidas, foi o Secretário-Geral do então Partido Comunista, Enrico Berlinguer, que sentenciou: acabei de descobrir que maioria escassa não basta. Imaginem, então, o eventual Governo do PT, exposto no Congresso Nacional, a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro viria a ingovernabilidade, o caos administrativo e – quem sabe? – a interrupção do mandato presidencial.

Vou repetir:

Imaginem um eventual Governo do PT, exposto no Congresso Nacional, a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro viria a ingovernabilidade, o caos administrativo e – quem sabe? – a interrupção do mandato presidencial. Digo isso não por minha causa. Eu faria oposição a ele com dignidade e espírito construtivo. Não sou golpista.

E hoje realmente fui com isso debaixo do braço para saber qual seria o desdobramento da reunião. Por que vimos hoje a decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que temos de instalar três outras CPIs: a dos Bingos, a CPI do caso Waldomiro Diniz e a CPI das Privatizações. Os requerimentos de criação das três foram aprovados e os Partidos terão de indicar os membros para a instalação delas.

Quero dizer do apreço que tive hoje pela intervenção do Senador Arthur Virgílio. Elogiei isso publicamente na imprensa antes de vir para cá. Dele e de outros membros da Oposição, porque, inicialmente a reflexão na reunião ia na direção de quanto mais CPI melhor para a Oposição. E eu disse que não necessariamente, porque não acho que ingovernabilidade, prejudicar o desempenho do Congresso Nacional, criar um clima de instabilidade, ajude a democracia e a Oposição para aqueles que não estão no quanto pior, melhor. E o Senador Arthur Virgílio foi exatamente na direção que eu esperava que ele fosse. E disse que não compartilhava dessa visão e que achava que tinha de ser indicados membros da CPI, mas que devíamos avaliar, com muita responsabilidade, a instalação de mais uma CPI. Mesmo porque nós temos ainda a definição da CPI do Mensalão que eu espero seja exclusivamente da Câmara, por tudo que já disse aqui, tantas vezes,

pois decoro parlamentar é responsabilidade da Casa específica. Nós já temos três CPIs mistas funcionando. Temos, portanto... Com essas outras três – são 22 Senadores para cada CPI –, cada Senador teria de participar de, pelo menos, duas CPIs para darmos conta desse volume de CPIs.

Eu, realmente, não acho que o País... E a CPI da Terra, CPI da Imigração Ilegal e, sobretudo, a CPMI dos Correios têm uma responsabilidade imensa, exige um esforço, gera tensões e, muitas vezes, dificulta o trabalho legislativo, como em outros momentos do País. Nós estamos o tempo inteiro discutindo e acompanhando esse processo. Então, eu acho que foi muito madura a decisão, hoje, do Colégio de Líderes, de nós indicarmos os membros e, não, necessariamente, instalarmos a CPI, pelo menos neste momento. Deixarmos amadurecer um pouco esse cenário e avaliar quando e como vamos implementar esses novos instrumentos. E, por isso, eu acho que, o final do discurso de V. Ex^a, ao dizer que não é golpista, mas colocar que o Governo do Presidente Lula poderia ver-se diante de um quadro de uma CPI atrás de outra, fictícia ou não, necessária ou não, para criar um clima de ingovernabilidade e – quem sabe? – inviabilizar o Governo, realmente foi, nos dois sentidos, tanto na previsão de que a Bancada seria de 90 Deputados quanto neste eventual cenário, foi bastante rigoroso em relação aos fatos que viriam. E, por isso, quero saudar a Oposição pela atitude, que me pareceu madura, no sentido de nós, por consenso, termos deliberado que não devemos caminhar nessa direção, mas aguardarmos a evolução do fato, apurarmos com rigor o que aí está, os Correios e instalarmos a CPI do suposto “mensalão”, da compra de votos de Parlamentares na Câmara dos Deputados e continuarmos as demais CPIs. Mesmo porque já temos uma CPI sobre privatização na Câmara que ainda não foi instalada, apesar de os membros terem sido nomeados.

Por tudo isso, queria dar esse depoimento. Agradeço os apartes que recebi e a tolerância da Mesa em relação ao tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo art. 14, por ter sido citado. V. Ex^a tem respaldo regimental, por isso tem a palavra por cinco minutos.

Temos ainda quatro oradores inscritos: o Senador Heráclito Fortes, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Mão Santa e o Senador Nezinho Alencar, mas dispomos de apenas nove minutos.

Mais uma vez, prorrogamos a sessão por trinta minutos, fazendo um apelo aos Srs. Senadores para que utilizem apenas o tempo da prorrogação, dividindo-o.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe-me, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouço a Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, falarei pela Liderança. Sei que V. Ex^a tem todo o direito de ampliar o tempo, de prorrogar a sessão para isso, mas solicito o mesmo tempo. Porque como agora vai começar o duelo de amor explícito, essa relação de amor e ódio entre o PT e o PSDB – daqui a pouco, o outro falará também –, e como não estou nesse dilema emocional, vou solicitar a V. Ex^a que me dê o meu tempinho a que tenho direito pela Liderança do P-SOL, florzinha. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, o meu dilema é o Regimento. Infelizmente, o Regimento não possibilita. O Regimento só permite...

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Deixe o Senador falar, para não ser até indelicado da nossa parte, e depois entraremos no debate.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deixe-me concluir a minha resposta a sua questão de ordem. Realmente, o Regimento impossibilita. Estamos sendo condescendentes em permitir a prorrogação. Na verdade, o Regimento só permite a prorrogação para concluir votações. Tornou-se uma prática na Casa, e estamos evidentemente respeitando a prática. De qualquer maneira, consulto o Plenário. Se o Plenário concordar com essa prorrogação, atenderemos, evidentemente fazendo um apelo aos Senadores para que, se possível – não é o caso da Liderança, que realmente, em função deste debate, tem que usar o seu tempo todo –, reduzam a sua participação na tribuna.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Assim, desse jeito, eu aceito. Debate regimental não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, um esclarecimento bem básico: não sou um homem de dilemas emocionais, até porque me sinto fortemente um ser humano, mas V. Ex^a, Senador Aloísio Mercadante, não está incluído nesses meus dilemas – isso é bom que fique bem claro. E o esclarecimento, sem nenhum preconceito, são a estima, a relação de adversidade, que faz parte da democracia.

Sr. Presidente, eu pego aqui um outro trecho do meu discurso, que me foi gentilmente cedido pelo Senador Aloizio Mercadante, para ler para a Casa: depois de ter me referido ao episódio do Palacio de La Monedada e à frase de Enrico Berlinguer, secretário-geral do antigo PCI – Partido Comunista Italiano, hoje Partito Democratico della Sinistra– PDS, tem uma outra frase. Eu digo assim: digo isso não por minha causa, ou seja, na hipótese de ingovernabilidade do Presidente Lula, e ele tem que cuidar da sua governabilidade, basicamente isso, com respostas que dependem muito mais dele do que de mim ou das oposições.

Eu diria: eu faria oposição a ele com dignidade e com espírito construtivo. Não sou golpista. Se houvesse exílio e para lá ele fosse, na hipótese de um golpe, eu certamente iria junto, ainda que divergindo dele, mesmo lá no exílio. Não sou golpista. E aí fiz críticas à Prefeita de São Paulo Marta Suplicy e a um aumento de 21% para os ônibus, quando a inflação era de 6% no País. Obtive aqui candentes apartes do ex-Presidente da Casa, João Paulo, do prezado colega Clóvis Ilgenfritz, do Deputado Ivan Valente e de tantos outros colegas. Mas, basicamente, tentei advertir para o clima de denunciismo.

Eu vou fazer desse discurso uma separata, porque ele foi um presente de ouro que me deu o Senador Aloizio Mercadante, ao me lembrar de uma fase tão construtiva da minha vida pública. Eu adverti para o fato do denunciismo – e não dá para se dizer que são denúncias vazias as que aí estão; adverti para o fato de que era fundamental defendermos a democracia; adverti para o fato, sem querer ser premonitório, de que é dever de um Governo cuidar, sim, até do ponto de vista numérico, da sua governabilidade. Então, há um sistema que, de certa forma, é torto; agora, tem um sistema que poderia ter sido mais bem cuidado pelo atual Governo.

A forma como o atual Governo lidou com o Congresso é responsável pela crise, que espero que não chegue a ameaçar a governabilidade, que aí está. A forma desregrada, desleixada, até promíscua, é responsável pela crise que aí está.

Não vou me estender. Ouvirei o Senador Tasso Jereissati, apenas dizendo, Sr. Presidente, que falei – e me sinto muito pouco obrigado a continuar falando muito – com o coração e falei aquilo que o meu coração transmitiu para o meu cérebro. A palavra final ficou com o meu cérebro, quem fez a jurisprudência da minha posição hoje foi meu cérebro. Entendo que é possível mantermos um diálogo construtivo com os nossos adversários, mesmo nos momentos mais duros, e entendo que deve ficar de pé aquilo que solicitei ao Governo: respeito a nossa postura de Oposição de-

mocrática, respeito ao nosso direito legítimo de fazer oposição e de querer desvendar os mistérios de um quadro muito grave de corrupção, que está a ocupar os telejornais, está a ocupar as rádios, está a ocupar os noticiários da imprensa brasileira.

Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, me parece que existe uma tentativa grosseira de tentar misturar as coisas, misturar uma série de denúncias que vieram a público com indícios veementes de uma corrupção generalizada em órgãos do Governo Federal, que vem se comprovando a cada dia que passa com golpes ou tentativas de desestabilização de cunho político. Na verdade, essa conotação política tem sido dada pelo próprio Governo ultimamente. Ontem, eu vi uma cena que realmente me chocou. Na sala de reunião de Presidente da República, cercado do Presidente da República, no Palácio da Alvorada, faixas colocadas nas mesas – não sei se V. Ex^a viu, Senador Antonio Carlos – do MST, CUT e uma série de outros chamados movimentos sociais...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Peço um minutinho para poder me expressar: como se estivesse preparando uma grande movimentação de caráter de mobilização dessas organizações para um confronto político a *la Chávez*. Agora, evidentemente, isso é uma balela. Ninguém aqui acredita, em sua consciência, que V. Ex^a, seu Partido, qualquer pessoa aqui da Oposição, tenha caráter golpista. Até porque não estamos discutindo golpe, não existe nada de ideologia. Nós estamos discutindo roubo – roubo! Nós estamos discutindo corrupção grossa; nós estamos discutindo delinquência feita dentro do Governo Federal, que pode ser de direita, de esquerda, de centro, de centro-avante ou de centro-direita; nós estamos discutindo o que é corrupção, em qualquer regime e em qualquer instância. E mais importante, nenhuma dessas acusações ou denúncias foram feitas por V. Ex^a nem por seu Partido. O Waldomiro foi V. Ex^a quem denunciou? O caso dos Correios foi V. Ex^a quem denunciou? A questão do IRB foi V. Ex^a quem denunciou? A questão do Banco do Brasil foi V. Ex^a quem denunciou? Tudo veio cair nesta Casa e nós ficamos absolutamente perplexos diante de uma onda de corrupção organizada e sistêmica como nunca se viu neste País. Não tem nada de ideologia. Não vamos discutir ideologia neste momento; de centro, de esquerda ou política. Nós estamos discutindo moral e ética. É necessário que a discussão venha para esse tom e campo. Levar para o lado de golpe ou não-golpe político é uma tentativa que me parece grave, porque

é de quem tem o que temer, de quem não consegue enfrentar a verdade e quer mudar o rumo das discussões. Roubo é roubo. Corrupção é corrupção. Corrupto é corrupto. Bandido é bandido.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ora, Excelência, o discurso antigo de V. Ex^a pode ter interpretação boa ou má de quem lê. Entretanto, a interpretação verdadeira é de um democrata que quer advertir para que não ocorram fatos graves que levem a isso. V. Ex^a profetizava, talvez, os dias de hoje. Portanto, esse discurso não desestabiliza V. Ex^a. Esse discurso o enobrece, porque V. Ex^a estava chamando a atenção do Partido em que se fizesse sobreviver cada vez mais forte a democracia no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a Senador Antonio Carlos Magalhães e concluo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a minha intenção era basicamente àquela altura falar muito mais do futuro do que do presente até tormentoso que eu vivia. O Senador Tasso Jereissati dá o limite. É isto: é discutir apuração dos fatos de corrupção apontados pela Imprensa, pelo domínio de ampla parcela da opinião pública.

O Senador Antonio Carlos Magalhães completa, dizendo da necessidade de se valorizar neste País todo e qualquer agente que aja de boa vontade para com as coisas e as agruras deste País.

Portanto, com muito orgulho, devolvo ao Senador Aloizio Mercadante o discurso de minha lavra, de 2001, e com muito orgulho eu anuncio que vou pedir à Gráfica do Senado que imprima esta separata para que eu possa levar esse discurso à discussão pública. Não retiro uma só palavra, um só das defesas que fiz...

(Interrupção do som)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... acerca das pessoas do Governo passado. Não retiro uma só linha da previsão que, infelizmente, têm uma certa realização neste ex-futuro, neste presente que estamos vivendo. Nada. Eu digo mais, procuro ver nesse discurso algo que é bom para os meus filhos, ou seja, a mesma pessoa que defendia um projeto político e um Governo, essa pessoa hoje faz Oposição com a mesma responsabilidade intelectual, com o mesmo respeito pelo País, com os mesmos limites que pedia no passado, sem ser atendido, oferecendo esses limites no presente que está sendo vivido por nós.

Só tenho a dizer que esta é uma forma de se manter a coerência nessa travessia democrática de exercício do Governo para o exercício da Oposição.

As duas fases não devem significar duas pessoas diferentes em qualquer um de nós. Fico feliz de perceber, de constatar...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que consegui me manter a mesma pessoa.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço o direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A profecia da Senadora Heloísa Helena se realiza.

Com a palavra, pelo art. 14, o Senador Aloizio Mercadante.

A Presidência vai garantir o direito à palavra de todos inscritos porque realmente não há Senador de primeira e de segunda classes; todos são de primeira classe.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprendi uma coisa – demorei um pouco para aprender: comunicação não é o que a gente diz, é o que os outros entendem ou não o que a gente diz. Vim aqui, li o discurso do Senador Arthur Virgílio e disse que levei esse discurso para a reunião esperando qual seria a atitude dele hoje, e, antes que eu lesse o discurso, ele se antecipou e falou: “Acho que nós temos que avaliar muito bem o momento que nós estamos vivendo se é o caso de instalar mais duas ou três CPIs, porque acho que isso pode dificultar o trabalho do Congresso”.

Aí eu li o texto, sem dizer que era dele, e elogiei por ter tido essa atitude, que foi uma atitude de consenso do colégio de Líderes, porque, de fato, quando ele diz “criando uma CPI atrás da outra, podemos inviabilizar um Governo e paralisar administrativamente” era o cenário que estávamos discutindo e que poderia acontecer. Ao mesmo tempo, ele dizia: “Não sou golpista e não faria Oposição dessa forma”.

Elogiei-o, pela decisão que tomamos hoje – acho que é madura – de indicar os nomes para a CPI. Se não instalar necessariamente, avaliaremos a evolução.

Entretanto, vejo uma resposta aqui que parece que fiz outra coisa da tribuna. Quero responder, evidentemente, ao que foi dito.

Eu diria que a corrupção é um dos ilícitos mais perversos na sociedade, sobretudo na gestão do Estado, em particular num País que tem uma carga tributária tão alta e demandas sociais tão grandes para serem atendidas. A sociedade tem de estar sempre muito atenta e muito rigorosa no combate à corrupção.

Eu não concordo com duas coisas. Primeiro, não concordo com a análise de que temos uma corrupção sistêmica agora instalada no País. Absolutamente não procede! Não é verdade! O tempo vai demonstrar que não é.

Por isso, insisto em apurar um período mais longo da história. Vamos ver os contratos, as licitações, as empresas que prestavam serviço, a carreira das pessoas que estão no serviço público, para verificar quando, onde e por que começou, e não simplesmente nos atermos aos episódios mais recentes. A análise mais longa na CPML dos Correios e das demais instituições, seguramente, vai ajudar a esclarecer que algumas empresas estão há muito tempo; que os contratos, se foram superfaturados ou não, já vêm de alguma data anterior, como foi o caso da Operação Vampiros, da Operação Anaconda, da Operação Gafanhotos, da Operação Curupira. Nada começou agora. Está sendo desmontado agora, porque a Polícia Federal atua como uma polícia republicana com isenção; porque o Ministério Público tem, desde o Procurador-Geral da República, a independência e a valorização da carreira, que precisa de equilíbrio, de moderação, mas de muita firmeza no combate à corrupção. Quanto mais combatemos a corrupção, mais a percepção da sua evolução aumenta.

Voltam a falar do caso Waldomiro. Ele é anterior a este Governo. Trata-se do episódio da Loterj, e já foi realizada uma CPI. Ele e três ex-Presidentes da Loterj foram enquadrados em vinte artigos do Código Penal, além de 47 empresas e 43 pessoas que foram enquadradas nesse episódio. Esse fato não diz respeito a este Governo, mas a uma nomeação infeliz, inaceitável, im procedente. À medida que os indícios vieram a público, ele foi imediatamente afastado, e tudo foi investigado. Quebraram os sigilos bancário, telefônico e fiscal, a Polícia Federal e o Ministério Público atuaram, a CPI foi realizada no Rio de Janeiro, e ele está enquadrado sob o ponto de vista do Código de Processo Penal. É assim que devemos atuar.

Analiso também com preocupação a tese, que já vinha da época da campanha eleitoral, agora reeditada, de chavismo. O Presidente Lula vem-se comportando com respeito integral ao Estado de Direito, às instituições democráticas. Ganhou credibilidade internacional, como poucas vezes um chefe do Estado do Brasil obteve, e vem dialogando e negociando com as instituições. O Governo conta com o apoio de 40 entidades, desde a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Pastoral Operária, CPT, Cimi, MST, UNE, CUT, até as entidades populares e da sociedade civil, dizendo que querem apoiar o Governo e combater a

corrupção, mostra o amadurecimento dessa sociedade e a confiança que a sociedade civil organizada tem no Presidente Lula e no Governo.

Há a certeza de que ele apurará tudo o que tiver ocorrido, seja quem for, na situação que estiver. Ele usará todos os instrumentos que estiverem à sua disposição para esse combate à corrupção, inclusive valorizando as iniciativas do Legislativo, como estão sendo feitas as CPIs instituídas, com equilíbrio, sem abuso nem perseguição a quem quer que seja – e sem o palanque político.

Se é verdade que a corrupção é um instrumento que, desde a Grécia Antiga, era utilizado para o debate político e para o ataque à Oposição – é sempre assim na História –, ela era usada, em muitos momentos, com comportamentos golpistas. Não é o momento que estamos vivendo agora – e tenho certeza de que não será, porque a sociedade brasileira não retrocederá.

Por isso, elogiei o comportamento da Oposição – em particular, o do Senador Arthur Virgílio hoje, na reunião do Colégio de Líderes. Li o discurso e o elogiei lá, antes de vir ao Plenário e da tribuna, porque, apesar de estar escrito “colocar CPI necessária, fictícia ou não, quantas forem possíveis para inviabilizar um Governo” não é, felizmente, o que está acontecendo.

Essa atitude da Oposição – segundo a qual, por meio de consenso, vamos deliberar que indicaremos mas somente instalaremos depois de avaliarmos melhor a oportunidade e o momento – mostra maturidade democrática, que é o que espero. Assim como a Oposição cobra esse discurso do Governo, eu também o cobro da Oposição.

Onde está uma mobilização “chavista”? Onde há o confronto? Não há. Quanto ao fato de as entidades irem ao Presidente da República e manifestarem solidariedade, não há uma atitude nessa direção.

Não é isso que a sociedade brasileira espera. Não queremos ofuscar, deixar de apurar, de identificar, de punir, de desmontar toda e qualquer quadrilha que exista à sombra do Estado brasileiro. Será feito e quem estiver envolvido, seja de que partido for, que cargo tiver, que função ou que carreira, terá que ser punido. Agora, isso não significa absolutamente desqualificar a iniciativa de algumas entidades que manifestaram solidariedade ao Governo pedindo apuração da corrupção. Eu não vejo isso. Não vejo dessa forma.

E termino lembrando o seguinte, Sr. Presidente: eu lembro quando havia 1,5 milhão de assinaturas, milhares de pessoas pedindo a apuração no caso Telebrás, no caso Marka/Fonte Cindam e em outros momentos muito difíceis por que o Governo anterior passou; lembro uma parte da militância dizendo “Fora FHC!” e alguns parlamentares, inclusive do meu Parti-

do, entrando com pedido de crime de responsabilidade e, apressadamente, açodadamente, improcedentemente, pedindo *impeachment* do Presidente. Sei qual foi o discurso que fiz no passado, qual foi a decisão da minha Bancada e do meu Partido: nós não vamos aderir a essa política golpista de tentar inviabilizar um governo sem ser no processo eleitoral.

Queríamos apurar. Não tivemos a CPI. Queríamos ter feito; não fizemos, mas não tivemos esse comportamento. E tivemos um debate interno no Partido, do qual ajudei a construir uma política responsável. Não aceitamos o “Fora FHC!”. No “Fora Collor”, eu estava na linha de frente porque trabalhei na CPI e ajudei a mostrar para o Brasil cada cheque que estava ali. Eu estava na linha de frente demonstrando o esquema de corrupção que passava por dentro do Palácio do Planalto. Mas não fizemos “Fora FHC!” como centro da tática, como política de desestabilizar um governo. Não fizemos. E dissemos: queremos chegar ao governo pela eleição, pelo processo democrático. Já tínhamos perdido três eleições, e é assim que se constrói uma democracia: com alternância de poder, com valorização, com interlocução e com debate entre Oposição e Governo.

Por isso, termino como comecei: elogiando o comportamento da Oposição e, particularmente, o do Senador Arthur Virgílio, pela atitude que teve na reunião, hoje, antes que eu lesse o discurso. Desejo, então, elogiá-lo, porque está de acordo com o que S. Ex^a disse no passado. E S. Ex^a terminou dizendo: “Não sou golpista!” Realmente falei que a sua atitude, hoje, está demonstrando isso e desejo parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, fui citado indiretamente. Eu gostaria apenas de um minuto para responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Regimentalmente, não seria possível. Mas, como hoje estamos colocando o Regimento em segundo plano, estamos adotando um regimento próprio para este momento de crise, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, da mesma forma, pelo Regimento, não há essa possibilidade. Vamos permitir evidentemente, porque já se estabeleceu essa prática, e não vamos impedir.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de colocar três coisas: primeiro, sobre corrupção sistematizada, não fui eu que falei; está aí a imprensa, e não eu. Bas-

ta abrir os jornais e ligar as televisões. Não vou falar sobre isso.

Segundo, sobre “chavismo”, é só observar o espetáculo de ontem, na Câmara dos Deputados, com as galerias cheias, bandeiras jogando objetos do plenário da Câmara, mobilização na Esplanada, ao mesmo tempo em que o próprio Presidente Lula se encontrava na sala de reuniões do Planalto.

Terceiro, vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer. Está ficando muito feio para a história desse partido, para a história do Presidente e para o próprio País. Vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer essas coisas todas! É tão simples! Não é preciso passar 50 minutos ali falando em golpe ou teoria de golpe. Esclareça a corrupção. Vamos todos juntos. Ninguém quer que o Lula caia. O Lula fica. Mas vamos todos juntos, de mãos dadas, esclarecer para o País e pela honra desta Casa também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar como Líder posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para a tréplica. Peço a compreensão de V. Ex^a, a fim de que exerça a sua capacidade de síntese ao máximo.

O Senador Ney Suassuna está inscrito como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que, se o Governo avança na direção do reconhecimento de que enfrenta uma oposição democrática, e se se dispõe a colaborar de maneira transparente para a elucidação dessas denúncias tão graves, é muito evidente, é muito claro, é muito nítido que não devemos – nós, da Oposição – virar as costas a esse novo patamar de convivência política no Senado.

Mas é evidente que temos, sim, preocupações com o que poderia ser a “chavezização” do País. O Senador Tasso Jereissati apontou alguns dados. Um deles foi essa visita das tais entidades: CUT, que pregava o “Fora FHC!”, antes; MST, que pensei que estivesse rompido com o Presidente Lula e que demonstra não estar rompido com o Presidente Lula. E, ambas, na ocasião, esta e em outras, falando, sim, em pacto das elites para apeiar do poder um Governo dito por eles popular e democrático. Isso é verdade. Assim como o método da *rentrée* do Sr. José Dirceu na Câmara dos Deputados, o método sugeria algo que já aconteceu na Venezuela do Presidente Hugo Chávez: a mobilização popular para defender a permanência no poder de alguém que, supostamente, estaria ameaçado. Não é esse o caso do Presidente Lula e não posso nem dizer

que não fosse esse, em algum momento, o caso do Presidente Chávez. Não é esse o caso do Presidente Lula, que não corre perigo algum por ação da Oposição e a ética não corre perigo nenhum por omissão da Oposição. Esse é o balizamento, esse é o limite. Quando o Sr. José Dirceu aceita ser acompanhado por uma claque de 300 ou 200 pessoas para ocuparem as galerias da Câmara dos Deputados, é evidente que fica ali uma proposta de radicalização. Não tenho nada contra o teor do seu discurso. Volto a dizer que não pediria um discurso cabisbaixo de nenhum adversário meu. Acho que todos têm o direito de vencer, de lutar, de matar e de morrer com respeito próprio, com direito preservado à altivez. Portanto, não me espanto com o discurso, o discurso foi muito bom até, de acordo com o seu discurso anterior, aquele que prometia, sem a menor possibilidade real de cumprir a promessa de incendiar o país. Estranhei apenas a claque e aquilo poderia ser parte, sim, de um processo de “chavezização”. Temos feito reuniões da Bancada do PSDB, temos nos reunido com o PFL e analisado se isso é uma manifestação isolada de um ou de outro, ou se é uma manifestação sistêmica. Se existe algo do tipo, paralelamente às Oposições, eles, Governo, iriam provocar um aumento da temperatura política no País.

Nós, então, estamos advertindo. Se o Governo nos propõe um diálogo respeitável, estamos advertindo de que a nós soa como uma tentativa autoritária e ilegítima sim – a nós, soa. A nós soa e ressoa como uma tentativa autoritária. Não nos assusta, mas nos preocupa.

O Presidente Lula não vai sair dessa crise com entidades do que ele chama de movimento social. Não vai. Ele vai sair da crise com a resposta às questões de agressão à ética postas pela sociedade brasileira. O Presidente Lula vai sair da crise se souber tocar o seu Governo paralelamente a essas respostas éticas que seu Governo deve dar.

Portanto, sinto-me melhor com esse nível de diálogo, porque, se queremos tirar da frente as cortinas de fumaça, temos que, então, mergulhar a fundo – e aí tem inteira razão o Senador Tasso Jereissati – na investigação dos fatos.

Tenho muita alegria de ter proposto hoje a V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, que nos concentrássemos nessa CPI, se fosse esse o desígnio do Governo, para que ela rendesse todos os seus frutos regeneradores, se Deus quisesse. E em seguida, sem dichotes, sem interpretações quaisquer, faríamos a outra ou as outras investigações que pudessem se mostrar cabíveis.

Entendo que há uma crise – repito e encerro, Sr. Presidente – de contornos, limites e alcance ainda não delimitados, ainda não completamente definidos,

e qualquer pessoa pública responsável neste País tem que trabalhar sempre com o olhar nas consequências para a sociedade brasileira. Esse é o dever do general da guerra; esse é o dever do líder político responsável, na paz. Não tenho mais reparos. Faço apenas o registro de que é muito bom...

(Interrupção do som.)

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...nos alçarmos a patamares mais respeitáveis de diálogo, deixando bem claro que é um avanço ficar desmoralizada de uma vez por todas essa tese de golpismo. E é um avanço não termos nada a discutir agora, a não ser os fatos delituosos cometidos no interior deste Governo e com consequências que a Oposição responsável tem de acompanhar passo a passo, por ter interesse em uma saída boa, respeitável e satisfatória para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero confessar a todos que os discursos que me antecederam tumultuaram todo o meu raciocínio. Aí paga um preço alto quem fica no fim da fila. Vou ocupar regimentalmente esta oportunidade, até porque existem alguns registros que merecem ser feitos.

Em primeiro lugar, o Senador Aloizio Mercadante inaugurou uma nova era do seu mandato como Líder nesta Casa. Senador Arthur Virgílio, S. Ex^a veio ao plenário discutir, debater, ouvir e mostrar seu ponto de vista. Tenho certeza de que, se S. Ex^a persistir nessa sua nova fase, trará benefícios ao Governo do Presidente Lula.

Em segundo lugar, Senador Tasso Jereissati, lembro que é desumana e desleal a maneira como o PT tenta colocar o Presidente Lula nessa questão. Isso me lembra muito a nossa infância, Senador Renan Calheiros. Todo menino atrevido tinha um companheiro maior para, quando provocasse seus colegas, sua vizinhança, usar como escudo, por ser maior, mais forte, brigão. É isso o que acontece com o PT. O Partido faz besteira, erra, faz bobagem e corre para debaixo da saia do Presidente Lula, pedindo a defesa do seu mandato,

a proteção do seu Governo, como se isso passasse, sequer de longe, pela cabeça da Oposição brasileira.

Se formos consultar os Anais da Casa, veremos que, nos últimos anos, ninguém superou o PT na arte de pedir instalação de CPIs. É verdade que não conseguia instalar, porque o Governo passado tinha uma base sólida e não existia mensalão naquela época. Tinha uma base que discutia. As Lideranças eram coordenadas, e os Líderes não permitiam que isso fosse feito.

Volto a examinar o meu Estado, o Piauí, Senador Mão Santa. Só o Deputado Federal Wellington Dias, hoje governador do Piauí, entrou no Ministério Público com 148 pedidos de processos contra prefeitos. Assumi o Governo e esqueceu tudo isso. Até me parece, Senadora Heloísa Helena, um caso típico aqui em Brasília: houve, no final do Governo Fernando Henrique, Senador Arthur Virgílio, a intervenção do fundo de pensão do Banco do Brasil, chamado Previ. Foram afastados o Sr. Sérgio Ricardo Rosa e o Sr. João Pizzolatti. Entraram na Justiça, acusando o interventor. Pois bem, a intervenção foi suspensa, Senador Arthur Virgílio. O Dr. João Pizzolatti e o Dr. Sérgio Ricardo Rosa voltaram para suas funções. Não deram andamento a nenhuma das denúncias feitas contra o interventor. E sabem onde trabalha o interventor? Pelo menos até anteontem, trabalhava na Casa Civil da Presidência da República. Durma-se com um barulho desses!

Agora seria uma homenagem a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita: O PT precisa acabar com essa história de vir para cá e dizer que a “Operação Curupira”, “Pé-rapado”, vem de lá, vem de cá é sua obra de Governo; que o Ministério Público está trabalhando porque é o Governo do PT. É um desrespeito! Que a Polícia Federal está agindo. Como se fosse obra do Partido.

Outro dia, o Senador Romeu Tuma chamou a atenção para um fato grave aqui. Quem manda apurar manda parar a apuração. Deixa muito mal o Governo e coloca sob suspeita a honrada Polícia Federal brasileira. É preciso que se acabe com essa falácia. Essas operações estão sendo feitas porque tramitam no Ministério Público. E aí vem a pergunta: foi o Governo do PT que mandou prender o diretor da Schincariol? Que ingratidão! Colaborador de campanha do Partido! É preciso que essas coisas fiquem bem claras. O PT precisa ter coerência com o que diz.

Ontem, vivi um episódio muito interessante. Disse aqui, num aparte, que o mais difícil para o PT era trazer seus movimentos sociais para a rua, com bandeira, para defender corrupção. Disse isso após atravessar a avenida da Esplanada dos Ministérios e ver alguns carros mobilizados numa reivindicação. Recebi quatro telefonemas de manifestantes, queixando-se: “O

senhor está muito enganado. Estamos reclamando é de salário atrasado, de injustiça. Estamos combatendo a corrupção. De forma que o senhor não confunda essa manifestação. Não estamos apoiando os erros do Governo e queremos a apuração da corrupção, como quer qualquer brasileiro”.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, é preciso que prestemos atenção a um fato que ocorreu ontem na Câmara dos Deputados. Tirando de lado a provocação feita pelo retorno lógico, justo, democrático do Sr. José Dirceu, o retorno triunfal, com claque, com tudo, o episódio iria passar sombriamente.

Senadora Heloísa Helena, sabe quando é que o tumulto começou? Quando o Deputado José Dirceu anunciou, solenemente, que voltava à Câmara para ser candidato ao Governo de São Paulo. Se V. Ex^a se lembrar, há dois anos digo nesta Casa que todas as crises que o PT vive aqui no Congresso são motivadas pela sucessão do Governo de São Paulo. No pleito municipal, priorizaram a eleição futura de 2006 e esqueceram a eleição municipal. Nos últimos dias, o próprio Senador Aloizio Mercadante foi o garoto-propaganda da Prefeita Marta Suplicy porque era preferencial S. Ex^a se mostrar como futuro candidato a Governador do que ela como candidata a Prefeita. Não há uma grande crise nesta Casa em que o fundo da questão não seja a sucessão paulista.

Isso vem de todos os megalomaníacos que, quando assumem o poder, querem fazer um projeto para vinte anos. E o Brasil está cheio dessas tentativas, Senador Tasso Jereissati. Todos que assumiram – e são muitos – anunciando projeto de governo de 20 anos se deram mal.

O que compromete o PT? As contradições. O PT anunciou, fez *outdoor* pelo Brasil afora dizendo que tinha rompido com o FMI. E hoje a **Folha de S. Paulo** anuncia que o Fundo Monetário Internacional vai monitorar o Brasil. Não ouvimos Líder algum, não ouvimos ninguém aqui esclarecer, justificar, protestar nem coisa nenhuma, porque sabemos que aquele rompimento foi uma falácia, foi apenas o fim de um crédito especial que o Fundo tinha, como crédito rotativo, uma espécie de cheque-ouro, mas continua aqui o monitoramento.

Ontem, na CPI, acusaram a Secom (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica) de manipulação nas concorrências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e o mundo quase veio abaixo. Hoje, a **Folha de S. Paulo** traz matéria: “Secom muda regra de edital da licitação da ECT”. A reportagem fornece números, apresenta dados e mostra, inclusive, que a assessoria jurídica da ECT teve o cuidado e a cautela de documentalmente alertar para o erro.

Senador Alvaro Dias, antes de lhe passar a palavra, com muita alegria, quero dizer que talvez a grande culpa do PT, pela vaidade, pela prepotência e pela arrogância, foi não ter tido a humildade de aceitar a CPI do Waldomiro. Talvez, se naquele momento a CPI tivesse sido instalada, eles tivessem visto muito do que estava acontecendo no Palácio. Providência nenhuma foi tomada, e o Waldomiro passou a ser o símbolo da impunidade. Todos pensaram que poderia ser, com mais cautela, competência e habilidade, um Waldomiro. E criou-se uma verdadeira escola de “Waldomirinhos” que achavam que podiam exercer essa atividade impunemente. O Partido perdeu o controle, e o que vemos é exatamente esta terra arrasada que está aí.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a aborda a questão da publicidade, e creio que essa deve ser uma preocupação do Congresso Nacional. Só no ano passado, as agências do Sr. Marcos Valério receberam R\$29 milhões dos Correios. Mas há a adoção dessa prática de utilização de agências de publicidade até mesmo na Itaipu Binacional. Duas agências de publicidade foram contratadas pela Itaipu Binacional, que nunca se utilizou de recursos de publicidade, porque é uma empresa que pode prescindir dessa divulgação. Como não tem concorrência, não há porque estabelecer gastos incriveis com publicidade, como faz agora a atual gestão da empresa. Como não podemos investigá-la, pois a CPI dos Correios não investigará a Itaipu Binacional, pegamos carona nessa sugestão, nesse apelo da Transparência Brasil, que está pedindo ao Presidente da República que instale o Conselho de Combate à Corrupção, criado por Decreto em 18 de novembro de 2003, se não me falha a memória, e que não operou até hoje. Trata-se de um Conselho constituído pela CNBB, pela OAB e pela ONG Transparência Brasil. Há um apelo ao Ministro Waldir Pires para que convoque esse Conselho. E faço aqui a sugestão de que esse Conselho se preocupe com a questão da publicidade, não só nos Correios, não só na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, no Banco Popular, mas também na Itaipu Binacional. Se houver essa preocupação, esse cuidado de investigar o que está ocorrendo, certamente encontrarão desvios, certamente o desvio de finalidades estará realçado também lá na aplicação de recursos de publicidade para outros fins.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e agora peço permissão à Senadora Heloísa Helena para me apropriar de uma frase dela, que é perfeita: “O PT transformou o governo passado e, de maneira especial, o Presidente Fernan-

do Henrique em um objeto de desejo.” Para todos os seus erros traçam ou tentam traçar um paralelo com o governo passado.

Hoje, na CPI, vimos a alegria e a sofreguidão de alguns quando viram que uma concorrência tinha sido realizada no ano de 2002, e foram aprofundando. “Chegamos! Pegamos o homem!” Daí a pouco chamei a atenção do Senador Alvaro Dias. Isso foi concorrência feita na véspera de campanha, quando o Presidente Lula já estava eleito, quando não se discutia mais, e aquele povo que abandona o barco antes da hora começou a fazer os acertos com o governo futuro. E não deu outra. Toda a execução começou no ano de 2003. E deu no que estamos vendo.

Ouçõ o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador Heráclito, eu estava no meu gabinete há poucos instantes e ouvi a palavra do Senador Mercadante, Líder do Governo nesta Casa, se referindo a uma reunião de líderes ocorrida no dia de hoje, no gabinete do Presidente Renan Calheiros, da qual participei a pedido da Senadora Heloísa Helena, que se encontrava atuando na CPI dos Correios. Posso ter ouvido mal, mas tenho a impressão de ter ouvido o Senador Mercadante afirmar que houve consenso nessa reunião a respeito de decisões acerca de se instalarem ou não CPIs no Congresso ou nesta Casa. Quero afirmar que o consenso que percebi naquela reunião foi apenas quanto a uma deliberação acerca de uma decisão tomada pelo Presidente Renan – e aqui se faça justiça ao Presidente Renan –, muito acertada por sinal, de, na sessão de hoje à tarde, solicitar aos líderes partidários que indiquem os membros para a CPI dos Bingos, e que, caso isso não venha a ocorrer, dentro de 24 horas, 48 horas, 2 ou 3 dias após, S. Ex^a fará as indicações. Quero afirmar aqui que o P-SOL tem a seguinte posição: se há necessidade de se apurarem os fatos, que se instalem uma, duas, três, quatro, cinco, quantas CPIs forem necessárias. O P-SOL não abre mão desse entendimento. Portanto, quero dizer que não me recordo de decisão consensual, naquela reunião, envolvendo decisão acerca de se instalar ou não a CPI. Ao contrário, o que houve foi um consenso em torno da decisão do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, acerca da solicitação imediata aos líderes partidários para que façam a indicação dos membros, pois, caso contrário, o Presidente o fará em poucas horas ou em dois ou três dias. Esse foi o objeto do consenso que se verificou naquela reunião, não para não se instalar a CPI. Não ouvi isso, não participei desse consenso. Se consenso desse porte houve, não estive presente, representando o P-SOL.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Em seguida, darei o aparte...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Peço um aparte. Será muito rápido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Apenas para dizer também, com relação a isso, que o consenso foi em relação à atitude do Presidente, que foi correta, certa quanto ao que disse que faria. O que combinamos depois foi que o Presidente vai fazer e depois as Lideranças se reunirão para discutir. Ponto. Mas não houve consenso, não houve fechamento de nenhuma posição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Agora, o estranho disso tudo, Senador Mão Santa, é que o “marqueteiro” do Presidente vem a Brasília, conversa horas e horas com o Presidente da República, que vai para a imprensa e diz que a CPI paralisa o Congresso Nacional, tentando jogar essa crise no Congresso Nacional. O Congresso Nacional não é causa, mas efeito. A corrupção está no Executivo. Os corruptores estão lá. Entretanto, se o Presidente quiser que o Congresso funcione – é a velha história –, sugiro que recolha as medidas provisórias. Estou certo, Presidente Renan Calheiros? Mande recolhê-las e deixe no Congresso apenas as medidas provisórias de extremo interesse da Nação. Tire aquelas que são verdadeiros “cabelos em ralo de pia”, que só servem para entupir, para impedir a vazão da água, as micro-medidas provisórias. Acabe com elas que S. Ex^a verá esta Casa funcionar normalmente.

Por fim, em homenagem à galeria que nos está ouvindo, quero dizer a V. Ex^{as} que a grande frustração da Oposição brasileira é uma só. Estamos chegando a quase três anos de Governo do Presidente Lula, que não tem culpa disso. Não conseguimos criar ainda nenhuma crise para o Governo; o Governo cria todas. Waldomiro Diniz não é crise da Oposição; Correios não é crise da Oposição; o IRB não é crise da Oposição. Todas as crises são provocadas pelo próprio Governo, que se enrola nas próprias pernas, que não tem unidade, que tem grupos que se dividem. Exemplo maior ocorreu na eleição para Presidente da Câmara, quando o Partido majoritário apresentou três candidatos, cada um com uma tendência, e perdeu a eleição. As crises que estamos vivendo têm começo, meio e fim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Chama-se desorganização partidária. O fator maior é a ambição desmedida de alguns com relação ao Governo de São Paulo. Estão deixando o Presidente da República, já não digo órfão, mas, só.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, que a imprensa mostrou uma estrela de flores feita no quintal do Palácio da Alvorada, o que foi um escândalo. Chamei a atenção: só tem acesso àquela estrela quem entra no Palácio. Nem por avião poderia ser, porque a um helicóptero é proibido sobrevoar a área do Palácio por questões de segurança. Aquela estrela foi fotografada por gente íntima que freqüentava o Palácio, que quis expor e colocar o Presidente e sua esposa em situação constrangedora.

É preciso que o Governo assuma a responsabilidade. Ser Governo é bom, mas há dor e dificuldades. Governar é bom, mas tem seus momentos ruins. E essa história de só querer a praça pública quando ela está cheia, de só querer as benesses, o orçamento e as estatais? Não! Vamos assumir o Governo de corpo e alma, com o que há de bom e de ruim. A biografia do Presidente Lula não precisa disso. Tampouco façam do Presidente Lula um *sparring*, uma defesa para os erros que V. Ex^{as} cometem a todo dia. Criem juízo para o bem do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa e ao País que, hoje, reunido com os Líderes partidários, estabelecemos para até às 16 horas o prazo para a indicação dos líderes para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Fiz, na oportunidade, um apelo para que todos os Líderes indicassem os Membros, porque, senão, como aconteceu com a Comissão Parlamentar de Inquérito anterior, eu teria que indicar, sobretudo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não me compete discutir. Não vou aqui discutir uma decisão da Suprema Corte do País; vou dar concretude a ela. Aliás, na linha do comportamento adotado, qualquer requerimento, seja qual for, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha fato determinado, que tenha o número mínimo de assinaturas, que tenha prazo para investigação vai ter o mesmíssimo encaminhamento. Ou seja, vou dar um prazo para que os líderes indiquem os membros; se eles não o fizerem, eu o farei. Por quê? Porque a circunstância política muda e, se nós não retirarmos o Presidente do Senado e do Congresso Nacional da circunstância política, será muito ruim. As pessoas que defendiam com ênfase a instalação e as investigações talvez hoje não defendam mais, e eu tenho que ter o mesmo comportamento, porque não sou, nesta Casa, porta-voz da Bancada de sustentação

do Governo ou Líder de Oposição. Tenho que manter a coerência, manter a isenção, e tantos requerimentos me sejam apresentados terão o mesmo tratamento. Por exemplo, com relação ao “mensalão”, eu sempre disse e quero repetir que não vejo coerência em criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal para que Senadores investiguem a quebra de decoro parlamentar de Deputados. A denúncia se circunscreve à Câmara dos Deputados, então ela tem que ser investigada prioritariamente pela Câmara dos Deputados. Mas há sobre a Mesa da Presidência do Senado Federal um requerimento para criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão. Eu não tenho outra coisa a fazer senão, na quarta-feira, como combinei com os líderes, mandar ler na sessão do Congresso Nacional, mantendo coerência com o encaminhamento adotado anteriormente.

O Brasil tem acompanhado isso. Não vou sair dessa isenção, desejo que tudo seja absolutamente investigado, vou fazer o possível para compatibilizar o funcionamento do Senado Federal com qualquer investigação. É falsa essa colocação de que a investigação atrapalha o funcionamento do Senado, o Senado já demonstrou o contrário outras vezes. Vamos, na prática, comprovar que dá, sim, para compatibilizar o funcionamento do Congresso e do Senado com qualquer investigação. A sociedade deseja que tudo, absolutamente tudo seja esclarecido. Noventa por cento da opinião pública deseja que o Congresso Nacional ajude a tirar as dúvidas que ainda tem, e nossa responsabilidade é exatamente colaborar com isso.

Vou fazer, portanto, o que for possível para adotar, em todas as questões, o mesmo posicionamento. Não me importa saber se o Congresso vai ou não se transformar em delegacia de polícia. Não é essa a pergunta. É que temos um encaminhamento regimental e constitucional a seguir, e vamos segui-lo.

Portanto, para qualquer requerimento que me for apresentado, que tiver fato determinado, que tiver prazo para investigação e o número mínimo de assinaturas, vou combinar com os líderes, marcarei uma sessão do Congresso Nacional, se for CPI mista, para lê-lo. A instalação e o funcionamento não dependem do Presidente, dependem das Bancadas, das Lideranças, do comparecimento da maioria. Essa é uma outra questão. Mas vou, verdadeiramente, esgotar a minha responsabilidade: não indicando os Líderes no prazo, eu indicarei. Vou cumprir verdadeiramente o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar e apurar a utilização

das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

TITULAR

SUPLENTE

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

- | | |
|------------------------|----------------------------|
| 1. Romeu Tuma (PFL) | 1. Paulo Octávio (PFL) |
| 2. José Jorge (PFL) | 2. Demóstenes Torres (PFL) |
| 3. Efraim Moraes (PFL) | |
| 4. Almeida Lima (PSDB) | 3. Alvaro Dias (PSDB) |
| 5. Leonel Pavan (PSDB) | |

PMDB

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| 1. Luiz Otávio | 1. Garibaldi Alves Filho |
| 2. Wirlande da Luz | 2. Leomar Quintanilha |
| 3. Maguito Vilela | 3. Valdir Raupp |
| 4. Ney Suassuna | |

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

- | | |
|-----------------------------|-----------------|
| 1. Paulo Paim | 1. Siba Machado |
| 2. Antonio Carlos Valadares | 2. Tião Viana |
| 3. Fátima Cleide | 4. Magno Malta |

PDT

1. Juvêncio da Fonseca

PTB

1. Mozarildo Cavalcanti

PDT/PTB/PP

1. Sérgio Zambiasi

Obs.: composição partidária do dia 23-6-05.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, nós, todos os Líderes, exultamos com a posição de V. Ex^a. Consideramos que foi mais do que correta, e o PMDB já exerceu a sua função. Já está sobre a mesa de V. Ex^a a indicação dos membros do PMDB para essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, permito-me ler a indicação que os Srs. Líderes Partidários fizeram da composição dos membros da CPI dos Bingos:

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)
Pelo PFL:

Titulares: Romeu Tuma, José Jorge e Efraim Moraes

Suplentes: Paulo Octávio e Demóstenes Torres.
Pelo PSDB:

Titulares: Almeida Lima e Leonel Pavan.

Suplente: Alvaro Dias.

Pelo PMDB:

Titulares: Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela e Ney Suassuna.

Suplentes: Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha e Valdir Raupp.

Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Titulares: Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Fátima Cleide e Magno Malta.

Suplentes: Sibá Machado e Tião Viana.

PDT: Juvêncio da Fonseca.

PTB: Mozarildo Cavalcanti.

E representando esses Partidos, dentro do critério de rodízio (PDT/PTB/PP): Sérgio Zambiasi.

É essa a composição. Em qualquer designação de qualquer outra Comissão Parlamentar de Inquérito quero, de antemão, dizer que vou marcar um prazo para os Líderes indicarem. E, se os Líderes não indicarem, também vou indicar.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda existe uma polêmica jurídica e regimental que teremos que tratar de outra forma, mas só para deixar colocado, porque, infelizmente, a minha assessoria errou e não trouxe a tempo: caso o P-SOL tenha vaga será indicado o Senador Geraldo Mesquita, embora saibamos, todos nós, e V. Ex^a já comunicou na reunião de Líderes ao Senador Geraldo Mesquita, que será um assunto tratado à parte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha colocação, hoje, é que a partir de amanhã nós teremos a comemoração do São João em todas as cidades do Nordeste, mas especificamente, de forma mais intensa, na minha cidade de Campina Grande, onde comemoramos o maior São João do mundo.

Gostaria de desejar a todos os nordestinos, a todos os brasileiros, um feliz São João, porque todos sabemos que, no Nordeste, na verdade, comemorase a safra, a alegria do que a terra nos dá, o trabalho realizado.

Dessa forma, gostaria de mandar um abraço a todos os nordestinos e mais especialmente a todos os paraibanos e, ainda mais apertado, ao povo da minha cidade, Campina Grande, que, como já disse, comemora por 30 dias seguidos o maior São João do mundo. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena por cinco minutos.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – O Senador Ney Suassuna acabou deixando uma deixa: sei que ele estava falando das quadrilhas de São João. Claro que eu, como nordestina também, sei que estarão todos lá. Eu também queria estar lá, brincando nas quadrilhas de São João, mas, infelizmente, não posso porque estamos aqui, na CPMI, tentando colocar na cadeia as quadrilhas dos ladrões de luxo. Sei que lá está uma danação, porque quando se grita pega ladrão é uma danação. Coisa de quadrilha de São João, de um costume belíssimo do Nordeste.

Embora esteja solidária e queira muito estar lá no Nordeste, em Alagoas, no sertão, em Campina Grande ou João Pessoa ou em Caruaru, enfim, também gostaria muito de estar lá brincando, saudando a alegria desse movimento extremamente especial no Nordeste, mas a vida, a obrigação parlamentar me impõe estar aqui atuando na CPMI, tentando apresentar ao povo brasileiro as piores, malditas e infames quadrilhas de ladrões de terno e gravata, de saqueadores dos cofres públicos, de delinquentes de luxo que usam a máquina pública de forma parasitária e, portanto, assim a privatizam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tinha dito aqui na Casa que todas as vezes que eu visse o duelo, a mistura de paixão desenfreada, amor platônico, ódio visceral, ou seja, essa composição de dilema emocional entre PT e PSDB, viria aqui também para intervir no debate, até porque nós, Senador Geraldo Mesquita, não estamos diante desse dilema emocional. E porque eu já disse também, várias vezes, que, na realidade, é um querendo copiar o que o outro foi no passado. É sempre a mesma coisa: um querendo copiar o que o outro foi no passado. E o que é mais duro para mim, como sabe esta Casa, é que dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir o PT e a fazer a eleição de Lula e, evidentemente, não posso trazer de volta os melhores anos da vida que eu lhe dediquei, porque a mecânica da vida e a rotação da Terra impedem que isso seja feito.

Todas as vezes em que vejo Lideranças importantes do Governo, ilustres excelências de um lado ou de outro se atacarem, fico absolutamente impressionada como é que especialmente a Liderança do atual Governo tem a ousadia de vir à tribuna do Senado e começar, hoje, a meter o dedo na corrupção do Governo Fernando Henrique, quando, com três anos de governo, nada foi feito para apurar a corrupção do Governo Fernando Henrique. E fico absolutamente impressionada como isso é tratado de forma sofisticada, em um misto de cinismo e dissimulação.

Ora, continuo achando que houve corrupção – e da grande – no Governo Fernando Henrique. Quando eu era Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, eu não acusava, não solicitava procedimentos investigatórios, porque eu era uma bravateira, uma demagoga eleitoreira, ou vigarista política. Quem fez isso que assuma essa carapuça e aceite como tal. Entretanto, o mais grave é que, se havia indícios de crime na administração pública, no processo de privatização, por que diabos nada foi feito? Não houve auditoria, não houve revisão dos contratos. Nada foi feito para mostrar à sociedade os crimes que foram patrocinados, inclusive no processo de privatização.

É por isso que V. Ex^a faz muito bem, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao deixar claro para a Casa que o P-SOL não é parte de nenhum acordo. Como está na manchete, agora há pouco vi na Internet do UOL: adiada CPI dos Bingos e Privatização. O que ficará no imaginário popular? Que é uma troca dos crimes do antigo Governo contra os crimes do atual Governo.

A CPI dos Bingos era muito importante. O ideal mesmo era que fosse uma única CPI. Quem não aceitou foi a base de bajulação do Governo. Uma única CPI para tratar de todos os fatos determinados relacionados à corrupção, não apenas a denúncias, mas a indícios relevantes de crimes contra administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesses privados, ou seja, no popular, a trambicagem que é feita utilizando o aparato público para beneficiar personalidades políticas ou setores empresariais amigos da estrutura do poder.

Então, a CPI dos Bingos deveria ser instalada mesmo. Quantos aqui gritaram, espernearam, dizendo que ela seria fundamental para identificar lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico? Qual foi o dono de bingo inocentado ou qual foi penalizado pela legislação em vigor como lavador de dinheiro do narcotráfico? Não aconteceu nada, absolutamente nada.

Diziam que a estrutura dos bingos era para lavar o dinheiro sujo do narcotráfico – e penso que a maioria é mesmo –, portanto, só uma CPI pode mostrar isso.

Se tinham personalidades políticas dentro do Palácio do Planalto, no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional ou onde quer que seja, que essas pessoas sejam criminalizadas e apresentadas à sociedade também.

Só para deixar mais uma vez o nosso protesto. Não tenho nada contra entidades fazerem ato, manifestação, aplauso, absolutamente nada. Portanto, se várias entidades querem fazer um ato de apoio ao Governo Lula que o façam. Se parte da Oposição, como aqui falou o Senador Arthur Virgílio, resolver fazer atos, representando o PSDB e o PFL, que os façam. Pena que não tenhamos nem os meios de comunicação nem dinheiro nem governo para fazer esses grandes atos.

Talvez para nós, Senador Geraldo Mesquita, sejam os atos mais simples, o cumprimento da nossa obrigação constitucional aqui. Talvez o ato simples que está sendo veiculado na Internet, onde conclamam, no dia 29 de junho, a todos usarem uma camisetinha preta. Eu, que só gosto de branco, vou usar também a minha camisetinha preta, até em homenagem a esses internautas que estão tentando ajudar no combate à corrupção, essa podridão que assola o País, porque existem a omissão e a cumplicidade. Se não existissem, efetivamente, isso não seria feito.

Portanto, quem não quis uma única CPI, que não paralise os trabalhos do Congresso, foi a base de bajulação do Governo, a cúpula palaciana do PT, o Palácio do Planalto. Foram estes que não a quiseram. Por nós, bastava uma CPI capaz de dar conta de mecanismos necessários para desvendar os mistérios sujos da corrupção: se são cargos, prestígio, liberação de emenda, poder, “mensalão” ou outras mais. Os problemas não estão apenas lá. Certamente, a tática deve ser diferenciada para comprar Parlamentar. Já disse várias vezes que tem Parlamentar que pousa de alto clero, mas tem a estatura moral da ralé clero. Pousa melhor do que outro, usa métodos mais sofisticados para parasitar, roubar e privatizar o espaço público. Então, o melhor instrumento é a CPI.

Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, sabe V. Ex^a que uma CPI entrega o tributo da inocência, a honraria da inocência para quem é inocente. Mas o único instrumento que possibilita que o Congresso Nacional cumpra sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo um aparte, bem rápido, ao Senador Mão Santa, para que possamos atender à Mesa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, eu e o Senador Alvaro Dias estamos diante de centenas de *e-mails*. Um é de Cosme Mendes de Almeida, de Ipatinga, Minas Gerais, que diz o seguinte: “Caro amigo Mão Santa, espero que não se chateie

por assim chamá-lo, pois, depois da minha querida Senadora Heloísa Helena, o senhor é o político mais agradável de se escutar. (...) Mas o importante é o seguinte: ajude, com a Heloísa Helena, o Brasil a mudar. São pessoas como o senhor e a Heloísa Helena que ainda nos prendem à frente da TV Senado. Abram os olhos com os “Zés”, são muito perigosos politicamente. Tem o Zé Waldomiro, o Zé Delúbio e o Zé Dirceu”. Há outro *e-mail*, para ver como é uma opinião nacional, do Ceará, da Natália Maia Rodrigues: “Senador, parabéns pelo seu trabalho parlamentar e pelo seu trabalho fora do Senado. O senhor dá ao povo cearense muito orgulho, ao lado da nobre Senadora Heloísa Helena”. Leio essas mensagens para estimulá-la a continuar a sua trajetória com perspectiva invejável na política do Brasil.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada pela generosidade de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Espero que tenhamos todos nós fé em Deus e fé na luta do povo.

Ao terminar, aproveito para abraçar o povo nordestino que estará brincando nas quadrilhas de São João. E que o mesmo povo nordestino fique vigilante, atuante, pressionando para que as quadrilhas da corrupção, dos ratos de terno e gravata espalhados por este Brasil possam ser definitivamente trancafiadas, como manda a legislação em vigor no País.

Para terminar, concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-Sol – AC) – Senadora Heloísa Helena, quero apenas trazer um fato pitoresco ao anúncio que V. Ex^a fez da convocação dos internautas para que todos usem preto no dia 29. No meu Estado, governado pelo PT e que muita gente pensa que é o paraíso da democracia, os internautas também convocam a população para essa manifestação. Mas eles sabem que lá a barra é pesadíssima mesmo, qualquer manifestação é tratada como algo impossível, a divergência é proibida. Para que V. Ex^a saiba o que acontece na minha terra, os internautas sugeriram que as pessoas, para se comunicarem com sua própria consciência, já que não podem exibir uma camisa ou uma calça preta, porque seria uma manifestação ostensiva de divergência ao próprio Governo, usassem peças íntimas na cor preta. E ligaram-me agora dizendo que, em Rio Branco, acabou o estoque de roupas íntimas pretas tanto para mulheres como para homens. Sei que estão todos mobilizados para essa manifestação, se bem que ela não será assim tão ostensiva, mas, no íntimo, as pessoas estarão vestidas de preto, para demonstrar todo o seu repúdio e a sua repulsa a esse mar de lama que está tomando conta

do País, protagonizado e provocado pela cúpula palaciana, como V. Ex^a disse, e a cúpula do PT.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Para concluir, Senador, todas as vezes que vejo essa conversa fiada de golpismo, de outras coisas mais – e hoje o Senador Flávio Arns falou sobre isto e sei que o Senador Cristovam já falou também, da necessidade de aprofundar as investigações –, digo que é uma coisa absolutamente ridícula. Nunca me senti golpista, quando, cumprindo até uma tradição da Esquerda, usava palavras de ordem nas ruas, palavras de ordem nas manifestações.

Então, que possamos realmente, do pouco que se conquistou da democracia representativa, que ainda não é democracia, porque não tem justiça social, ainda não é a democracia representativa porque Parlamentares vêm para cá vendidos para os setores econômicos poderosos e aqui comportam-se igualmente vendidos para setores poderosos também no Executivo ou no mundo empresarial, pelo menos, possamos fazer todo o protesto belo, legítimo, necessário para o combate à corrupção.

E, sem nenhuma filosofia relacionada à ética, até porque sempre nós, da Esquerda, tivemos um debate muito grande sobre se a ética do capital era a mesma do trabalho, sempre fez muito parte das nossas discussões e das polêmicas “ideologizadas” no mundo da Esquerda, mas que pelo menos possamos encarar este momento, como dizia Dom Pedro Casaldáliga, no auge da sua juventude de mais de oitenta anos: Ética na política, vergonha na cara e amor no coração.

Então, que todos nós sejamos capazes de viabilizar pelo menos isso, enquanto ação concreta: tanto o mais simples, que está aqui trabalhando, qualquer Parlamentar ou o mais simples cidadão, possa estar aqui contribuindo para eliminar, se não completamente, pelo menos minimizar as alternativas que são criadas, ou pelo vazio da legislação, ou pela legislação que é rasgada para viabilizar interesses escusos. Que possamos melhorar isso.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Heloísa Helena, fico feliz obviamente de ouvir o seu discurso. Quero apenas complementar. Primeiro, para dizer que estou totalmente de acordo com a sua indignação diante desse clima que vivemos. É preciso apurar tudo. Mas quero dar um passo além, coerente com o resto do seu discurso, aqui; por exemplo, com o seu projeto de garantia de creche para todas as crianças. É triste reconhecer, mas temos um débito com o regime militar. No regime militar, nós gostávamos de

política, a juventude fazia política, ia para as ruas. É triste dizer isso, mas a juventude se alienou. De repente, ela ressurgiu com esses *e-mails* que o Senador Mão Santa recebe. Eu também recebo centenas. É bom que ressurgja, mas, mais uma vez, o faz por uma razão que nos mostra como estamos atrasados. Ressurge contra a corrupção. Da outra vez foi contra o regime militar. Precisamos que essa juventude desperte também para uma corrupção invisível, clandestina, que é a corrupção nas prioridades. Estamos lutando aqui contra a corrupção no comportamento do Poder público e de políticos. É preciso que, um dia, lutemos contra a corrupção implícita nas próprias prioridades da política. Aquele famoso prédio do TRT, que terminou levando à cassação de Senadores e punindo juízes, era contra a corrupção do roubo que fizeram do dinheiro público. Mas é preciso lembrar que a construção daquele prédio já era uma corrupção em si. Em um País que precisa de água, de esgoto, de escola, quando se constrói um prédio de luxo para uma atividade pública, já é uma corrupção. Mesmo que ninguém roubasse nenhum dinheiro seria o roubo de um dinheiro que, em vez de servir a uma prioridade do povo, serviria a uma prioridade das elites. Eu gostaria que passasse logo esta crise, esta CPMI. Espero que possamos passar o Brasil a limpo, para que comecemos a brigar pelas prioridades, pela não-corrupção nas prioridades, pela ética nas prioridades e não apenas a ética no comportamento. Sei que o discurso de V. Ex^a tem sido coerente, lutando pelas duas éticas, a do comportamento e a das prioridades.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente, Senador Cristovam Buarque. E certamente foi isso que motivou a frase de Dom Pedro Casaldáliga, que citei há pouco, “ética na política é vergonha na cara e amor no coração”. E, portanto, é o respeito à legislação do País em vigor e o respeito ao espaço público para que ele não seja parasitado, privatizado ou tratado com se fosse uma caixinha de objetos pessoais para suas quadrilhas, corriolas, aparentados, apaniguados ou partidários, e o amor no coração, que é o debate grande que fazemos aqui.

É por isso que, para mim, é doloroso ver, identificar as opções que estão sendo feitas pelo atual Governo e pela cúpula palaciana do PT, porque ela introduz duas atitudes antiéticas, como o desrespeito à legislação em vigor, entregando o espaço público para ser apropriado, parasitado por quem nem tem competência, nem tem honestidade e que trata o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais para sua corriola e seus partidários. Da mesma forma, é um tipo de administração em que, sabemos todos nós, nunca a pocilga do capital comemorou e chafurdou

com tanta desenvoltura, porque houve não apenas a continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas o aprofundamento do projeto neoliberal.

Sei que V. Ex^a é como eu. Imagine o que é estarmos no ano 2005 falando em creche, em educação infantil para criança pobre de zero a seis anos, enquanto no mundo se fala em clonagem; escuta-se, pelo computador, o barulho de uma nave espacial; descobrindo um novo planeta, uma nova lua. No ano 2005, estamos tratando de mecanismos tão básicos, como educação infantil, tentando alterar a Constituição do País para que o Governo pense nas crianças pobres de zero a seis anos, que são as mais frágeis, as mais fracas, as que acabam sendo mais comprometidas pela pobreza e pela miserabilidade crescente.

Espero que a velha, maravilhosa e atual frase de Dom Pedro Casaldáliga possa, permanentemente, estar em nossas mentes e em nossos corações, pautando a nossa vida de uma forma geral.

Sr. Presidente, muito obrigada e desculpe-me por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Prorrogo a sessão por dez minutos para dar oportunidade de falar ao Senador Nezinho Alencar e, depois, ao Senador Mão Santa, por cinco minutos. Em seguida, encerraremos a sessão.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, fiz uma confusão tremenda em minha cabeça com relação ao Regimento Interno desta Casa. Primeiramente, eu achava que o Regimento determinava que a abertura das sessões fosse às 14 horas. Liguei a televisão ao meio-dia e a sessão já estava aberta. Antes, os Líderes falavam por cinco ou dez minutos. Hoje, falaram por 20 minutos. Portanto, fiz uma confusão tremenda. Não quero enveredar por aí, Sr. Presidente, mas gostaria de registrar minha preocupação em relação a isso.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Nezinho Alencar, gostaria de fazer um aparte para esclarecer V. Ex^a.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Nezinho Alencar, os Líderes, depois da Ordem do Dia, regimentalmente, falam por 20 minutos. Como hoje não houve Ordem do Dia, aqueles Líderes que se inscreveram posteriormente a esse horário falaram por 20 minutos. Então, é regimental.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Muito obrigado pela informação, nobre Senador.

Sr. Presidente, sou representante de um Estado pequeno, o Tocantins. No entanto, esse Estado também está representado aqui no Senado Federal e nós precisamos também usar a palavra para fazer nossas reivindicações. O Tocantins é um Estado pequeno, Sr. Presidente, mas se os Governadores cumprirem a meta estabelecida pelo nosso primeiro Governador, Siqueira Campos, as metas fiscais, com certeza, no ano de 2020, estaremos entre a sétima e oitava economia deste País. Melhoramos consideravelmente depois da nossa criação.

A nossa malha rodoviária encontra-se quase que totalmente asfaltada. No setor saúde, existe ainda um déficit muito grande. Temos um hospital construído na cidade de Palmas, que ainda não está funcionando por falta de equipamento. O déficit é muito grande.

O que me traz hoje a esta tribuna é a questão da educação. Quando o Estado do Tocantins foi criado, na região conhecida como Bico do Papagaio, que é a congruência dos rios Araguaia e Tocantins, lá no norte do Estado, o índice de analfabetismo alcançou 89%, uma criança morria de febre, de malária. E, hoje, lá no Bico do Papagaio, o índice de analfabetismo não alcança 10%.

Mas nós temos um problema muito sério, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é o ensino superior. Foi criada, há dois ou três anos, a Universidade Federal do Tocantins: são apenas 258 professores e mais 96 do concurso em andamento e 8.121 alunos, conforme dados de maio de 2004.

Temos campus nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Essas escolas funcionam de forma precária, mas estão funcionando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me desse mais alguns minutos para que eu conclua o meu raciocínio.

A cidade de Guaraí, onde moro, lamentavelmente, teve de municipalizar os cursos superiores lá existentes, assim como também a cidade de Colinas. Há três cursos superiores funcionando na cidade de Colinas e cinco, na minha cidade de Guaraí.

Aquelas escolas têm mais de mil alunos cada uma e agregam alunos das cidades vizinhas, porque a procura é muito grande.

Tentamos, por meio de audiência com o Sr. Ministro da Educação, Tarso Genro, sugerir a viabilidade

de que essas duas unidades de ensino superior sejam incorporadas à Universidade Federal do Estado ou sejam federalizadas. O Sr. Ministro nos informou que não havia possibilidade nem de federalizar nem de arrancar recursos para o ano de 2006, porque estaria federalizando 11, 12 ou 13 faculdades no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naqueles dois Municípios, há famílias pobres e carentes que vão, às vezes, limpar quintal para pagar a mensalidade dos seus filhos na faculdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O clamor é muito grande. Estudantes abandonam o curso no meio porque não têm condições de pagar a mensalidade. As mantenedoras, até há dois anos, eram as Prefeituras. Contudo, elas não tiveram condições financeiras de se manter e, então, transformaram-se em fundações. Portanto, são obrigadas a cobrar a mensalidade daqueles alunos.

Aproveitando os últimos segundos que tenho para falar, peço o empenho desta Casa no sentido de que me ajude a federalizar aquelas unidades de ensino ou de que me ajude a incorporar a Universidade Federal do Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar muito mais. Lamentavelmente, porém, houve essa questão em que voltarei a insistir.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Na próxima vez.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Está certo. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e encerro minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alberto Silva, Senador do Piauí, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, Senador Alberto Silva, V. Ex^a fica bem aí. Acredito que deveríamos pensar em senadores vitalícios, como há em Roma, na Itália. Norberto Nobbio foi um exemplo.

Agorinha, Senador Cristovam Buarque, Heloísa Helena falou do Bispo Pedro Casaldáliga. Que definição, que experiência a dos mais velhos: “ética, vergonha na cara e amor no coração”.

Senador Alberto Silva, atentai bem, ouvimos o Presidente falar do espetáculo do crescimento, mas o que houve foi o crescimento do espetáculo.

Temos muito que fazer, ainda, Senador Alvaro Dias. E ali, Alberto Silva, na tecnologia, pesquisávamos no computador, no *site* do Senador Alvaro Dias, os resultados de uma enquete. Senador Cristovam Buarque, atentai bem: 97,14% acreditam no “mensalão”. Para que contrariar os fatos?

1 – ESPETÁCULO DO DESEMPREGO

Dois milhões e 700 mil estão desempregados nas seis maiores capitais do País, segundo o IBGE. O desemprego atinge 20,6%, como nunca dantes.

2 – ESPETÁCULO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Renda dos 10% mais pobres cai seis pontos percentuais, enquanto a renda dos 10% mais ricos aumenta 2,9%. Senador Alvaro Dias, são os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

3 – ESPETÁCULO DA MORDOMIA

É a mordomia deslumbrada do PT. Alberto, V. Ex^a é professor de Matemática. Sabe a quantas casas populares correspondem R\$176 milhões, agora? A 8,8 mil casas populares, ou seja, 50 mil brasileiros deixaram de ter habitação por uma vaidade.

4 – O ESPETÁCULO DO EMPREGUISMO

República dos Companheiros. Mais de 20 mil militantes petistas são nomeados. Além disso, são criados três mil novos cargos de confianças e 20 Ministérios, pela primeira vez em 500 anos de Brasil, Cristovam Buarque. Havia 14, 15, 16 e Collor diminuiu. Essa é a verdade.

5 – ESPETÁCULO DE INVASÕES

Diz respeito ao título de propriedades.

6 – ESPETÁCULO DO ARROCHO E DO DESCASO

Senador Alberto, adota-se a política do descaso com os investimentos. Apenas 1,17% dos recursos previstos em infra-estrutura foram gastos.

7. ESPETÁCULO DO AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

São 76 impostos, Alberto.

Recebi um *e-mail* dos Estados Unidos – atentai à novela “América”, Cristovam Buarque –, que diz: “Senador Mão Santa, não são só 76. Nós trabalhamos aqui, pagamos Imposto de Renda nos Estados Unidos e, chegando no Brasil, do dinheiro que mandamos para os nossos familiares é cobrado Imposto de Renda”.

8 – ESPETÁCULO DA CONTRADIÇÃO

Em vez de mudar a política econômica, está aí. Brizola morreu dizendo, Cristovam Buarque: “Elegermos Lula para mudar o Brasil”. Mas Lula mudou de lado: do lado do trabalhador, ele passou para o lado dos banqueiros, essa é a verdade.

9 – ESPETÁCULO DA HUMILHAÇÃO E DA PERSEGUIÇÃO AOS IDOSOS

Os aposentados e os idosos aí estão, taxados e intranquilos.

10 – ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO NEGATIVO

O Brasil não está a crescer.

11 – ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO E DA FALTA DE ÉTICA

É, nunca, dantes, em 505 anos, se viu tamanha falta de vergonha na cara e amor no coração, como disse o Bispo.

12 – ESPETÁCULO DA INSENSIBILIDADE SOCIAL

Programa Fome Zero tirou zero, mesmo. Se não há nem dinheiro para comprar o gás, que é o mais caro do mundo, para cozinhar, vai comer cru? Não, Lula.

13 – ESPETÁCULO DA MENTIRA E DA HIPOCRISIA

Pensando naquilo que Goebbels, ministro de Hitler, dizia: “Uma mentira repetida se torna uma verdade”, inventaram Duda Mendonça para ser a luz do PT e esqueceram a luz que está ali, do saber. Quis Deus que Sócrates dissesse que só há um grande bem, que é o saber – e o PT despreza o saber –, e que só há um grande mal, que é a ignorância – e a ignorância do PT é audaciosa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 071/05

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Jorge, pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, como membro titular, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Antes de encerrar a sessão, quero apanhar a dica do Senador Mão Santa, quando declarou que estamos recebendo *e-mails* do País inteiro, a respeito das nossas palavras no plenário do Senado.

Também tenho recebido muitos. Mão Santa leu uns três e houve um que me tocou muito de perto. Ele vem do Rio de Janeiro e diz:

Excelentíssimo Sr. Dr. Engenheiro, Senador Alberto Silva, o Brasil é uma Nação VIÁVEL em face da conduta de um homem público como a de V. Ex^a.

Honra o Brasil o seu patriotismo. Vejo sempre a
TV Senado, com sua fala verdadeira.

Obrigado, Francisco Moraes. Sua mensagem vai
para os Anais do Senado.

Francisco Moraes, um cidadão brasileiro.

É a seguinte a correspondência lida:

Rio de Janeiro, RJ, 20/6/05

Exmo. Sr. Dr.
Engenheiro Juvenal
Alves da SILVA.

O Brasil é uma
moça VIÁVEL em face
a conduta de homens
públicos como o de V. Exa

Honra o Brasil o seu
patriotismo. Vejo sempre a
TV. Senado, com sua fala
verdadeira.

Francisco F. Moraes
O cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, desejo registrar nos anais desta Casa acontecimento para o qual quero chamar a atenção do Ministério do Meio Ambiente, mais particularmente do IBAMA. Trata-se da reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do meu Estado, ocorrida recentemente no Campus Universitário da UNIPAR, na cidade de Guairá/PR, com representantes da Associação de Proteção dos Ilhéus da Ilha Grande e do próprio IBAMA, para tratar de assunto pertinente ao pagamento das indenizações devidas pela União às famílias desalojadas da Ilha Grande, no Entorno do Lago Itaipu, por ocasião do Decreto de 1967, que criou o Parque Nacional de Ilha Grande. As famílias desalojadas naquela época não receberam até hoje as indenizações que lhe são devidas e é fácil imaginar-se as agruras pelas quais estão passando, diante de sucessivos governos que jamais tiveram a sensibilidade de atentar para o seu sofrimento. A reunião, presidida pelo deputado José Domingos Scarpellini, contou com a participação do deputado Ademir Bier; do Prefeito de Guaira, Fabian Persi Vendrusculo; do gerente executivo do IBAMA/PR, Marino Eligio; do Coordenador Geral de Regulamentação Fundiária do IBAMA, Boris César; do representante da APIG, Eduardo Orti, além de vereadores da região e grande numero de ilhéus. A tônica de todos os pronunciamentos foi o drama das famílias com a falta de pagamento das indenizações devidas pela União, passados já tantos anos da perda de suas terras, de suas casas e de seus pertences. Os ilhéus desapropriados clamaram por justiça, reclamando os seus direitos. O que esperam é que o IBAMA, que tem revelado boa vontade, mas que não traduz esse sentimento em algo concreto, venha romper com os entraves burocráticos e proceda ao pagamento das indenizações. Entende-se, senhor presidente, senhores senadores, que exista um trâmite a ser obedecido para o pagamento das indenizações e louve-se mesmo a iniciativa do IBAMA de criar uma Comissão para cuidar do assunto. Sabe-se que existem mais de 600 processos aos quais se devem juntar certidões para se proceder a vistoria das terras desapropriadas, para o

fim do pagamento, mas convenhamos que já se passou tempo suficiente para que o IBAMA concluísse esse trabalho, tirando da angústia centenas de famílias que necessitam receber suas indenizações para manter o ritmo normal de suas vidas. O estranho nisso tudo é que, como bem observou o lavrador Eduardo Orti, representante dos ilhéus, as terras desapropriadas tinham sido tituladas pelo Incra e o próprio IBAMA elegeu Ilha Grande como uma das quatro prioridades nacionais para o pagamento. Mas, apesar disso, o tempo tem passado e nenhuma solução é dada para o impasse. O líder disse, também, que a associação criada para a defesa dos interesses dos ilhéus atua dentro da ordem e da lei, mas não aceita que o Governo continue a desrespeitar os direitos de seus associados e pediu esforços de todos para uma solução negociada. Mas houve quem, na reunião, se manifestasse desiludido com o governo Lula. Um cidadão do povo, que se apresentou apenas com o nome de Eufrásio, disse que depositou esperança no Governo Lula para que os direitos dos ilhéus desapropriados de suas terras fossem enfim respeitados, mas começa a se desencantar porque o tempo está passando e o Governo age da mesma forma de outros do passado, frustrando o legítimo anseio de receber a indenização por suas terras desapropriadas. Vale ressaltar, também, o desabafo de outro ilhéu, presente à reunião, o Sr. Antonio Vieira da Silva, que desabafou: “Desde 1997, o Ibama só aparece para enganar”; enquanto houve quem invocasse o Estatuto do Idoso para pedir o imediato pagamento das indenizações, argumentando que os ilhéus desapropriados estão ficando velhos e, por consequência, necessitando de amparo e, sem o pagamento das indenizações, vêm-se mergulhados em situação de miséria. O que não faltaram, enfim, na reunião dos moradores desapropriados, foram críticas à atuação do Ibama, com acusações de que o órgão, ao contrário de agilizar os procedimentos, cria cada vez maiores obstáculos burocráticos, retardando indefinidamente o pagamento das indenizações. Outro orador, representante das lideranças, foi Pedro da Mata, vice-prefeito de Altônia, que levantou a questão de uma senhora da ilha que hoje não consegue ser reconhecida como trabalhadora rural porque mora no Parque Nacional e não é considerada como tal. Ele defendeu a tese de que os ilhéus que sempre viveram da agricultura de subsistência sejam reconhecidos como trabalhadores rurais.

Ao final da reunião foi aprovada a sugestão da vinda a Brasília de uma Comissão para reivindicar junto ao Presidente Lula e à Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, a adoção de medidas concretas para o pagamento das indenizações.

Espero, sinceramente, senhor presidente, senhores senadores, que esta comissão obtenha êxito e que consiga, finalmente, sensibilizar estas autoridades para o drama em que vivem centenas de famílias do meu Estado que não pedem outra coisa senão aquilo que lhe é devido, ou seja, a justa retribuição financeira pela desapropriação de suas terras.

Era o que tinha a comunicar.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meros entraves burocráticos são no Brasil impedimentos para o normal andamento de ações e trabalhos de natureza filantrópica. Por vezes, desanimam pessoas e entidades que se dedicam à educação e à assistência social.

Em Manaus, Capital do meu Estado, uma instituição salesiana, o Pró-Menor Dom Bosco, mantida com doações e convênios, enfrenta exatamente esse intrincado problema de filigranas burocráticas.

Há dois meses – para mencionar só um caso – o Pró-Menor Dom Bosco tenta sem êxito liberar dois motores que recebeu em doação de uma instituição do exterior.

Os motores, que fazem muita falta ao Pró-Menor, encontram-se retidos no porto de Manaus desde abril, com toda a documentação em ordem. Só não está em ordem a prestação das autoridades alfandegárias. E os motores correm risco de deterioração pela ferrugem.

Na semana passada, levei o caso ao conhecimento do Ministro Luiz Fernando Furlan, pedindo seu empenho para a pronta liberação dos motores do Pró-Menor de Manaus.

Conheço o trabalho desenvolvido no Amazonas por essa instituição, que atende a crianças carentes do Estado. É um trabalho meritório e que precisa ser preservado.

Que se desenrolem os trâmites burocráticos com urgência, já que, não há dúvida, não se trata de nada ilegal.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

OS Nº 13971

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representante do Pará e, portanto, amazônida, falo hoje muito à vontade sobre um dia de suma importância, especialmente para a minha região, e que pode ser o melhor exemplo da falta de articulação que marca o atual Governo.

Falo da Ordem do Dia da última quarta-feira, 15 de junho, em que ficou mais do que evidente o desconcerto do Governo petista do Presidente Lula. Falo do Projeto de Lei de Conversão à MP nº 239, de que fui Relator.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a aprovação era de interesse do Governo, que, no entanto, demonstrou pouco esforço ou não soube, em sua soberba, caracterizar a importância da aprovação da MP, que caducaria no dia 20 de junho, segunda-feira passada.

O Governo Lula, sabem os Srs. Senadores e Senadoras e sabe a Nação, tem número suficiente para aprovar nesta Casa as matérias de sua iniciativa. Tem número, mas não tem humildade nem se esforça para que as votações possam fluir sem risco para os propósitos governistas.

A MP nº239, como todos sabiam, versava sobre as unidades de conservação da natureza, matéria de fato importante para a preservação das reservas ambientais brasileiras.

Fui relator desse projeto, Senador Cristovam Buarque, e, após examinar detidamente o seu mérito, entendi procedente o substitutivo proveniente da Câmara, proposição amplamente debatida e acordada pela nossa Bancada naquela Casa. Honrei o compromisso assumido pela liderança do Partido no Senado no sentido de apoiar, na integralidade, o texto procedente da Câmara.

Esta posição, favorável ao texto da Câmara, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, foi comunicado à Ministra Marina Silva – por meio de sua assessoria par-

lamentar – ao Presidente Renan Calheiros – por mim diretamente – e ao Líder Aloizio Mercadante.

No entanto, ao longo da discussão da matéria no Senado, fui abordado por Senadores que divergiam da aprovação do texto procedente da Câmara. Busquei, ao longo da semana, com a ajuda permanente de nosso Líder, o consenso para que a votação no plenário ocorresse da forma mais tranqüila possível.

Não posso deixar de mencionar e enaltecer a grandeza da Bancada do PFL, cuja posição foi significativa para reconhecer a relevância e importância da matéria, especialmente dos eminentes Senadores José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Heráclito Fortes e José Jorge.

Dessa forma, a matéria foi aprovada na quarta-feira passada, sem ser adiada, como se postulava, porque houve empenho, muito empenho. Não da Liderança do Governo. O grande artífice que nos conduziu à votação foi a Bancada de Oposição, a partir do empenho de seus Líderes.

Ficou, pois, muitíssimo claro que a Oposição brasileira da atualidade em nada se assemelha à velha Oposição petista. É uma Oposição responsável, que grita pela governabilidade.

Esta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a grande verdade do Brasil de hoje: o Governo está à deriva, sem que o timoneiro nem seus líderes percebam. Millôr Fernandes, na revista **Veja** desta semana, retrata a situação atual dizendo: “Esse governo é um barco a três. Um olha prum lado, outro rema pro outro. Sem patrão.”

Nobre Senador Mão Santa, o autoritarismo desse Governo é também cego e não permite que seus integrantes percebam que eles, os do PT, só logram êxitos no Legislativo por conta das Oposições, que se colocam no único caminho que, para nós, oposicionistas, tem validade. É o caminho da construção. Em favor do Brasil.

Quanto às lideranças e bancadas governistas, sua linguagem é apenas a que vem de uma cartilha, algo tão em voga no Governo, a cartilha da soberba. Pensam que podem tudo e o seu Governo só não desmorona porque há, aqui, uma oposição responsável.

Em diversas ocasiões, como na noite de terça-feira, surgem, aqui, as perguntas que deveriam constrianger a base aliada: **Por onde anda a maioria governista?**

A resposta, infelizmente, é uma só: devem estar em algum lugar, menos em plenário, maquinando

esquemas para sufocar as minorias, Presidente Tião Viana, como fizeram na eleição dos dirigentes da CPMI dos Correios. A tarde do grande blefe! O Governo sozinho na CPMI que já tem apelido, nascido no próprio PT: a CPMI Chapa Branca.

A base governista, diga-se a verdade, desrespeita as minorias e, sobretudo, o povo brasileiro. E essa base é a mesma que não vem votar aqui e, por isso, passa a depender das Oposições, mas nega às Oposições o direito de ocupar posições na CPMI dos Correios.

Foi o povo quem elegeu, Senador Mão Santa, uma Oposição para fiscalizar legitimamente os atos do Governo. Nós aqui estamos. A base aliada governista some. Não tem tempo para o Brasil.

Que se registre, pois, com o meu testemunho de Relator da MP 239: não foi a base aliada quem garantiu a sua aprovação. Não fosse a postura responsável das Oposições, o Governo seguramente estaria, agora, amargando mais uma derrota.

A medida foi aprovada porque aqui houve o reverso do que seria a linguagem da antiga Oposição petista. O reverso foi traduzido no esforço do Líder oposicionista Arthur Virgílio, esse extraordinário homem da Amazônia e, também, um Parlamentar que tem a visão voltada para o bem do Brasil.

Ao Governo, não os louros da vitória. Ao Governo fica mais uma lição. Uma lição que, como as outras, acabará por ficar no esquecimento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a está sendo muito feliz quando demonstra ao País o valor da Oposição. Eu pediria a V. Ex^a que fizesse uma reflexão. Rui Barbosa, que foi um dos ícones da Proclamação da República, foi Ministro da Fazenda de Deodoro e, depois, de Floriano, quando percebeu que queriam um continuísmo militar, disse: “Estou fora! Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Então, ele passou mais de 30 anos nas Oposições, fazendo a grandeza da democracia e deste Parlamento em que estamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa, pelo aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento.

Afinal, o Governo que aí está é o Governo do Desconcerto, nobre Senador Azeredo.

Desconcerto, sabemos, Presidente Tião Viana, significa desordem, desarranjo, transtorno, desarmonia, discordância. Ou seja, o retrato de corpo inteiro do Governo petista do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA PUBLIQUE-SE
Nº 010, DE 2005

CHEFE DE GABINETE

Consolida e atualiza a legislação dos serviços de transporte do Senado Federal, estabelece as atribuições da Coordenação de Transporte e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentares e regulamentares, RESOLVE consolidar e atualizar a legislação dos serviços de transporte do Senado Federal e estabelecer as atribuições da Coordenação de Transporte conforme o estabelecido a seguir:

Art. 1º - Este Ato disciplina a classificação, o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário do Senado Federal, define os condutores e suas responsabilidades, os procedimentos em caso acidente, envolvendo veículo da Casa, estabelece as atribuições da Coordenação de Transporte, além de outras disposições.

CAPÍTULO I
DOS VEÍCULOS

Art. 2º - Os veículos automotores de transporte rodoviário do Senado Federal são classificados, operacionalmente, nas seguintes categorias:

- I – veículos de representação, de uso exclusivo do Presidente do Senado Federal;
- II – veículos de natureza especial, de uso dos Senadores, do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Mesa;
- III – veículos de serviço, destinados ao transporte de materiais do Senado e de pessoal em serviço.

§ 1º - É vedada a concessão de outro veículo nos casos de acumulação de cargos diretivos na Mesa ou de liderança partidária, salvo na hipótese do inciso I deste artigo.

§ 2º - A eventual utilização de viatura de serviço por órgãos que já dispõem de veículo, incluindo os gabinetes parlamentares, deverá ser precedida de autorização do Primeiro Secretário.

Art. 3º - É obrigatório o recolhimento à Coordenação de Transportes dos veículos de que trata este Ato:

- I – nos finais de semana, de sexta-feira à noite até a manhã de segunda-feira;
- II – nos feriados; e
- III – quando o Senador estiver ausente do Distrito Federal;

§ 1º - Excluem-se do recolhimento de que trata este artigo:

- a) o veículo de serviço que atende a órgão de funcionamento ininterrupto, devidamente autorizado pelo Diretor-Geral;
- b) o veículo de natureza especial cujo Senador, a seu critério e sob sua responsabilidade, solicitar ao Primeiro-Secretário, por escrito, o não recolhimento.

§ 2º - Nas situações em que o titular eventualmente não puder efetuar o recolhimento do veículo, o órgão deverá apresentar justificativa no prazo de 03 (três) dias à Coordenação de Transportes que, em caso de não acolhimento justificativa, comunicará o fato à Primeira-Secretaria, se veículo de natureza especial, e à Diretoria-Geral, se veículo de serviço, a fim de que seja apurada a responsabilidade.

CAPÍTULO II DOS CONDUTORES

Art. 4º - Os veículos do Senado Federal serão conduzidos por:

I – servidores integrantes da categoria funcional de Técnico Legislativo, Área de Segurança e Transportes, Especialidade Segurança, mediante prévia autorização do Diretor-Geral;

II - servidores, investidos de Cargo em Comissão de Motorista, com remuneração correspondente à do cargo de Assistente Parlamentar AP-5;

III – funcionários terceirizados, contratados especificamente para esta função;

IV – ocupantes dos demais cargos do Quadro do Pessoal do Senado Federal ou por outros servidores públicos, requisitados ou conveniados, desde que previamente autorizados pelo Diretor-Geral.

§ 1º – Os condutores deverão portar Carteira Nacional de Habilitação válida e de categoria correspondente ao tipo de veículo conduzido.

§ 2º - os servidores mencionados no item II deste artigo deverão, por ocasião da nomeação, ser encaminhados, por intermédio da Secretaria de Recursos Humanos à Coordenação de Transportes, para fins de cadastramento e orientações pertinentes e, da mesma forma, por ocasião da exoneração, para fins de verificação de pendências e emissão de nada consta, cujo documento constitui-se em quesito para a liberação do ex-servidor.

§ 3º - os servidores mencionados no item IV deste artigo deverão ser encaminhados, por intermédio da Diretoria diretamente interessada e, da mesma forma, por ocasião do desligamento, para fins de verificação de pendências e emissão de nada consta, cujo documento constitui-se em quesito para a liberação do servidor.

§ 4º - A substituição de motorista nos órgãos que já dispõem desse profissional deverá ser precedida de comprovante, especificando, devidamente, que esse último encontra-se em gozo de férias ou em gozo de quaisquer das licenças previstas em lei.

CAPÍTULO III DA MANUTENÇÃO, COTA DE COMBUSTÍVEL E PROCEDIMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULO ENVOLVIDO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO

Art. 5º - As despesas com a manutenção dos veículos de que trata este Ato serão acolhidas por intermédio das dotações orçamentárias do Senado Federal.



§ 1º - A manutenção dos veículos a ser executada ou supervisionada pela Coordenação de Transportes compreende:

- a) os serviços de mecânica geral, lanternagem e pintura;
- b) a troca de peças, materiais, lubrificantes e pneus;
- c) o abastecimento de combustível;
- d) a lavagem de veículos.

§ 2º - Para os veículos de natureza especial e oficial a quota diária de combustível é fixada em 25 (vinte e cinco) litros de gasolina, de segunda a sexta-feira, sendo vedado (a):

- a) a antecipação e a acumulação de quotas;
- b) o abastecimento aos sábados, domingos e feriados, salvo na hipótese de realização de Sessão do Senado Federal ou do Congresso Nacional nesses dias.

Art. 6º - O veículo envolvido em acidente de trânsito deverá ser imediatamente recuperado, de modo a não prejudicar a continuidade do atendimento aos parlamentares e demais órgãos da administração, sendo o responsável obrigado a recolher a importância que lhe cabe, se for o caso, como resultado do laudo pericial, observado o disposto na lei.

Art. 7º - O condutor responsabilizar-se-á pelas despesas decorrentes de danos ao veículo do Senado Federal e de terceiros, nas situações em que ficar comprovada imprudência, negligência ou imperícia na condução do veículo.

Art. 8º - A Coordenação de Transporte obriga-se a substituir apenas os veículos de natureza especial que estiverem em manutenção e cujo titular encontre-se no Distrito Federal.




CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE EM CASOS DE MULTA

Art. 9º - O Senado Federal, por intermédio da Coordenação de Transportes, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 26 de 2003, ao ser notificado por infração de trânsito, identificará o motorista responsável, o qual arcará com o ônus da multa, na forma da lei.

Parágrafo Único - Quanto aos motoristas terceirizados, o pagamento da multa obedecerá às disposições contratuais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - A Coordenação de Transportes providenciará o controle diário do deslocamento de cada veículo, com o registro das seguintes anotações em fichas próprias:

- a) finalidade do serviço;
 - b) identificação do veículo, do motorista e do órgão requisitante do serviço;
 - c) hora de saída e de chegada;
 - d) local de origem e de destino;
 - e) quilometragem rodada;
 - f) vistoria do veículo.
- 
- 
- 

§ 1º - Nos casos de veículos de serviço que se encontram à disposição de órgão específico, o controle de que trata este artigo será de sua exclusiva responsabilidade.

§ 2º - O controle mencionado no parágrafo anterior estender-se-á à identificação do condutor, responsável pelo cometimento de infrações de trânsito.

Art. 11 - É vedada a saída de veículos de natureza especial e de serviço além do entorno do Distrito Federal, salvo em casos de comprovada emergência, a juízo do Primeiro-Secretário.

Parágrafo Único - Considera-se como entorno, para efeito deste artigo, locais com distância de até 100 (cem) quilômetros, contados a partir do Senado Federal.

Art. 12 - Os titulares e/ou seus substitutos dos órgãos da administração serão os únicos responsáveis para efetuar as requisições de veículos de serviço, na forma definida pela Coordenação de Transportes.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES E DE SEUS ÓRGÃOS SUBORDINADOS

Art. 13 - À Coordenação de Transportes, órgão subordinado à Secretaria de Serviços Gerais, compete orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com a guarda, manutenção, conservação e operação dos veículos do Senado Federal; fiscalizar a prestação de serviços, bem como opinar, obrigatoriamente, nos processos de renovação da frota e aquisição de veículos automotores; prover a salvaguarda do patrimônio e da documentação sob sua responsabilidade; executar o controle, junto ao DETRAN/DF, das infrações atribuídas à frota; promover o transporte dos Senadores; prestar suporte às demais unidades da Casa, nas áreas de sua competência; executar o transporte dos serviços do Senado Federal de acordo com as determinações da Comissão Diretora e da Diretoria Geral.

Parágrafo Único - São órgãos da Coordenação de Transportes:

- I - Gabinete;
- II - Serviço de Apoio Administrativo;
- III - Serviço de Gerenciamento de Dados e Arquivo;
- IV - Serviço de Manutenção de Veículos;

Art. 14 - Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação do seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar outras tarefas de suporte vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 15 - Ao Serviço de Apoio Administrativo compete elaborar, receber, controlar e distribuir o expediente do órgão; elaborar e controlar a estatística dos serviços prestados pelo órgão; adotar as providências necessárias junto aos demais órgãos, quando do envolvimento de veículos do Senado Federal em acidente de trânsito, inclusive com as diligências que se fizerem necessárias; organizar e controlar a documentação dos veículos do Senado Federal e a sua disponibilidade para os serviços de despachante e para as autoridades de trânsito; providenciar o registro, controle, requisição e distribuição do material utilizado pelo órgão, elaborando mapas estatísticos mensais; gerir os contratos com a área de atuação da Coordenação; controlar a movimentação dos veículos do Senado Federal.

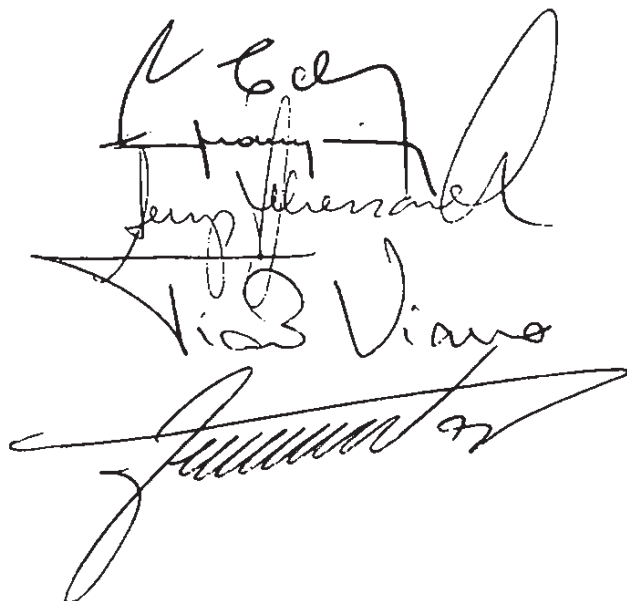
Art. 16 - Ao Serviço de Gerenciamento de Dados e Arquivo compete executar o processamento de dados; registro de entrada e saída da frota; registro e credenciamento dos motoristas que conduzem veículo oficial do Senado Federal; controlar as infrações de trânsito atribuídas à frota; supervisionar o consumo de combustíveis, através dos registros em sistema, atualizados diariamente; executar outras tarefas correlatas.

Art. 17 - Ao Serviço de Manutenção compete realizar, no limite da capacidade técnica, os serviços de mecânica, lanternagem, pintura, elétrica, borracharia, lubrificação, lavagem e conservação dos veículos; prover o controle da manutenção da frota, no que tange às revisões corretivas e preventivas, bem como as de cunho obrigatório e gratuita, realizadas nas oficinas autorizadas pelas fábricas; promover vistorias periódicas nos veículos, com vista a identificar possíveis avarias; controlar, armazenar e conservar ferramentas e equipamentos necessários ao serviço; fiscalizar os serviços realizados por terceiros, decorrentes de contratos firmados pelo Senado Federal, em articulação com o Serviço de Apoio Administrativo; executar as diligências que se fizerem necessárias; executar outras atividades correlatas.

Art. 18 - Revogam-se o Ato 08 de 1996 da Comissão Diretora e demais disposições em contrário.

Art. 19 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 23 de junho de 2005.



Handwritten signatures of the members of the Comissão Diretora, including names like Carlos, Fernando, and Viana.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que o último Ato da Comissão Diretora, que dispõe sobre os veículos automotores de transporte rodoviário do Senado Federal, remonta a 1996 (Ato nº 08/96);

Considerando as mudanças ocorridas ao longo desse tempo, tais como a extinção do quadro de motorista do Senado Federal, através do art. 2º, do inciso II, da Resolução 63 de 1997, publicada em 27 de junho de 1997;

Considerando o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 33, de 2002, resolvendo que *"A função comissionada de motorista da estrutura dos gabinetes dos Senadores poderá, a critério do titular do gabinete, ser preenchida, de forma alternativa, por 01 cargo em Comissão de Motorista, com remuneração correspondente à do cargo de Assistente Parlamentar – AP-5"*;

Considerando o Ato da Comissão Diretora nº 34, de 18 de novembro de 2003, que estabelece que os servidores Técnicos Legislativos, Especialidade Transportes, **passam a integrar a Especialidade de Segurança**, não mais havendo, portanto, a Especialidade Transportes (motorista), no quadro do Senado Federal

Considerando a criação da Coordenação de Transportes, por intermédio do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 24 de fevereiro de 2005;

Considerando o fato de ter havido terceirização em parte da atividade de transportes;

Considerando a necessidade de melhor disciplinar as atividades da Coordenação de Transportes para viabilizar um atendimento eficiente, com o menor custo possível, às crescentes demandas do Senado Federal;

Faz-se necessária a viabilização do Ato, ora proposto, para que a Coordenação de Transportes se valha da jurisprudência pertinente, no que tange ao gerenciamento dos servidores de transportes no Senado Federal.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 089 , DE 2005

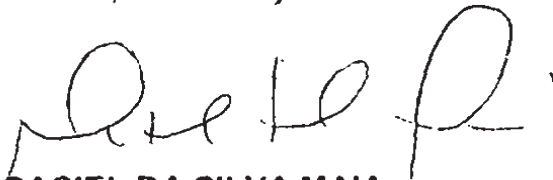
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor MARCO ANTONIO MENDES CAVALEIRO FILHO, matrícula 183511, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 42, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergonômicos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 090 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

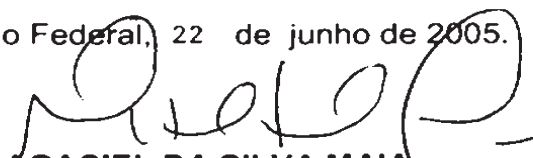
R E S O L V E:

I - Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 54, de 2005, do Diretor-Geral, encarregada de analisar, propor ações e as soluções necessárias para a melhoria do atual Sistema de Voz e Imagem nos Plenários – VIP.

II – Designar os servidores João Carlos Barizon, matrícula 54516 e Joverlândio Nunes de Souza, matrícula 54619, como membros da presente Comissão Especial.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 17 de junho de 2005.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 091 , DE 2005**

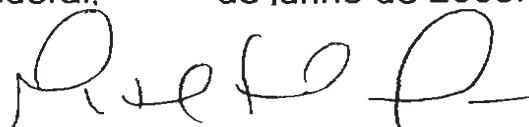
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º Suprimir o art. 4º, da Portaria nº 53, de 2005, do Diretor-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 18 de abril de 2005.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****PORTARIA****Nº 092 , DE 2005**

O SENHOR DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar o servidor **VIVALDO DE PALMA LIMA**, Técnico Legislativo, matrícula 3173, com a finalidade de atuar como Membro na conclusão do Relatório Final dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 50, de 2005, incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 004267/04-4, em substituição ao servidor **LUIS FERNANDO VEIGA AVALONE**, Técnico Legislativo, matrícula 2741, por motivo de afastamento em decorrência de licença médica,

Senado Federal, 22 de junho de 2005

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 093, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e considerando o expressivo volume de serviços e providências a serem realizados pela Comissão Especial de Leilão, nomeada por meio da Portaria nº 78, de 2005,

RESOLVE:

Autorizar o seu Presidente a proceder a nomeação de mais 5 (cinco) membros para integrarem a referida Comissão, com efeitos a partir de 06 de junho de 2005.

Senado Federal, 22 de junho de 2005


**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2809 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009626/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor VICTOR HUGO VIEIRA MOURA, matrícula 55132, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Biblioteca, a partir de 21 de junho de 2005, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2810 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009682/05-8,

RESOLVE designar a servidora ANA CLAUDIA COSTA BADRA, matrícula 37520, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Biblioteca, a partir de 21 de junho de 2005.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.



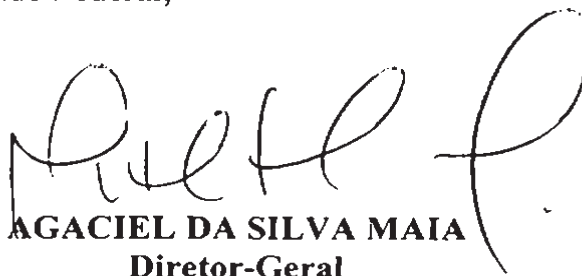
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2811, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009604/05-7,

RESOLVE designar o servidor **MARCO CESAR SGRECCIA**, matrícula 26983, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, a partir de 16 de junho de 2005.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2812, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009304/05-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERLAINE DO CARMO SANTOS COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005.



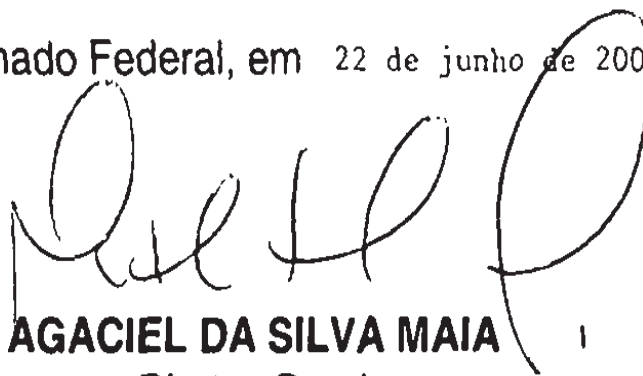
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2813 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006184/05-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1770, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3215, de 15/04/2005, que nomeou **NARJARA DE LIMA FAGUNDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2814, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, ~~no uso~~ de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - designar os servidores **PEDRO RICARDO ARAUJO CARVALHO**, matrícula nº 50560 e **JOSÉ MILTON DE MORAES NETO**, matrícula nº 50651, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Convênio nº 008/2004, celebrado entre o Senado Federal e o Governo do Distrito Federal, em substituição aos servidores **CLAYLTON ZANLORENCI**, matrícula nº 18329, e **ALEX ANDERSON COSTA**, matrícula nº 50912, designados pelo Ato do Diretor-Geral nº 1440/2004.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 22 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2815, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009837/05-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JANETE ALMEIDA DO NASCIMENTO**, matrícula n.º 181174, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2816 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009786/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE WILTON SAID DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2817 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009834/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EUGÊNIA FOLONI AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



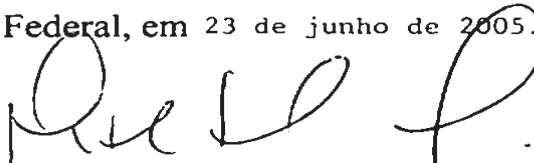
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2818 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009838/05-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADILSON BERNERT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.

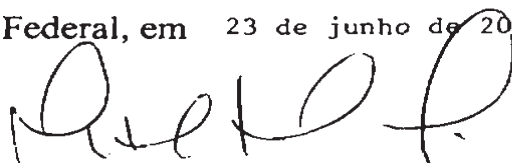

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2819 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009811/05-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLAVIANO ANTONIO SILVA MEIRELES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2820 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

RESOLVE:

nomear **CARIN LEINIG CAVALCANTI CORREA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-1, do Gabinete da Presidência, do Senado Federal.

Senado Federal, 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2821 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 174, de 2003, **RESOLVE** manter o servidor **CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO**, matrícula nº 4479-1, na Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 29 de março de 2005.

Senado Federal, 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2822 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 174, de 2003, **RESOLVE** manter o servidor **ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES**, matrícula nº 5341-0, na Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 29 de março de 2005.

Senado Federal, 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2823 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 009375/05-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a MP n.º 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a **DOLORES DELDUQUE NOGUEIRA**, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor **LUIZ CARLOS AMORA NOGUEIRA**, matrícula 45590-ERGO, a partir da data do óbito, 31/05/2005.

Senado Federal, 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2824 de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF n.º 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo n.º 1901/05-2, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, **CÍCERO GOMES PREIRA**, matrícula 8427, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b", da Emenda Constitucional n.º 20 de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional n.º 41 de 2003, com as vantagens das Resoluções-SF n.ºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

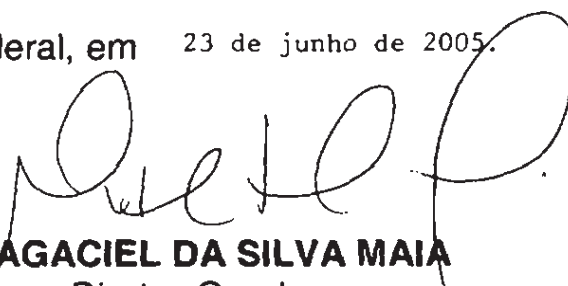
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2825 , DE 2005.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.902/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1412, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal n.º 3202, de 29/03/2005, que nomeou **IACI DE ARRUDA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Liderança do PDT, nos termos do Art. 117, X, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



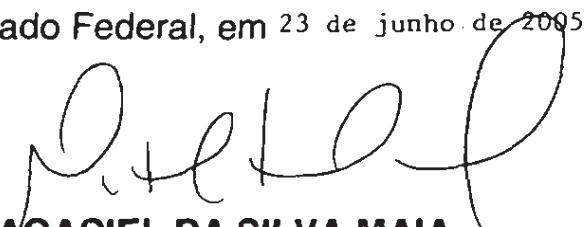
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2826 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.577/05-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2111, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3232, de 13/05/2005, que nomeou **JORGE WILTON SAID DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



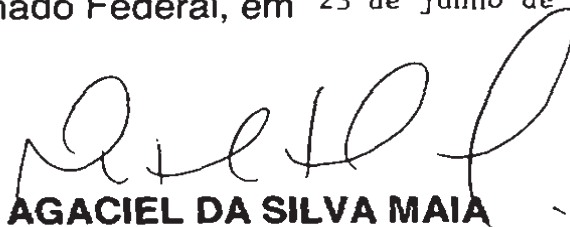
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2827 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007009/05-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2170, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3235, de 18/05/2005, que nomeou **MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



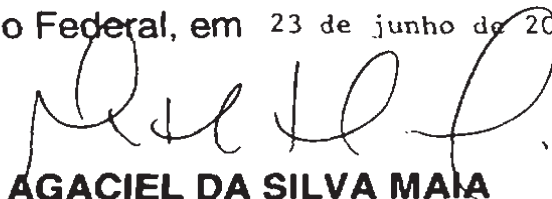
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2828 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 007009/05-4 e 009765/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2829 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009881/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALIANE GUALBERTO RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2830 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009911/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LIGIA GERMANA CUNHA CLAUDINO JUBERT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2831 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009810/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS MAGNO MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2832 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009880/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADELMO JOSÉ CALIMAM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2833 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008147/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FABIO MARVULLE BUENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2834 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.846/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCOS BARBOSA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 220 PÁGINAS